

A BURRICE NO PODER
PARADIGMA ECO-COSMOLÓGICO
A QUESTÃO DA ÁGUA
DEBATE DA TRANSIÇÃO
FELICIDADE E SOBRIEDADE
BENS COMUNS
MUDANÇA SISTÊMICA
FLORES QUE SE ABREM
VIVIR BIEN

Organizadores:
Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz

**NOVOS
PARADIGMAS
PARA
OUTRO MUNDO
POSSÍVEL**

iser **Assessoria**
Religião, Cidadania e Democracia


Abong
DEMOCRACIA, DIREITOS
E BENS COMUNS



NOVOS PARADIGMAS PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL

1ª edição

Ladislau Dowbor
Ivo Poletto
Roberto Malvezzi (Gogó)
Tania Ricaldi Arévalo
Coletivo da FASE
Julianna Malerba
Bernd Nilles
David Knecht
Hélène Bourban
Leonardo Boff
Afonso Murad
Marcos Arruda
Pablo Solón

Coordenação editorial:
Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz

Abong – Democracia, Direitos e Bens Comuns
e
Iser Assessoria

Usina Editora

São Paulo
| 2019

Livro

“Novos Paradigmas para um outro mundo possível”

Coordenação Editorial:

Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz

Colaboradores:

Evanildo Barbosa da Silva, Franklin Felix e Nicolau Soares

Revisão:

Bianca Fraga

Designer Gráfico:

Beto Fagundes - Usina/Agência de Arte

Fotos:

**Mídia Ninja
Acervo Abong**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz</i>	05
A BURRICE NO PODER <i>Ladislau Dowbor</i>	09
A QUESTÃO DA ÁGUA NOS DIAS ATUAIS <i>Ivo Poletto e Roberto Malvezzi (Gogó)</i>	35
ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO. CONSTRUINDO CULTURAS DE VIDA <i>Tania Ricaldi Arévalo</i>	53
ARMADILHAS DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: UM CONVITE AO DEBATE DA TRANSIÇÃO <i>Autoria coletiva da FASE</i>	75
BENS COMUNS <i>Julianna Malerba</i>	91
CONDIÇÕES PARA UMA MUDANÇA SISTÊMICA <i>Bernd Nilles, David Knecht e Hélène Bourban</i>	105
CARACTERÍSTICAS DO NOVO PARADIGMA ECO-COSMOLÓGICO <i>Leonardo Boff</i>	123
FELICIDADE E SOBRIEDADE FELIZ. UMA CONTRIBUIÇÃO PARA NOVOS PARADIGMAS <i>Afonso Murad</i>	129
FLORES QUE SE ABREM NO DESERTO: O MILAGRE DA VIDA E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO SUSTENTÁVEL <i>Marcos Arruda</i>	151
VIVIR BIEN: ANTIGAS COSMOVISÕES E NOVOS PARADIGMAS <i>Pablo Solón</i>	185



APRESENTAÇÃO

 projeto “Novos paradigmas para um outro mundo possível”, iniciativa da Abong junto com o Iser Assessoria, organizou um Encontro Internacional durante o Fórum Social Mundial nos dias 14 e 15 de março de 2018 em Salvador. Participaram 250 pessoas, de 25 países, a maioria da América Latina, mas também da Europa, da África e da América do Norte.

Houve painéis pela manhã, com intervenções e debates, e doze oficinas sobre práticas alternativas à tarde, onde os participantes puderam expor e discutir suas experiências concretas. Uma síntese destas oficinas acaba de ser publicada em formato de cartilha.

Reunimos neste livro textos de participantes e de outros convidados onde estão presentes a crítica do paradigma dominante e elementos para pensar a transição para outra concepção de sociedade. Os primeiros artigos abordam as condições para uma mudança sistêmica e que elementos são fundamentais para que ela ocorra (Nilles, Bourban e Knecht), as características do novo paradigma eco-cosmológico (Leonardo Boff), a contribuição do “bem viver” dos povos indígenas, assim como seus limites e a necessidade de outros aportes (Pablo Solon). Juliana Malerba discute a questão dos (bens) comuns como criação histórica, como resultado de decisões políticas em favor da coletividade. Afonso Murad analisa a felicidade, o “viver bem” e o consumo, confrontando a concepção capitalista de felicidade com a “sobriedade feliz” presente na Laudato Sí do Papa Francisco.

Marcos Arruda critica a concepção de desenvolvimento como “crescimento econômico” e propõe um outro entendimento, que se refere a “um processo de fazer prosperar potencialidades que estão presentes em cada pessoa, cada família, cada comunidade, cada povo e a espécie humana como um todo, dentro do contexto maior da vida na terra e no universo”. Tania Ricaldi analisa o reducionismo e a depredação que estão por trás do modelo de desenvolvimento e discute a transição paradigmática e a diversidade de propostas de alternativas ao desenvolvimento. A FASE, num texto de autoria coletiva, discute as armadilhas do paradigma do desenvolvimento e analisa como se poderia dar a transição para uma nova matriz produtiva.

Dowbor faz uma crítica da política econômica do período recente, mostrando as razões pelas quais seus resultados são desastrosos e ainda vão piorar se as medidas propostas pelo atual governo forem implementadas. A austeridade, demonstra o autor, não funciona e nunca funcionou: a economia trava ao invés de expandir. Segundo ele, existem outras possibilidades, mais sensatas e capazes de gerar sustentabilidade e bem estar social.

Finalmente, Roberto Malvezzi e Ivo Poletto retomam a questão da água nos dias atuais, um período em que a Amazônia e o Cerrado – biomas que são fonte de águas e de chuvas - estão sofrendo duros ataques, ao mesmo tempo em que iniciativas vindas de baixo mostram o caminho para a solução.

Neste momento crucial da humanidade onde o limite do atual modelo de desenvolvimento coloca a existência da raça humana em perigo é fundamental refletir e apontar caminhos que possam mudar de forma radical e urgente os rumos de nossas práticas predatórias do meio ambiente e das condições que sustentam nossa vida na terra. O Projeto

Novos Paradigmas para um outro mundo possível se insere neste esforço que, sabemos, não é só nosso. Esperamos estar contribuindo para a construção de uma transição para outro modo de vida, sustentável porque integrado com a natureza e, principalmente, que a transição para este modelo possa ser realizada de forma pacífica, democrática. Finalmente, agradecemos a Misereor, a Fastenopfer e a DKA, seus apoiadores e suas equipes de trabalho pelo apoio dado a mais essa iniciativa.

Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz

Iser Assessoria e Abong



A burrice no poder

Ladislau Dowbor¹

“*The most intellectual creature ever to walk the earth, is destroying its only home.*” - Jane Goodall²

A burrice no poder tende não só a se perpetuar, como nela se afundar. O acúmulo de bobagens ou de tragédias, a partir de um certo ponto, exigiria tamanha confissão de incompetência, que os donos de poder continuam até a ruptura total. Reconhecer a burrice torna-se demasiado penoso. Barbara Tuchman nos dá uma análise preciosa dos mecanismos, no que ela chama de *Marcha da Insensatez*: “Uma vez que uma política foi adotada e implementada, toda atividade subsequente se transforma num esforço para justificá-la”. Isso levou, por exemplo, cinco presidentes americanos sucessivos a se afundarem na guerra do Vietnã, apesar da convicção íntima, hoje conhecida e documentada, de que era uma causa perdida. A burrice política obedece a uma impressionante força de inércia.

Qualquer semelhança com o golpismo no Brasil insistir numa política que empurra o país para trás, mesmo depois de quatro anos de desastre, não é evidentemente uma coincidência, é a regra. No túnel da burrice, os que a perpetram sempre imaginam que logo adiante surgirá a proverbial luzinha. Se a política sacrifica em vez de ajudar, dirão que o sacrifício não foi suficiente, é só aprofundar um pouco mais. Com gigantesco esforço de mídia, de *fake news* e de dinheiro, elegeu-se um presidente cujo rumo é simplesmente acelerar a *Marcha*. Com

Deus e a Família rumo ao absurdo. Apontar os absurdos não é negativo: corrigir os erros óbvios pode ser mais factível do que buscar distantes utopias.

A burrice da austeridade

A austeridade, para quem não tenha notado, não funciona. Como diz Stiglitz, nunca funcionou. Por uma razão simples: o capitalismo, para se expandir, precisa de produtores, mas também de consumidores. No centro do raciocínio, está a ilusão de que não temos recursos suficientes para incluir os pobres. As políticas sociais e um salário mínimo decente não caberiam na economia, no orçamento, ou na Constituição, segundo os políticos. Façam um cálculo simples: o Brasil produz 6,3 trilhões de reais de bens e serviços, o montante do nosso PIB. Isso dividido por 208 milhões de habitantes nos dá um *per capita* de 30 mil reais ao ano, ou seja, 10 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Isso está longe das ambições de consumo da nossa classe média alta, mas assegura, para o comum dos mortais, o suficiente para uma vida digna e confortável. Nosso problema não é falta de recursos, e sim a burrice na sua distribuição. Na fase do lulismo, a economia cresceu, sendo que a renda dos mais pobres e das regiões mais pobres cresceu mais do que a renda dos mais ricos: todos ganharam, os pobres de maneira mais acelerada, reduzindo a desigualdade. A ascensão dos pobres gerou nos ricos a reação esperada: a mesma que tiveram com Getúlio e com Jango, agora repetida com Dilma e com Lula. Reconhecer que funciona o que sempre denunciaram seria penoso demais. A burrice é muito teimosa. Portugal tem uma experiência simpática: mandou a austeridade às favas, e está indo de vento em popa. Com uma lei absurda de teto de gastos, nós institucionalizamos

o aprofundamento da desigualdade. Já se notou que a austeridade recomendada é a dos pobres que têm pouco, e não a dos ricos que têm muito e ainda esbanjam?

A burrice do golpe

O Banco Mundial qualificou os anos 2003 a 2013 de *The Golden Decade*, a década dourada da economia brasileira. É preciso ser muito ideologicamente cego para ignorar o imenso avanço que representaram a queda do desemprego de 12% em 2002 para 4,8% em 2013, a abertura de 18 milhões de empregos formais, a retirada de 38 milhões de pessoas da pobreza, a redução do desmatamento da Amazônia de 28 para 4 mil quilômetros quadrados, o acesso à luz elétrica para 15 milhões de pessoas e assim por diante. Um processo firme dez anos seguidos é caminho, não é oportunismo nem voo de galinha. Mesmo porque, para o Brasil, os 150 milhões que precisam melhorar o seu consumo individual e coletivo constituem uma imensa oportunidade de dinamização econômica, um horizonte de expansão. O mercado externo, lembremos, representa apenas 10% da nossa economia.

A opacidade mental dificulta naturalmente a aceitação dos números por quem quer se convencer do contrário. Então se gera uma forma sofisticada de bobagem chamada hoje de “narrativa”: fazer política para o povo é populismo, o populismo quebrou as contas do Estado e o caminho certo é o da boa dona de casa que só gasta o que tem. Portanto, a dona de casa Dilma tem de ir para casa. Mas os números são simples: o que gerou o déficit não foram as políticas econômicas e sociais do governo, e sim os juros escorchantes sobre a dívida pública e a dívida privada, a chamada financeirização. Já pararam para pensar o que significa o Brasil ter, em 2018, 64 milhões de adultos endividados até o

ponto de não poderem mais pagar suas dívidas? São adultos, acrescentem as famílias, estamos falando da massa da população.

Quando Dilma tenta, entre 2012 e 2013, reduzir as taxas de juros, começa a guerra política, com manifestações, boicote e denúncias. A partir de meados de 2013 não há mais governo. Dilma ainda ganha a eleição, mas como foi anunciado pelos adversários, não governaria. A burrice atinge o seu ápice quando se cortam as políticas sociais com a lei do teto de gastos, mas se mantêm as taxas de juros. Os bancos agradeceram, a classe rentista também. Jogaram a economia na recessão, mas alguém tinha de levar a culpa, e buscar um bode expiatório tem sólidas tradições.

Em termos políticos, tiraram Dilma sem crime, prenderam Lula sem comprovação de culpa, elegeram um presidente absurdo por meio da prisão de quem ia ganhar a eleição, e quem prendeu Lula ganhou o posto de ministro. Sim, de 2014 para cá, são muitos os anos em que estão “consertando” a economia, que continua parada. O presidente eleito vai reduzir ainda mais os rendimentos da massa da população. Só para lembrar, o Bolsa Família são 30 bilhões de reais ao ano, que geram demanda e dinamizam a economia. Só os juros sobre a dívida pública, na faixa de 320 bilhões de reais, representam dez vezes mais, alimentando rentistas. E como as finanças deformadas quebraram a economia, o déficit aumentou. É um círculo vicioso. Travam a economia, mas explicam que o sacrifício ainda é insuficiente.

No entanto, persiste a narrativa simplória: Dilma quebrou a economia. É uma farsa. O déficit nas fases Lula e Dilma nunca foi significativo, mesmo incluídos os juros sobre a dívida pública. Para a maioria das pessoas, em particular quando não entendem os processos, política se resume a eleger o culpado. O

sistema financeiro travou a economia, mas vendeu ao povo uma culpada, aliás, mulher e teimosa, a vítima ideal. O poder dos bancos funciona hoje apenas para os banqueiros e para os rentistas. Na linha de uma charge americana, podemos dizer que o nosso problema é que uma minoria que ganha 500 mil por mês conseguiu convencer os grupos que ganham 50 mil por mês de que o problema do país são as pessoas que ganham mil reais por mês. Acredite quem quiser.

Os arrependidos da quebra da legalidade hoje são qualificados de viúvas do golpe. Abriram as portas para o absurdo total que hoje vivemos, prolongamento da burrice econômica por meio da burrice política. A base evidente e o elementar bom senso indicam que o que funciona é a representatividade do poder, na linha do artigo 1º da nossa Constituição: “Todo poder emana do povo”. Neste sentido fundamental, o de representar o povo, o novo governo eleito não é legítimo. Foi eleito porque o candidato legítimo e que ia ganhar foi preso, porque a mídia comercial criou um fanatismo anti-petista, porque recorreram a uma escala industrial de *fakenews*, e porque uma facada criminosa lhe conferiu uma aura de vítima e lhe evitou o vexame de submeter suas visões a debate.

Não se trata de “reconhecer” ou não o candidato eleito, mas sim de reconhecer que a sua representatividade é pífia, e que pensar desenvolver um país moderno sobre a base de um poder de extrema-direita não faz nenhum sentido. Para se sustentar, precisará se submeter ao grande vizinho do Norte, abrir ainda mais as portas aos interesses predatórios nacionais e internacionais e mobilizar em permanência o ódio contra o que apresentará como “os inimigos”, desde já escolhidos como futuros culpados do não funcionamento do seu governo. A perseguição e a

violência tendem a ser um caminho natural para a insensatez. A incompetência está sempre à procura de bodes expiatórios.

A burrice do rentismo

O lucro sobre investimento é legítimo: gera empregos, produtos, e paga impostos. O lucro sobre aplicações financeiras constitui dividendos, assegura grandes retornos para quem não produz nada. Os banqueiros chamam os diversos papéis que rendem dividendos de “produtos”, o que constitui um disfarce simpático. Dinheiro ganho com aplicações financeiras não coloca um par de sapatos no mercado de bens realmente existentes. Diferenciar investimento produtivo e aplicação financeira é básico.

O manual britânico sobre o funcionamento da moeda explica o efeito bola de neve, *financial snow-ball effect*: papéis financeiros renderam nas últimas décadas entre 7% e 9% ao ano. Só para lembrar, a produção efetiva de bens e serviços aumenta no mundo num ritmo incomparavelmente menor, da ordem de 2% a 2,5%. Os afortunados, logicamente, irão optar pelas aplicações financeiras. Por exemplo, um bilionário que aplica o seu dinheiro a modestos 5% ao ano ganha 137 mil dólares ao dia, sem precisar produzir nada. A cada dia a maior parte deste dinheiro é reaplicada, gerando um enriquecimento improdutivo que gradualmente multiplica bilionários e trava a economia. É o capitalismo dando o tiro no próprio pé, ao perder a sua principal justificativa, a produtividade. De crise em crise, no cassino financeiro mundial, vimos o 1% dos mais ricos do planeta se apropriar de mais riqueza do que os 99% seguintes. No curto e médio prazo, funciona muito para o 1%. Como institucionalização da remuneração dos improdutivos muito superior à dos que produzem, não funciona para o conjunto. É sistemicamente disfuncional.

A economia de mercado supunha trocas entre produtores e consumidores, com geração de emprego e renda. Hoje os “mercados”, grupo limitado de especuladores, apresentam um surto de otimismo a cada redução dos direitos da população. É a lógica da insensatez. Não é preciso ir muito longe para aprender algo de positivo: a China controla o seu sistema financeiro para que seja utilizado produtivamente, os alemães usam a rede de caixas de poupança locais (*sparkassen*) assegurando que o dinheiro seja investido no que a comunidade necessita. Sabemos o que funciona: é quando o dinheiro é investido produtivamente.

Um exemplo prático ajuda: há alguns anos a Coréia do Sul desbloqueou recursos públicos pesados para financiar sistemas de transporte público não poluente. O investimento gerou evidentemente um conjunto de atividades de pesquisa e de produção e, portanto, emprego. Como utilizar transporte coletivo é muito mais barato do que cada pessoa andar como seu carro, foram geradas economias que mais do que cobrem o investimento. Como investiram em transporte menos poluente, melhoraram as emissões tanto pela tecnologia desenvolvida como pela redução do uso de automóveis. Menos poluição nas cidades significa menos doenças de diversos tipos, e economias na área da saúde. A redução do tempo perdido nos engarrafamentos permite menor desgaste da população, mais tempo com lazer, melhor produtividade no trabalho. O exemplo tende a ilustrar apenas o óbvio, os recursos têm de ser investidos em projetos e programas que geram efeitos multiplicadores em termos de dinamização econômica, de proteção do meio ambiente e de melhoria do bem-estar das famílias. Tanta inteligência que se gasta para encontrar a aplicação financeira que mais rende, poderia ser utilizada para elaborar os projetos mais úteis. E enriquecer a sociedade.

O fluxo financeiro integrado

Como isso funciona no Brasil? As contas não são difíceis de explicar. A economia funciona quando se coloca o dinheiro onde vai ter efeitos multiplicadores. Se eu compro uma máquina, aumento a minha produtividade e, conseqüentemente, os meus lucros em nível superior à taxa de juros que me cobram, posso pegar outro empréstimo e ir aumentando a produção, gerando emprego e renda. Mas se o custo do crédito, a taxa de juros cobrada, é superior aos rendimentos que a máquina me permite obter, eu me verei enforcado em dívidas sobre dívidas, terminando por trabalhar para pagar o banco. Como escreve Zygmunt Bauman, os banqueiros detestam o bom pagador. Essa deformação fundamental, dos principais agentes econômicos no Brasil – as famílias, as empresas e o Estado – se verem enforcados com o sistema financeiro, é que está na raiz da nossa recessão econômica e do caos político que vivemos. E ainda nos convencem que a solução está em colocar mais banqueiros na direção da política.

Faça as contas. No Brasil as famílias e as empresas pagam anualmente, só em juros, portanto sem reduzir a dívida, 1 trilhão de reais. Como o nosso PIB é de 6,3 trilhões, estamos aqui falando em 16% do PIB. Este montante surrealista se deve simplesmente às taxas de juros praticadas, que constituem agiotagem. Em fevereiro de 2018, por exemplo, os juros bancários para pessoa física estavam na faixa de 137% ao ano, quando na França são inferiores a 5%, também, evidentemente, ao ano. Assim o sistema financeiro drenou a capacidade de compra das famílias e a capacidade de investimento das empresas.

O dinheiro dos nossos depósitos e o fluxo de juros que os bancos extorquem das famílias e das empresas são em grande parte aplicados em títulos da dívida pública. O governo pagou aos bancos e aos ricos que têm aplicações deste tipo 341 bilhões de reais em 2017, cerca de 6% do PIB. Muitos países têm dívidas públicas maiores que as nossas, proporcionalmente ao PIB, mas nenhum paga juros tão elevados. Para o governo pagar esses 341 bilhões (apenas juros, sem reduzir a dívida) aos aplicadores financeiros, ele precisa cobrar os impostos correspondentes. Assim, os nossos impostos, em vez de financiarem políticas sociais e infraestruturas, vão parar nos bolsos dos especuladores financeiros, de gente que não produz nada, pelo contrário, desviam os recursos dos seus usos produtivos.

A conta não é complicada. Somando os 16% que tiram das famílias e das empresas, e os 6% que tiram dos nossos impostos, vamos a 22% do PIB. Mas isso é agravado pelo sistema tributário. Enquanto na Europa se corrige em boa parte a deformação taxando o capital financeiro, as grandes fortunas, as heranças, e as rendas mais elevadas, no Brasil os ricos pagam proporcionalmente menos que os pobres, e desde 1995 os lucros e dividendos distribuídos são isentos de impostos. E tem mais: a evasão fiscal é calculada no Brasil em 570 bilhões de reais por ano, o que representa 9% do PIB. Quem evade, naturalmente, é o rico, o banco, a corporação; o assalariado tem o seu imposto descontado na folha. Boa parte da evasão é assessorada por bancos, que têm para isso departamentos que qualificam de “otimização fiscal”. Os nomes utilizados nas finanças são muito bons, como justamente chamar aplicação financeira de investimento.

Tem mais, naturalmente. Boa parte da evasão se dá por meio de paraísos fiscais, com grandes empresas de gestão discreta

de fortunas que se situam em países onde não há controle, por exemplo no Panamá, ou nas Ilhas Cayman, ou ainda no Estado de Delaware nos Estados Unidos, sem falar evidentemente da Suíça que, como escreveu Jean Ziegler, “lava mais branco”. Não se trata de roupa, evidentemente. O fato é que o estoque de recursos financeiros improdutivos nos paraísos fiscais é estimado em 20 trilhões de dólares pelo Economist, equivalente a quase um terço do PIB mundial. O Brasil participa com 520 bilhões de dólares (dados de 2012), o que representa cerca de 2 trilhões de reais, equivalente a cerca de um terço do nosso PIB. Não só não investem, como sequer pagam impostos.

Vimos aqui os imensos drenos que sangram a nossa economia, que vaza por todo lado. E há evidentemente uma série de drenos menores, como o sistema de pensão complementar (ativos da ordem de 1 trilhão que poderiam ser investidos e fomentar a economia em vez de alimentarem o sistema financeiro), bem como as seguradoras, com ativos também da ordem de 1 trilhão, e também ‘aplicados’ e não investidos, além do rentismo mais disfarçado dos planos de saúde, das telefônicas e outros drenos.

A nossa Constituição é clara: “O sistema financeiro nacional [será] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”. Hoje, o SFN (Sistema Financeiro Nacional) serve essencialmente para alimentar improdutivos, sejam eles banqueiros, grupos nacionais ou internacionais, e em particular a classe média alta que, com tanto entusiasmo, ocupa a avenida Paulista. A realidade é que os bancos criaram um sistema em que os nossos impostos são desviados em grande parte para os seus cofres e para os rentistas que participam da festa, essencialmente os

mais afortunados. Os banqueiros manejam o Estado, drenam os seus recursos, e explicam que a culpa é do Estado, dos impostos elevados, e dos “gastos” com os mais pobres.

O absurdo de tudo isso? É que seria incomparavelmente mais produtivo para todos, inclusive para os bancos, fomentarem a economia em vez de drená-la. A China tem esse ritmo de desenvolvimento porque canaliza os recursos financeiros “de forma a promover o desenvolvimento”. No nosso caso, trata-se de visões de curto prazo, mesquinhas, satisfazendo quem olha a sua conta bancária ou seu dinheiro no exterior engordar, e esquece que gerar o caos e travar o desenvolvimento não resolve o futuro de ninguém.

O absurdo da desigualdade

Manter a desigualdade é particularmente absurdo, mas está no centro das propostas do poder. Afinal, os ricos que nos regem defendem os seus próprios interesses, e é raríssimo ter alguém no poder que não seja rico, branco, homem, e centrado em aumentar as suas próprias vantagens. A questão, evidentemente, é que a partir de um certo nível de desigualdade e de repartição do acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade divorciada dos aportes e, portanto, do merecimento, o sistema se torna disfuncional, inclusive para os donos do poder. Jogaram a economia na recessão, no desemprego, e no caos político.

Mas funciona pelo menos para os ricos? Criar as suas famílias em absurdos condomínios cercados e eletrificados, ou em mansões em que precisam conviver com equipes de segurança, dotando-se de veículos blindados, escondendo as suas fortunas em paraísos fiscais, administrando esquemas de evasão fiscal, buscando relaxamento em viagens aos países desenvolvidos

– enfim, a civilização – tudo isso tem pouco a ver com uma sociedade em que se respira livremente. Inúmeros estudos comparados internacionais sobre a percepção de qualidade de vida apontam para uma radical melhoria quando um pobre tem acesso a uma renda mais decente, mas quase nenhuma melhoria quando um milionário avança para mais milhões. Este sistema nem para eles funciona. Se é para aumentar a felicidade geral da nação, a tal da Felicidade Interna Bruta (FIB), não há dúvida que uma política de inclusão funciona melhor para todos. Quanto mais na base chega o dinheiro na pirâmide social, maior é o multiplicador de felicidade, e também do dinamismo econômico. A redução da desigualdade é fundamental em termos éticos, políticos e econômicos.

Em termos de ética, fica difícil encontrar palavras suficientemente fortes. Em nenhuma sociedade civilizada pode uma pessoa ficar sem atendimento médico ou acesso a um medicamento, uma criança ou um adulto ficar sem alimentação, famílias viverem desabrigadas, ou ainda passarem anos em campos de refugiados. Morrem de fome ou de falta de acesso à água segura cerca de 6 milhões de crianças por ano, 850 milhões pessoas passam fome no mundo, quando produzimos, só de grãos, mais de um quilo por pessoa por dia, quando desperdiçamos um terço dos alimentos produzidos por mal manejo.

Todos os irresponsáveis ricos que esbanjam seus recursos com consumo espalhafatoso ou especulação financeira, em vez de ajudar na implementação de políticas que funcionam para o conjunto da sociedade; todas as corporações que geram tragédias sociais e ambientais, navegam em valores de primatas, na ética de que o sucesso consiste em arrancar o pedaço maior, que se dane o sofrimento, que se dane o planeta. Aqui temos

inteligência impressionante para gerar novos meios, mas uma burrice impressionante em termos de definir os fins. Vamos construir mais muros, abrir mais condomínios, mais casulos de riqueza, sistemas de repressão mais violentos?

Essa desigualdade é evidentemente disfuncional também em termos sociais e políticos. A partir de um determinado nível de desigualdade, não há solidariedade social nem convívio democrático que sobrevivam. A violência se torna latente em todas as esferas. Nos Estados Unidos as pessoas compram mais armas, no Brasil o exército invade favelas, nas Filipinas se fuzila à vontade, a Europa não sabe mais o que fazer para se proteger da maré de miseráveis que fogem das colônias que a Europa tanto explorou e desarticulou.

Não estamos aqui sugerindo perfeita igualdade, mas sim uma situação menos obscena, em que cada pessoa possa valer pelo que vale como pessoa, e ter as suas oportunidades de crescer. A realidade é muito simples: pessoas reduzidas ao desespero reagem de maneira desesperada, há limites no bom senso de milhões de pessoas que encontram todas as portas fechadas. Temos os recursos, temos as tecnologias, sabemos como fazer, e custa muito pouco. É exagero falar de ignorância?

E a desigualdade constitui em particular uma burrice no plano econômico. Porque funcionaram o New Deal de Roosevelt, o Welfare State dos países hoje desenvolvidos, o milagre da Coréia do Sul, o impressionante ritmo de desenvolvimento da China, a “década dourada” do Brasil? Todos tiveram em comum a expansão da capacidade de compra da base da população, e o acesso a políticas sociais públicas e universais, que permitiram ampliar a escala de produção e o emprego. O que a empresa mais quer é ter mercado.

Os mecanismos econômicos são conhecidos já há quase um século, a partir de Kalecki e de Keynes. Investir no bem-estar das populações gera demanda, o que por sua vez amplia a produção, e assegura mais empregos, o que aumenta mais ainda a demanda. O consumo das famílias e a produção empresarial geram por sua vez impostos que aumentam as receitas do Estado, fechando a conta. Isso permite o financiamento das políticas sociais: uma população com mais saúde e educação é mais produtiva. Aqui não são necessários ideologias e ódios, e sim um simples olhar para o que funciona. E o que funciona é a economia orientada segundo as prioridades e o bem-estar das famílias. A desigualdade, em termos econômicos, apenas mantém uma atividade de base estreita e de baixa produtividade.

Manter e reproduzir a desigualdade, quando desarticula as nossas sociedades acumulando absurdos éticos, políticos e econômicos, francamente, é espantoso. Aprofundá-la é patológico. Todos os exemplos positivos que temos, do Canadá à Coreia do Sul, passando pela Alemanha e os países nórdicos, e evidentemente a China, se basearam em expandir o mercado interno e as políticas sociais, em vez de privilegiar minorias.

Estado, empresa e sociedade civil organizada

No centro dos desafios está a necessidade de termos instituições que permitam que se implementem políticas que façam sentido. O embate sobre a política tem se resumido basicamente à guerra entre os que querem estatizar e os que querem privatizar. A realidade é que somos hoje sociedades demasiado complexas para soluções ideológicas simplificadoras deste tipo.

Onde funcionam, as políticas se apoiam numa articulação razoavelmente equilibrada de Estado, empresas e organizações da sociedade civil. As corporações sem controle do interesse público viram máfia, o Estado sem controle público vira ditadura, o interesse público sem organizações da sociedade civil para enfrentar de maneira articulada os desmandos é simplesmente desconsiderado.

E não é complicado. O objetivo é o desenvolvimento sustentável, equilibrando os interesses econômicos, sociais e ambientais. Hoje os 17 objetivos e 169 metas da Agenda 2030 descrevem de maneira clara os rumos: assegurar uma vida decente para todos, sem prejudicar as gerações futuras. Sabemos o que funciona: é o ciclo econômico completo centrado no bem-estar das famílias. O bem-estar das famílias, objetivo último do desenvolvimento econômico e social, depende sem dúvida da renda auferida, que permite fazer as compras, pagar as contas. Assegurar um razoável fluxo de renda para a massa dos consumidores é o que por sua vez vai gerar o mercado para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tanto o consumo direto (*out-of-pocket* dizem os americanos) como a atividade empresarial geram receitas para o Estado.

Este, por sua vez, poderá utilizar os recursos para o chamado salário indireto, o que assegura o consumo coletivo de serviços como saúde, educação, cultura, segurança, o rio limpo, os parques na cidade, infraestruturas de energia e transporte e semelhantes. O acesso ao consumo coletivo é fundamental, pois sai muito mais barato e se torna muito mais eficiente ter um serviço público gratuito universal de saúde como no Canadá, do que o sistema privatizado norte-americano. Os números são clamorosos: o americano gasta 9.400 dólares por ano com doenças;

o canadense 3.400 dólares por ano com saúde, com resultados incomparavelmente superiores. O sistema público, gratuito e universal de acesso aos bens coletivos é simplesmente mais eficiente. É ridículo, no Brasil, chamar os investimentos públicos de “gastos”, quando se trata da forma mais eficiente de assegurar o acesso a bens de consumo coletivo essenciais. Curiosamente, os bancos chamam os diversos papéis que nos empurram de “produtos”.

A burrice aqui consiste em se desenvolver uma guerra ideológica pro ou anti-Estado, quando é natural que bens de consumo individuais estejam no âmbito empresarial, políticas sociais e infraestruturas no âmbito do Estado, e o ajuste das políticas tanto empresariais como públicas seja assegurado de forma articulada com organizações da sociedade civil. Nada como olhar o que funciona, e de que maneira, pelo planeta afora, e se inspirar. O melhor antídoto à burrice é a aprendizagem, rende muito mais do que bater panelas.

A sociedade desinformada

Dizia Jung que pensar é trabalhoso, então as pessoas preferem ter opiniões. Você pode ter direito às suas opiniões, mas não aos seus fatos. O espantoso é termos uma sociedade tão desinformada numa época em que estamos cercados de meios de comunicação, na sala, na rua, no consultório médico, no próprio bolso. Em boa parte, essa desinformação se deve ao fato de que entre os fatos que chegam à cabeça e as opiniões que mobilizam o nosso fígado, preferimos claramente tranquilizar o fígado: vamos selecionar os fatos, ou deformá-los, para justificar o que queremos acreditar. Os demagogos do mundo há tempos aprenderam que mobilizar as pessoas pelo ódio rende muito mais do que tentar

explicar-lhes a realidade. Encontrar um culpado que possamos odiar juntos gera uma catarse popular poderosa, uma imensa excitação de sermos uma patota solidária na mobilização punitiva: os judeus na Alemanha de Hitler, os palestinos no Israel de hoje, os mexicanos nos Estados Unidos (já que não temos mais os soviéticos nem Saddam Hussein), os imigrantes na Europa. No Brasil até reinventaram o comunismo para poder justificar o ódio ao Lula e aos pobres em geral.

Kurt Andersen escreve que os Estados Unidos sofreram uma mutação que os tornou uma ilha da fantasia, *Fantasy land*: “No bilhão de sites da internet, pessoas que acreditam em tudo e qualquer coisa podem encontrar milhares de companheiros de fantasia que compartilham as suas crenças, com colagens de fatos e com “fatos” para confirmá-las. Antes da internet, os de cabeça confusa (*crackpots*) ficavam essencialmente isolados e seguramente tinham mais dificuldade para continuar convencidos das suas realidades alternativas. Hoje as suas devotamente seguidas opiniões estão no ar e na web, da mesma maneira que notícias efetivas. Agora todas as fantasias parecem verdadeiras”.

Demagogos políticos com os seus discursos de ódio ou de grandiosidade, corporações que nos convencem que somos mais importantes ao pagar 1.200 reais por uma caneta Montblanc que escreve, *Think Tanks* que se multiplicaram como cogumelos – desde os gigantes financiados pela família Koch até o nosso Millenium tão brasileiro –, gigantes do carvão e do petróleo que financiam campanhas mundiais para dizer que a mudança climática é uma invenção acadêmica, tudo isso aponta não só para o fato de que somos muito frágeis em termos de usar a nossa razão, mas que temos uma gigantesca indústria planetária que disso se aproveita. O cérebro passa a existir para inventar razões

para acreditar no que não tem nenhuma base racional. Ter uma sociedade tão desinformada, e ao mesmo tempo sobrecarregada de informação, aponta para uma forma particularmente idiota de organizarmos o acesso ao conhecimento. E exemplos positivos não faltam, como a BBC para o mundo que entende inglês, a TV5 Monde para o mundo francófono, redes de informação científica como a PBS americana e assim por diante. Já pensaram a TV utilizada para informação em vez de *fake reality*?

O paradoxo das tecnologias

É impressionante a nossa preocupação com as tecnologias. Afinal, fazer mais coisas com menos esforço deveria nos deixar contentes, aumentar a produtividade social. Mas os avanços tecnológicos explosivos que vivemos exigem formas inovadoras de organização social. No mundo do vale-tudo, a que chamamos educadamente de liberalismo, ou de neoliberalismo, as novas tecnologias permitem liquidar a vida nos mares, encher os nossos alimentos de agrotóxicos e de antibióticos, contaminar a água, o ar e o solo, transformar o clima, liquidar as florestas, destruir a biodiversidade herdada – tudo em escala sem precedentes, justamente pelo poder das tecnologias. Entre a criatividade que permite esse avanço das tecnologias, e a nossa patológica dificuldade de pensar de maneira sistêmica (como se articulam essas diversas transformações) e no longo prazo (mudança climática, acidificação dos oceanos etc.), o resultado é o que tem se chamado de catástrofe em câmera lenta.

Como se preocupar tanto com o desemprego tecnológico quando a produtividade maior significa que podemos trabalhar menos, e dedicar uma parte maior das nossas vidas à cultura, lazer, convívio e semelhantes? Obviamente, é só distribuir

melhor a jornada de trabalho, deixar a economia se expandir nas áreas que nos permitam aproveitar melhor a vida, e assegurar a renda básica para permitir que na transição ninguém fique em situação desesperadora. Mas também precisamos nos dotar de instrumentos de regulação que evitem a destruição do planeta. Ou seja, quem maneja as tecnologias tem de assumir a responsabilidade de não ser apenas economicamente viável, mas também socialmente justo e ambientalmente sustentável. O vale-tudo organizacional do século XX, mas com as tecnologias do século XXI, não tem como funcionar. Utilizar tanta tecnologia e conhecimento sofisticado para aprofundar a crise ambiental e o desastre social, francamente, constitui burrice sistêmica.

Competição ou colaboração

Sabemos que os processos colaborativos funcionam. No entanto, privilegiamos a guerra de todos contra todos, entre grupos sociais, entre religiões, entre países, entre empresas, entre vizinhos. Em grande parte, sem dúvida, trata-se da nossa natureza. Mas o essencial é que constatamos, em tantos exemplos pelo mundo, que se trata também de dimensões institucionais. Não estava na natureza dos alemães matar pessoas em campos de concentração, nem está na dos guardas de fronteira americanos arrancar filhos de junto das suas mães. E podemos perceber como sociedades muito mais centradas na colaboração, como o Canadá ou os países nórdicos, prosperam não só em termos de qualidade de vida como, inclusive, de produtividade econômica. As pessoas esquecem, ao constatarem a impressionante dinâmica da China, do Vietnã e de outros “tigres”, a que ponto está ancorada nas suas tradições a dinâmica colaborativa do cultivo de

arroz, em que o dique de um é também o dique de outro, em que a repicagem do arroz se faz de maneira coletiva.

O que vale no curso da nossa curta vida não são só os resultados, mas também os processos. Transformar a vida num inferno e depois mostrar que aumentou a produção nos deve levar a pensar, afinal, o que queremos? A vida é o próprio caminhar, e tornar o caminho menos espinhoso pode ser mais importante do que chegar mais rápido. As pessoas estão redescobrando os bens comuns, como conhecimento, meio ambiente, infraestruturas que geram mais conforto e articulação entre as diversas atividades. Com a urbanização mundial, inúmeras cidades estão assumindo as rédeas de um desenvolvimento mais equilibrado, organizando a colaboração dos diversos atores sociais e econômicos. Com a evolução para a sociedade do conhecimento, redescobrem a evidência de que as ideias podem ser generalizadas sem custos adicionais, no quadro da sociedade de custo marginal zero tão bem descrita por Jeremy Rifkin. Com a conectividade planetária abrem-se espaços imensos de economia colaborativa.

Já é tempo de começarmos a nos civilizar. Um versinho de repentistas pernambucanos é cheio de sabedoria: “Para que tanta ganância e correria, se ninguém veio aqui para ficar?” Francamente, os super-homens de plantão, sejam políticos, empresariais ou eclesiásticos, me encham o saco, eu quero a tranquilidade do cotidiano, a riqueza das trocas, as alegrias do convívio. E temos toda a ciência e riqueza necessárias para assegurar o bem-estar de todos sem tanta ideologia do sucesso individual. Realização, sem dúvida, mas não sobre as costas dos outros e muito menos sobre os seus cadáveres, absurdo que, por desgraça, continua em tantas regiões do mundo. Quando as regras se tornam fluidas e as leis ajustáveis, impera o arbítrio dos

mais fortes. Até quando aceitaremos a estupidez de armar mais pessoas para gerar mais segurança? De mandar tropas para as favelas em vez de enfrentar o absurdo da sua existência? Será demais exigir da inteligência que entenda que é mais produtivo agir sobre as causas do que sobre as consequências?

A lei como vetor de injustiça

A lei é fundamental. O conjunto das leis define as regras do jogo na sociedade. E a igualdade perante a lei é essencial, permitindo previsibilidade e segurança. Um problema central, naturalmente, é definir quem faz as leis. No mundo realmente existente, as leis são feitas por homens, não por acaso brancos e ricos. E são feitas, como se poderia esperar, no sentido de privilegiar homens, brancos e ricos. Houve um tempo em que era legal uma pessoa comprar ou vender pessoas como escravos. Lincoln, como presidente, conseguiu revogar esta lei recorrendo a uma série de ilegalidades, inclusive à corrupção: já se comentou que o maior avanço humanitário dos Estados Unidos foi conseguido por um homem profundamente ético que o conseguiu recorrendo aos procedimentos mais desonestos. No Brasil, a generalização do hábito de legislar em causa própria nos leva ao caos, ao se deslegitimar a própria lei e o próprio judiciário.

As nossas heranças recentes são significativas. Podemos dizer que a Constituição de 1988, pelo modo como foi elaborada, era legítima. Mas, mesmo dentro desse marco jurídico, foi se desenhando um Frankenstein. Sigam o processo. Em 1988, nós aprovamos a Constituição, resgatando um mínimo de governabilidade. Em 1995, o governo aprova uma lei que define as modalidades do endividamento público: a partir de julho de 1996, os bancos podiam aplicar o nosso dinheiro em títulos públicos

que rendiam 25%, já com inflação baixa. O normal no mundo é um rendimento entre 0,5% e 2% ao ano. A taxa Selic foi e continua sendo um imenso presente para os banqueiros. Apropriação privada legalizada de recursos públicos. Bem, a lei é igual para todos; os pobres, se têm dinheiro sobrando, também podem aplicar. As fortunas que o endividamento público representou para a nata da sociedade não seriam oneradas pelo imposto: no presente de natal aprovado em 26 de dezembro de 1995, os lucros e dividendos distribuídos passaram a ser isentos de imposto. Os funcionários do banco são descontados na folha, mas os milhões que entram nos bolsos dos banqueiros são isentos. Isso no Brasil, mais uma particularidade nossa.

Tem mais: em 1997, o governo aprovou uma lei autorizando as pessoas jurídicas a financiarem as campanhas eleitorais. A política passou a representar os ruralistas, os bancos, a grande mídia, cada grupo de grandes corporações passou a ter a sua bancada. Levou 18 anos para o STF, guardião da nossa Constituição, se dar conta de que o artigo 1º, que reza que todo poder emana do povo (não das corporações e pessoas jurídicas, mas de pessoas de verdade), tinha sido violado. O Congresso eleito desta maneira aceitou, em 1999, a PEC que liquidava o artigo 192º da nossa Constituição, transformada em Emenda Constitucional em 2003. A limitação de juros (era de 12% ao ano mais inflação) desaparece. Liquidaram a regulação financeira.

Lula estava plenamente consciente das relações de força do país e leu, em junho de 2002, a Carta aos Brasileiros, que mais poderia se chamar de carta aos banqueiros: não mexeria com os seus interesses. Aliás, com a liquidação do artigo 192º, teria inclusive pouca base legal para fazê-lo. Apesar da sangria dos juros, foi possível, como vimos, realizar milagres. Mas em 2012,

com mais de 50 milhões de adultos enforcados na dívida, e o governo esterilizado pelo dreno da dívida pública, Dilma resolve baixar os juros. Não teve força política correspondente ao desafio. O resto sabemos: é o golpe, e a lei do teto de gastos que garante os juros para os banqueiros e os rentistas, mas onera a massa da população, iniciativas do aparato jurídico que têm como denominador comum o aumento dos privilégios. Neste início de 2019, como vimos, são 64 milhões de adultos “enforcados” na dívida.

Moral da história: falar em legalidade tornou-se um faz-de-conta. Em pequeno livro de 2015, “Os estranhos caminhos do nosso dinheiro”, descrevo como a grande corrupção gera a sua própria legalidade. Uma empresa dar dinheiro a um político para que se aprove uma lei que lhe favorece constitui corrupção. Mas entre 1997 e 2015, financiar a eleição do político que se deseja e, portanto, ter os seus votos assegurados durante quatro anos, era legal. Comprar políticos só seria ilegal no varejo.

Temos uma referência básica: a Constituição. E um guardião do seu cumprimento que é o Supremo Tribunal Federal. Ao se bandear com armas e bagagens para os golpistas e para os grupos mais corruptos da política, ao acobertar o golpe, o judiciário conseguiu sem dúvida favorecer uma guinada radical para a direita, e reduzir radicalmente os espaços democráticos no país. Alguém acredita hoje neste judiciário? O que conseguiram foi uma desmoralização profunda, e a perda de confiança na justiça representa um imenso recuo para o país. Em pleno final de 2018, depois de tanto justificar a perda de direitos da massa da população com o pretexto do desequilíbrio das contas públicas, o STF obteve do Congresso agradecido um aumento dos já impressionantes salários. É o absurdo do judiciário

desmoralizando a justiça. Os custos para o país serão imensos, e muito mais do que financeiros.

Voltamos aqui ao problema básico, à nossa imensa dificuldade de nos governarmos com o mínimo de bom senso. As opções políticas seguem sendo definidas muito mais pelo fígado do que pela cabeça, pelo ódio do que pela solidariedade e compaixão. Em particular, a truculência de grupos ou classes sociais que, por alguma razão, se tornaram mais fortes, constitui uma permanência na história, com o exercício sistemático e recorrente de formas extremas de discriminação e de violência. Qualquer pretexto é suficiente, seja a cor da pele, o gênero, a opção sexual, a religião, a diferença de renda e, frequentemente, até a idade. Por vezes o tamanho do cabelo, o corte de barba, ou um véu na cabeça bastam para alimentar a besta latente dentro de nós. E quando a bestialidade encontra a sua dimensão coletiva e se veste de superioridade ética, sai de baixo.

Hoje os meios de comunicação permitem que o nosso consciente seja invadido pelas narrativas mais absurdas, mas sempre favoráveis aos grupos dominantes. A penetração na nossa intimidade é hoje individualizada através dos sistemas eletrônicos, e o controle do que vemos e entendemos permite a gestão por algoritmos de uma opinião pública que passa a ser uma construção em escala industrial. Os sistemas financeiros complexos permitem que sejamos expropriados do controle das atividades econômicas, gerando uma desigualdade aberrante em favor de rentistas improdutivos. Gigantes corporativos exercem um poder distribuído pelo planeta, por parte de grupos que ninguém elegeu, e que nenhum governo mundial limita. E estamos avançando rapidamente, em termos históricos de maneira extremamente acelerada, para o comprometimento da vida no planeta.

Visões estratégicas existem, e são razoavelmente óbvias: o resgate da dimensão pública do Estado, a taxaço dos capitais improdutivo que nos governam, a reforma do nosso sistema tributário aberrante, a obrigação de transparência dos fluxos financeiros, uma renda básica de cidadania, a redução da jornada de trabalho à medida que avança a produtividade, o resgate do papel das cidades como unidades básicas de governança, a constituição de um mínimo de governança global no caos internacional que se constata. E, obviamente, uma democratização da mídia que permita a existência de uma sociedade informada.

É viável? A questão não é ser ou não viável, mas sim, em primeiro lugar, entender a dimensão essencialmente política dos desafios, a centralidade da questão do poder. Em segundo lugar, entender que é uma questão de tempo, pois com a mudança climática, a destruição da biodiversidade, o aprofundamento do fosso entre ricos e pobres, a contaminação mundial da água e outros desafios que se avolumam, estamos apenas adiando as medidas, provavelmente até que uma catástrofe planetária gere a força política necessária.

A erosão do pouco de democracia que o Brasil tinha se dá como numa tragédia burlesca. Derrubamos as políticas que estavam dando certo, desfiguramos a Constituição que nos protegia dos absurdos, elegemos um personagem fraco e sem base organizada cuja única possibilidade de sobrevivência é deixar a oligarquia e os interesses internacionais livres para aprofundar os seus desmandos. O encarregado da economia brasileira é cofundador do Banco Pactual, que tem 38 filiais nas Ilhas Cayman, Bermudas, Panamá, Delaware e outros paraísos fiscais. Paraísos fiscais servem essencialmente para especulação

financeira, evasão fiscal e lavagem de dinheiro. É disso que precisamos?

Haverá um Brasil profundo, um bom senso latente na cabeça de milhões, permitindo retomar os avanços para uma sociedade decente? Dividimos o mundo entre esquerda e direita. Isso confere à direita, que quer apenas aumentar o poder e os privilégios das oligarquias e, com isso, está gerando uma tragédia social e ambiental, uma aparência de legitimidade: seriam “opiniões”. A grande divisão acontece, na realidade, entre os que querem uma sociedade democrática e sustentável e os que querem arrancar mais e no curto prazo, danem-se o povo e o futuro. Não se trata de esquerda ou direita, trata-se de decência humana. Até quando toleraremos que 850 milhões passem fome, quando há alimento sobrando? E que um bando de idiotas em Wall Street justifique tudo com o lema de *Greed is Good*?

Paulo Freire declarou que queria “uma sociedade menos malvada”. Os desafios são imensos, e a nós, que somos professores, comunicadores, organizadores sociais ou simples cidadãos, cabe a tarefa de explicar o óbvio: uma sociedade que funcione tem de ser uma sociedade para todos. A burrice se enfrenta, de preferência, com inteligência.

A QUESTÃO DA ÁGUA NOS DIAS ATUAIS

Ivo Poletto

Roberto Malvezzi (Gogó)³

A chamada crise da água é apenas uma dimensão da “crise civilizacional” que estamos atravessando. Como diz o Papa Francisco, não são duas crises, uma social e outra ecológica. Há uma crise, socioambiental, que se expressa de múltiplas formas e dimensões. A questão da água é uma delas, da maior gravidade, mas não é a única.

Apesar de todos os sinais e advertências dessa crise, agora particularizando para a água, o Brasil continua em linha cega de destruição de seus mananciais. Aquele que ainda é considerado como um dos países com maior potencial de água doce do planeta tem enfrentado problemas sérios de abastecimento básico de sua própria população e vê avançar a existência de áreas desertificadas.

Vamos abordar nesse texto uma série de questões que estão acabando com as nossas águas, começando pela mais grave, de pouco alcance na mídia, praticamente ignorada pelos agentes econômicos e políticos, que é a questão do nosso ciclo das águas. Para muitos cientistas, ele está sendo alterado pela atividade econômica do Brasil. Nós precisamos entender o que se passa, colaborar para que mais grupos sociais e pessoas se inteirem da problemática e fazer as tarefas e atividades que nos cabem nesse momento da história.

Em nosso ciclo das águas, a Amazônia vem primeiro

Neste raciocínio está embutido o papel fundamental de dois biomas brasileiros no que toca ao ciclo de nossas águas, isto é, Amazônia e Cerrado. A questão amazônica é explicitada pelo Prof. Antônio Nobre no vídeo que está citado como fonte e referência. O Cerrado, pelo Prof. Altair Sales. A conexão entre ambos será feita por nós.

Em tempos mais recentes a climatologia brasileira descobriu funções fundamentais da floresta amazônica antes não devidamente percebidas. Vamos aos fatos.

Sabemos que a formação de nuvens – água em forma de vapor – se dá principalmente na linha do Equador. Ali, a incidência do sol intensifica a evaporação dos oceanos. Os ventos, então, seguindo uma lógica básica, empurram esses vapores de água para o Norte e para o Sul. Quando vêm para o Sul, acontece um fenômeno até então inexplicável. A tendência das nuvens, pela precipitação das chuvas, era que essa massa de água em forma de vapor perdesse força à medida que se afasta da linha do Equador e adentra o continente. Porém, quando chega sobre a Amazônia, ela volta a ganhar força. É o que o hoje se chama popularmente de rios aéreos da Amazônia. Os ventos, então, continuam empurrando essas massas de água para o sul. A constatação é que as chuvas que caem em Buenos Aires, têm origem na Amazônia. Senão, as águas vindas do oceano já teriam perdido força e o quadrilátero São Paulo a Campo Grande, Buenos Aires a Assunção, seria simplesmente um deserto, assim como é nessa latitude em outras áreas do mundo.

O que a Amazônia faz, então, com as águas que passam sobre ela? Dois fatores fundamentais: primeiro, a evapotranspiração das árvores injeta mais água na atmosfera, chegando até a mil litros diários por árvore, o que gera um rio aéreo maior que o rio de superfície, o Amazonas. Segundo, ao transpirar, os vapores da floresta levam ao ar aerossóis que ajudam a condensar o vapor de água, proporcionando sua precipitação.

Resumindo o raciocínio, se não fosse a floresta amazônica, as águas oceânicas não chegariam até onde chegam e toda região sul do continente seria um imenso deserto, onde está 70% do Produto Interno Bruto da América Latina.

Portanto, a preservação da floresta amazônica em pé é fundamental não só para os brasileiros, mas também para outros países do continente. Daí a conclusão simples de que a destruição dessa floresta compromete o futuro não só dos amazônidas, não só dos brasileiros, mas também de argentinos, uruguaios e paraguaios. Ainda mais, não compromete somente a vida humana, mas todas as formas de vida que dependem dessa água. Como afirma o Prof. Antônio Donato Nobre, se os políticos e economistas soubessem o que a ciência sabe – e por que não sabem? – esse país montaria uma economia de guerra para preservar a floresta amazônica.

O papel do Cerrado nesse ciclo das águas

Acontece que a Amazônia gera água para a atmosfera e faz chover em grande parte do território latino-americano, mas, por ser uma região baixa, não tem capacidade de distribuir essa água pela superfície da Terra. Quem faz isso é o Cerrado. O Cerrado não gera água como a Amazônia, mas absorve a água que vem do bioma amazônico através de seus rios aéreos, armazena-a

em seus aquíferos, sobretudo o Guarani, o Bambuí e o Urucuaia, abastecendo a vasta malha de rios que pendem para todas as direções do território brasileiro, na direção da Amazônia, do Pantanal, da bacia do Paraná e até mesmo na direção da caatinga, pelas nascentes e afluentes que abastecem o rio São Francisco.

O que permite ao Cerrado realizar essa cooperação – ele, o bioma mais antigo da face da Terra, com cerca de 65 milhões de anos – é seu solo poroso e as raízes profundas de suas árvores. É bom lembrar que o Cerrado é considerado uma floresta de cabeça para baixo, sendo que 70% de sua biomassa está dentro do solo e apenas 30% na superfície.

É por essa razão que o Cerrado é chamado de “Caixa D’Água do Brasil”, “Cumieira das Águas”, assim por diante. As expressões populares, utilizadas até nos meios científicos, nos dão a imagem precisa de sua importância no armazenamento e distribuição das águas em nosso território, permitindo assim que tenhamos tantas bacias hidrográficas perenes, o que não seria possível sem esses aquíferos.

Acontece que, por sua antiguidade, o Cerrado é um bioma que não tem capacidade de regeneração. Portanto, uma vez destruído, destruído para sempre. Esse é o desastre socioambiental promovido pelos sucessivos Programas de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, originados do casamento entre a proposta da empresa público-privada japonesa JICA e a ditadura militar nos anos de 1970, e pelo agronegócio ao destruir o Cerrado e a Amazônia para produzir monoculturas como a da soja, ou para as pastagens extensivas de gado. Erradicar a flora, compactar os solos, é eliminar o Cerrado. Tanto é que pequenos rios e afluentes das grandes bacias, pelo rebaixamento dos aquíferos, estão sendo extintos aos milhares e a olho nu.

O exemplo mais cabal é o rio São Francisco. Dependente das águas que brotam no Cerrado, o Velho Chico está morrendo junto com o bioma que o abastece. É óbvio, não há nenhum diálogo entre a elite político-econômica e a ciência do clima e o povo da região nesse sentido, embora as consequências sejam nefastas para as atuais e futuras gerações.

Múltiplos usos e múltiplos valores da água

O discurso capitalista da água é oriundo de um grupo de multinacionais que dominam o negócio da água em todo o planeta, a chamada Oligarquia Internacional da Água, cujo evento mais expressivo é sempre o Fórum Mundial da Água, acontecido no Brasil em 2018.

Esse grupo deu uma nova narrativa à água, com conceitos como privatização, mercantilização, valor econômico da água, escassez da água, mercado de água, guerra pela água, ouro azul, assim por diante.

Mas não ficou só no discurso. Estendeu essa conceitualização aos governos do mundo inteiro e a água passou a ser privatizada nos seus múltiplos usos, como os serviços de abastecimento de água, a água engarrafada, a venda de outorgas de água, criação do mercado de água, como é o caso brasileiro mais exemplar da Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. Onde couber um negócio, o mercado de água se coloca.

Anos atrás, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), observando esse fenômeno do capital, deu a essa iniciativa das empresas o nome de “hidronegócio”, isto é, o negócio da água.

A assimilação radical desse paradigma gerou conflitos no mundo inteiro, levando a uma verdadeira guerra da água em

Cochabamba, Bolívia, por exemplo, quando a população foi às ruas e exigiu a expulsão da empresa que se apossara do serviço de água da cidade. Os preços tinham se tornado absurdos, e a população já não conseguia sequer pagar o valor da tarifa de sua água doméstica. A luta foi vitoriosa, e hoje a água é bem comum e direito de todos os seres vivos na Bolívia, e deve ter sua gestão de forma pública.

Nesse sentido, a sociedade civil mundial e Igrejas foram criando outra reflexão, a saber: a água, além de múltiplos usos, tem múltiplos valores, como biológico, social, ambiental, religioso, paisagístico, de lazer etc. Portanto, água não pode ser privatizada e mercantilizada, mas tem que ser reconhecida como um bem comum, um patrimônio, um direito da humanidade e de todos os seres vivos.

Vão nessa direção práticas de remunicipalização dos serviços de água e saneamento em todo o mundo. Em artigo publicado pela BBC⁴ em junho de 2017, a jornalista Júlia Dias Carneiro destaca dados de uma pesquisa internacional sobre esse tema, coordenada por Satoko Kishimoto, coordenadora de políticas públicas alternativas no Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda.

Revertendo a onda privatizadora iniciada em 1990 – e que ainda é implementada como política governamental no Brasil –, desde o ano 2000 são conhecidas 267 práticas de reestatização dos serviços de água e esgoto. E, em cidades significativas, como Berlim (Alemanha), Paris (França), Budapeste (Hungria), Bamako (Mali), Buenos Aires (Argentina), Maputo (Moçambique) e La Paz (Bolívia). São mais de 100 milhões de pessoas que voltaram a contar com serviços públicos. E é importante lembrar que mais de 90 por cento dos serviços de água e esgoto têm gestão pública.

A desprivatização na cidade de Paris e o fato de que, das 267 iniciativas, 106 tenham acontecido na França, são eventos simbólicos. Afinal, a França foi o país que capitaneou a onda privatizadora e, além disso, duas das maiores empresas transnacionais defensoras e praticantes da privatização, a Suez e a Veolia, têm suas sedes no país.

De forma resumida, os motivos destacados pela pesquisa para essa reversão são esses: *“Em geral, observamos que as cidades estão voltando atrás porque constatam que as privatizações ou parcerias público-privadas (PPPs) acarretam tarifas muito altas, não cumprem promessas feitas inicialmente e operam com falta de transparência, entre uma série de problemas que vimos caso a caso”*.

De certa maneira, parece evidente que a entrega desses serviços públicos a empresas capitalistas não pode dar certo. Afinal, elas buscam lucros, e isso as leva a aumentar os preços, a não investir no atendimento da população sem condições de pagar. Aliás, como destacam outros pesquisadores, há um conflito mais profundo entre democratização e privatização: o sistema do lucro individual não convive com a participação política nas decisões que visam garantir os direitos universais de todas as pessoas. É isso que leva as elites econômicas a cuidarem para que o exercício do poder estatal esteja em suas mãos, mantendo sob controle a democracia.

No Brasil, essa reflexão foi codificada no texto base da Campanha da Fraternidade de 2004. Ali toda essa reflexão está sistematizada e organizada.

Na encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, esta reflexão foi incorporada pelo magistério universal da Igreja Católica.

Viver num planeta Água

Neste tempo em que se vive o agravamento da crise civilizacional socioambiental, um dos desafios a serem enfrentados é o antropocentrismo, isto é, a mania de ver tudo a partir do ser humano, das suas necessidades, interesses e desejos. Nem mesmo o passo de considerar os seres humanos e demais seres vivos como membros de uma comunidade de vida é suficiente para romper com essa visão. A Terra continua sendo apenas um lugar, um espaço em que estes seres vivem. Mas ela é muito mais do que isso.

Introduzimos aqui um debate em aberto sobre os “direitos da Terra”. Teria ela direitos, ou seriam apenas uma maior responsabilidade dos seres humanos, os únicos sujeitos de direitos? Como veremos, os povos originários, de longa história, reconhecem que a Terra é fonte da vida, e ela tem direito sagrado de ter tudo que ela criou para gerar a vida. E no diálogo político entre estes povos, agora presentes em processos de construção de sociedades democráticas, e os cidadãos descendentes dos povos colonizadores e educados nas tradições da cultura ocidental, os direitos da natureza, da Pachamama, já foram reconhecidos na Constituição do Equador⁵ e da Bolívia⁶. O que sugerimos é que aprofundemos a temática da água na perspectiva dos direitos da Terra.

Por mais que textos e tradições religiosas tenham destacado a relação com a Terra como ser vivo, como fonte de vida, o domínio da ciência ocidental, e sua instrumentalização pelo capitalismo, conseguiu contaminar quase todas as relações dos seres humanos com os ambientes naturais em que vivem, colocando como base de tudo a separação entre razão e natureza. Por ser racional, o ser humano – e na verdade, o homem, radicalizando a segregação da mulher – teria o direito de apropriar-se da

natureza para utilizar seus recursos para produzir mercadorias, a serem negociadas nos mercados capitalistas, gerando um progresso sem fim. A Terra foi reduzida a um objeto útil para os negócios dos detentores de capital e, com isso, tudo passou a ser apenas recurso, inclusive o desenvolvimento científico e tecnológico, igualmente apropriado pelo capital.

Importante não esquecer a existência até os dias de hoje de povos que se negaram a aceitar essa contaminação materialista. Nas Américas, por exemplo, mas também em outros continentes, povos originários enfrentaram decretos de extinção durante mais de 500 anos para manter seu direito de ser, de pensar, de sentir, de se organizar e celebrar suas relações com os membros de seus povos, com os demais seres vivos e com a Terra. Para eles, a Terra é um ser vivo, fonte de vida, mãe de todos os seres vivos, incluindo os humanos. Ela existe muito antes de cada ser vivo e de cada povo; ela é a fonte da vida de todos eles. Por isso, não é o ser humano o senhor da Terra; ela é que é senhora, e todos somos parte dela. Nessa perspectiva, em que estes povos de longa história existentes hoje desafiam a humanidade a assumir com criatividade sua forma de ser e conviver sintetizada no Bem Viver, a água, muito antes de ser bem comum, patrimônio e direito dos povos humanos e dos demais seres vivos, é fonte e condição indispensável da vida da própria Terra.

A arte, antes da ciência, possibilitou que nos relacionássemos com o Planeta Água. Tudo está interligado entre os inumeráveis fatores que tornaram possível e mantém, durante milhões/bilhões de anos e ainda hoje, a vida deste planeta, mas, desde a mais simples forma de vida, a água esteve presente de forma constitutiva. E foi ela que, nas relações com o sol e com o fogo e todas as suas manifestações, foi tornando possível que a Terra

chegasse a ter um clima e umidade favoráveis a todas as formas de vida que conhecemos – e que a visão racionalista de progresso individual nos levou a desprezar e aniquilar quando não são mediações de aumento de riqueza e poder.

Por isso, a água é, antes de tudo e de todos, um direito da Terra. Sem ela, a Terra deixa de ser viva e fonte de vida. É um direito originário, em relação ao qual ela pode cobrar dos que não o respeitam, poluindo, contaminando, agredindo e matando. A Terra tem direito a que a água seja respeitada e mantida no solo, no subsolo e na atmosfera, com as qualidades que ela gerou. Então, por exemplo, o descuido e a morte de nascentes, que banham os solos depois de correr pelos condutos dos aquíferos, antes de ser um crime contra os seres humanos e demais seres vivos, é um crime contra o direito da Mãe Terra. E a derrubada e queima das florestas e demais coberturas vegetais, geradas pela Terra no longo processo de sua vida para diversificar e manter ambientes geradores de vida, como já vimos em relação à Amazônia e ao Cerrado, é antes de tudo um crime contra a Mãe Terra.

Por ser essencialmente a água a fonte de todas as formas de vida, nós mesmos, seres humanos, e todos os seres vivos das mais variadas espécies, somos mais água do que qualquer outro elemento. Somos 70 por cento, ou mais, água. E só conseguimos viver se, junto com o oxigênio, presente no ar que respiramos e na água que bebemos, estiver disponível e garantida a qualidade gerada pela Mãe Terra.

Em outras palavras, nossa relação com a Terra precisa ter a qualidade da afinação e complementaridade dos instrumentos musicais de uma orquestra: ser harmônica. Sem isso, a Terra e todos os seres vivos, isto é, a comunidade global de seres vivos, de que é fonte originária, Mãe, caminharemos na direção da

morte por sede. Ou cuidamos da água da Terra, ou não teremos como garantir os direitos para todos os seres vivos; na verdade, secaremos.

Falando em secar, já estamos atrasados no enfrentamento dos processos de desertificação em nosso país. Tratam-se de processos em que práticas humanas se relacionam de forma inadequada, descuidada e predatória com as características do regime de águas de cada bioma. A retirada da cobertura vegetal é o começo desse processo, já que, sem as árvores de cada bioma, diminuem gravemente as capacidades de guardar água das chuvas no solo, de manter umidade, de proteger nascentes, de dialogar com as nuvens, favorecendo a condensação e as precipitações de água das chuvas. Quando a agricultura ou a pecuária deixa grandes áreas nuas ou mal protegidas ao sol, dá-se mais um passo rumo ao deserto. O processo se agrava quando, por longo tempo, se retira água do subsolo, se desperdiça seu uso, de modo especial com a irrigação de monocultivos. E ele é completado com as práticas que expulsam grande parte da população para as grandes cidades, em que a falta de políticas públicas de cuidado com o território gera contaminação e morte da vitalidade das águas.

Dois biomas do Brasil precisam de cuidado especial: a Caatinga, por ter clima semiárido, e o Cerrado, por ser território altiplano muito antigo e por ter as características de solo e subsolo já referidas. Na Caatinga, uma área maior do que o Ceará já está desertificada, e a teimosia do agronegócio de manter e generalizar o sistema de produção de commodities faz com que o bioma Cerrado caminhe inexoravelmente na mesma direção.

A existência de crescentes áreas desertificadas no Sul do país deveria ser um alerta de que a tensa relação entre períodos de seca mais longos, enchentes, vendavais, ondas de calor e de frio

– eventos extremos característicos das mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global da Terra – e práticas de agricultura química e artificial das monoculturas do agronegócio, de reflorestamento industrial, de mineração predatória, de geração de energia com multiplicação de represamento das águas dos rios e do faturamento hidráulico do *fracking*, pode, sim, fazer com que o processo de desertificação se torne presente em todos os biomas e regiões do país.

Depredação

A maior depredação de nossas águas está na ruptura de seu ciclo, mas também nos corpos locais de água e até transfronteiriços. Esse fenômeno se coloca na depredação tanto da quantidade como da qualidade dos corpos d'água.

A destruição de mananciais como o rio São Francisco – um caso exemplar para todo o território nacional – se deu seja pelo desmatamento do território da bacia, pelo sobreuso da água na irrigação, pela alteração da dinâmica das águas pelas barragens; seja por todos os tipos de poluição que impactam diretamente a disponibilidade de água para as populações; seja na dificuldade do uso diário; seja pela depredação da flora e da fauna dos rios, mangues e outros corpos d'água... Tem diminuído a disponibilidade da água para consumo e também de peixes, crustáceos e outros bancos de proteínas que sustentavam nossas populações de pescadores, ribeirinhos e populações praiadeiras. Nesse sentido, é preciso deixar claro que os oceanos, com suas águas salgadas, geram o ciclo das águas doces pelo processo de evaporação, além da quantidade incontável de vidas que dependem da água salgada. Portanto, ela não é menos importante que a água doce.

O ciclo das águas continua existindo pela evaporação dos

oceanos, fonte primária de todo ciclo das águas, mas aquele corpo d'água que estava próximo das populações deixa de existir – escassez quantitativa –, ou fica inapropriado para usos humanos e até para outros usos – escassez qualitativa. É preciso citar ainda a escassez social, isto é, quando a água está ali, tem qualidade, mas está apropriada de modo privado por pessoas ou empresas, impedindo sua utilização por toda a comunidade.

A escassez qualitativa vem da poluição por todas as formas de dejetos – urbanos, industriais, hospitalares, resíduos de agrotóxicos, mineradoras etc. – fazendo com que nossos mananciais se tornem fontes de doenças e não de vida.

Esse é um desafio que se coloca para qualquer país civilizado, mas as elites do mundo econômico e político estão de costas para uma questão absolutamente estratégica.

Um futuro sob interrogação e nossas iniciativas

Ora, se a floresta amazônica é fundamental na origem do ciclo de nossas águas, e se o Cerrado é fundamental no armazenamento e distribuição dessas águas, a destruição da floresta amazônica e do bioma do Cerrado têm consequências absolutamente previsíveis para grande parte do território nacional e da América Latina. Portanto, a manutenção dessas florestas em pé – e por que alguns dizem que o Cerrado não é uma floresta, assim como a Caatinga? – é elemento fundamental para as gerações futuras, não só em termos socioambientais, mas econômicos.

Se minério é riqueza, se madeira é riqueza, se soja é riqueza, se gado é riqueza, porque a água e a biodiversidade não o seriam,

justamente elas que proporcionam a existência da agricultura e da pecuária? Estamos dizendo claramente que não haverá economia se não houver a Amazônia e o Cerrado.

E dizemos que, ao mesmo tempo, é imperativo levar à frente a luta pela água como direito fundamental da pessoa humana, contra a privatização, mercantilização da água, enfim, contra o hidronegócio.

Finalmente, temos que tomar iniciativas de recuperar nascentes, rios, matas ciliares, até mesmo a recomposição florestal de todo um território de bacia, além da captação da água de chuva como no Semiárido, do reuso da água, enfim, do cuidado com a água. Essa já não é mais uma tarefa; é agora uma necessidade.

Vale a pena fazer um destaque: está mais que claro que a população do sertão semiárido, que se estende por nove estados, do Maranhão até Minas Gerais, enfrentou com menos sofrimento e sobressaltos os efeitos da seca que dura seis anos por causa da implantação da estratégia popular de “Convivência com o Semiárido Brasileiro”. Nascida das práticas sociais e do apoio de cerca de três mil entidades que se uniram na Articulação do Semiárido (ASA), que tem afirmado, desde o início, que “a água de chuva é o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro”⁷.

A palavra “segredo” tem, nesse caso, muitos sentidos. Pode-se dizer que foi o recado que ouvidos atentos ouviram da própria Caatinga: *“Atente-se, amigo e amiga, não sou deserto nem região de seca; cai em meu território quantidade razoável de água de chuva; se quiserem ajudar-me, e ajudar a vocês mesmos, usem sua inteligência para guardar essa água pra quando a chuva faltar”*. Pode-se dizer também que as práticas de guardar água em cisternas é o ponto de partida sem o qual a vida para os sertanejos e para o próprio Semiárido é difícil.

Aprendendo a se relacionar com as chuvas e guardando água, as condições para a vida começam a mudar. A primeira cisterna, que colhe água de chuva dos telhados, abriu caminho para a segunda, que guarda água que escorre de rampas, e serve para garantir o básico de alimentação. E os mutirões, de conhecimento do bioma Caatinga junto com a construção comunitária de cisternas, abriram caminhos para a necessidade de recuperar as sementes e animais típicos do bioma; para formas adequadas de cultivar a terra, chegando aos sistemas agroflorestais; para a agroecologia; para diferentes iniciativas de economia solidária, na roça e nas cidades, com o destaque da valorização dos artesanatos; para a educação contextualizada, incorporando a educação das crianças aos segredos e potencialidades da Caatinga.

Este conjunto de iniciativas e conhecimentos promovem, na verdade, formas novas de viver e conviver. Vivem e convivem melhor as pessoas, as comunidades, os povos, e todas as pessoas convivem melhor com a natureza da Caatinga semiárida. E o fruto, que, como todo fruto, é ponto de partida, de chegada e de nova partida de processos vitais, é que a própria Caatinga melhora sua vida. O processo de convivência com este bioma ainda não está completo, mas pode-se afirmar com certeza que o Semiárido Brasileiro será um jardim mais vivo e fonte de vida quando todas as pessoas participarem da mudança que a Convivência com o Semiárido significa.

Esse destaque pode e deve servir de alerta para o Cerrado e para os demais biomas. Ou as pessoas, comunidades e povos de cada bioma retomam sua liberdade, roubada e utilizada pelo sistema de produção e de formas de vida dominadas pelo capitalismo, e reaprendem a ouvir os segredos da Mãe Terra sussurrados em seu berço vivo e fonte de vida e mudam sua forma

de viver e conviver, ou a vida do bioma e no bioma irá secando. Não há modelos. Os biomas são únicos, diferentes. As práticas de convivência existentes podem ajudar, mas não dispensam a criatividade e a originalidade.

E vale lembrar: em todos os biomas, mesmo na Amazônia, a água, com diferentes características, é o segredo para a convivência com a Mãe Terra.

Em tempos tão obscuros como o do Brasil atual, em que somos obrigados todos os dias a discutir questões imediatas de sobrevivência de nossa população, estamos abandonando o raciocínio mais estratégico de futuro. As mudanças atuais, inclusive no campo ambiental, principalmente a partir do governo que se instalou no Brasil atualmente, permitem o avanço da destruição sobre os biomas referidos e de nossos mananciais de água.

Aqui fica um desafio poderoso aos movimentos sociais, pastorais sociais, populações tradicionais, esses que estão inseridos nesse contexto de destruição e morte: além de perseverarmos nas iniciativas que já temos, de cuidado e de uma nova cultura da água, o que podemos e devemos ainda fazer diante de um desafio gigantesco como esse?

Referências

- ACOSTA, Alberto. O bem viver e os direitos da natureza. In: O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- BARBOSA, Altair Sales. “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água”. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em 31 de julho de 2017.
- CÁRITAS BRASILEIRA, CPT E FIAN. Água de Chuva – O segredo da Convivência com o Semiárido Brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2001.
- CÁRITAS BRASILEIRA, CPT. Bendita água. Brasília: Dia da Água de 2003.
- CNBB. Fraternidade e Água: Água, Fonte de Vida. Campanha da Fraternidade, 2004.
- SIQUEIRA FILHO, José Alves de et al. Flora das Caatingas do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial Ltda., 2012.
- FRANCISCO, Papa. Laudato SÍ. Edições CNBB. 2015.
- NOBRE, Antônio Donato. Rios Voadores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34Y93Ar4tCA>. Acesso em 20 de setembro de 2017.
- Campanha “Sem Cerrado não há Vida”. Disponível em: <https://www.facebook.com/CampanhaCerrado>



Alternativas ao desenvolvimento. Construindo culturas de vida

Tania Ricaldi Arévalo⁸

A crise civilizatória na qual a humanidade está imersa já deu sinais abundantes de seus impactos perversos, não só pela geração de efeitos negativos, mas também porque essas lógicas se tornaram fatores de violação dos direitos humanos e da natureza; aspectos que se manifestam na corrosão das condições de vida das sociedades. Hoje, mais do que nunca, a civilização humana e a vida correm o risco de serem seriamente afetadas, de desaparecer.

Essa situação levou a humanidade, a ciência, as esferas política e econômica, a filosofia e a ética a considerar a necessidade de debater novos paradigmas e modelos. A questão é analisar se essas rotas paradigmáticas “alternativas” mantêm o *status quo*, disfarçando as respostas, mas mantendo no fundo as mesmas irracionalidades e lógicas de dominação, de acumulação ilimitada, de supremacia da ganância frente às pessoas e à natureza, ou realmente apresentam mudanças estruturais sistêmicas nas formas de conceber, compreender e interagir no mundo e com o mundo ao seu redor. Ou seja, na construção de propostas, atitudes, decisões e ações que se traduzem em paradigmas alternativos ao desenvolvimento.

Imaginar essas rotas alternativas coloca o desafio de definir e assumir novas racionalidades socioambientais e relações socioecológicas em escalas mais próximas das necessidades locais

e dos contextos territoriais, a partir de uma abordagem holística e multidimensional, mas sem perder de vista os contextos globais. Em outras palavras, caminhando para novos paradigmas civilizatórios.

Essa discussão, na literatura, está presente em várias propostas e adjetivos que qualificam e denominam o processo como um paradigma eointegrativo, ecoevolutivo, sistêmico, holístico, comunitário, etc. No entanto, o desafio está em quais são essas rotas alternativas, que características têm, por que fazem diferença e, especialmente, em que medida se tornam exercícios da vida real, cheios de vida, capazes de marcar rotas alternativas harmoniosas, baseadas no respeito e equilíbrio com e entre seres humanos e com a natureza. Embora no nível global não haja sinais de disposição para mudanças reais, na vida cotidiana, na soberania da decisão familiar, local ou comunitária, há experiências que a partir de baixo, do local, estão sendo construídas e têm contribuído para esses processos.

Nesse sentido, reitera-se o pensamento de Gramsci sobre a hegemonia, no qual se argumenta que, além de explicar a dominação a partir de uma dimensão cultural, está dando lugar a pequenas revoluções alternativas (citado por Szurmuk e McKee, 2009), mudanças e propostas que podem dar pistas e iluminar caminhos – não um, mas vários caminhos – para pensar e sonhar alternativas. Hoje, mais do que nunca, a frase “pequeno é lindo” se torna mais importante porque em vez de se desencantar com processos globais, aparentemente há que se virar os olhos e aprender com os esforços locais, que mostram formas de agir e fazer a diferença, a possibilidade de alteridade, que a transformação é possível.

Com base no exposto, este artigo é dividido em três partes, primeiro faz-se a tentativa de caracterizar as encruzilhadas

civilizatórias, consubstanciadas na hegemonia, reducionismo, dominação e depredação que estão por trás do modelo de desenvolvimento. A segunda parte discute o que é a transição paradigmática, sua importância e a diversidade de propostas e abordagens que são incorporadas nas alternativas ao desenvolvimento. E, finalmente, com base em algumas experiências e diálogo com atores locais, como resultado do processo de escuta e reflexão do Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e Justiça (JBGT) da Bolívia e enriquecido com as experiências analisadas no Almanaque do Futuro⁹, se propõem alguns percursos a partir dos exercícios e aprendizados, dos imaginários de vida das pessoas, que permitem passar do debate, do discurso para a ação, para a definição de opções políticas na construção de modos de vida reais e soberanos, de transições paradigmáticas.

Hegemonia, reducionismo, dominação e depredação, bases do “desenvolvimento”

A civilização humana, hoje, mais do que nunca, está em um dilema muito complexo: decidir seguir o caminho do crescimento frenético, do suposto “desenvolvimento”, ou transitar para formas alternativas de vida. Esse dilema se torna ainda mais complexo e entra em um cenário de irracionalidade quando fica claro que o que está em jogo nessa decisão é a vida de milhões de espécies que habitam a Terra, incluindo a espécie humana e o planeta como um todo. Mas, como afirma Leff, “esta encruzilhada civilizatória é antes de tudo uma crise da racionalidade da modernidade e se refere a um problema de conhecimento”, baseia-se na maneira de conceber, conhecer, compreender e interagir com o mundo.

“A degradação ambiental - a morte entrópica do planeta - é o resultado das formas de conhecimento através das quais a humanidade construiu o mundo e o destruiu por causa de sua pretensão à unidade, universalidade, generalidade e totalidade; por sua objetivação e coisificação do mundo”. (Leff 2007: 1)

Por sua vez, essa hegemonia e irracionalidade que determinam essas formas de dominação baseiam-se em concepções errôneas do mundo, das relações homem-natureza e entre os próprios seres humanos, segundo Williams, refere-se não apenas às “questões de poder político direto”, mas “inclui, como um de seus elementos centrais uma maneira particular de ver o mundo e a natureza e definir as relações humanas” (citado por Szurmuk e McKee, 2009: 124). Então, por um lado, temos a concepção da supremacia do ser humano sobre a natureza, que dá lugar a uma suposta possibilidade de dominação da mesma, mas que também toma a forma de outros modos de dominação, como a exercida contra as mulheres, dois tipos de dominação intrinsecamente ligados. Da mesma forma, baseia-se na ideia da superioridade das leis econômicas e humanas – dos homens – sobre as leis, ciclos e processos naturais e os princípios éticos socionaturais.

Isso também se explica através do reducionismo e da fragmentação do conhecimento e define o modo de perceber, entender e agir, definindo as estruturas mentais sociais e individuais, como afirma Shiva:

“As metáforas mecanicistas do reducionismo reorganizaram socialmente a natureza e a sociedade. Em contraste com as metáforas orgânicas em que

os conceitos de ordem e poder eram baseados na interconexão e reciprocidade. A metáfora da natureza como uma máquina é baseada na suposição de separabilidade e manipulabilidade”. (Shiva 1989, citado por Hathaway e Boff, 2009: 144)

Lógica reducionista em que o ser humano baseia suas atitudes de dominação e destruição.

Esses aspectos dão origem a uma concepção equivocada de separação, de desconexão do ser humano da natureza, como se o ser humano tivesse a capacidade de se sustentar sem depender da provisão de recursos naturais, das capacidades e funções naturais que permitem a vida. Essa separação, por sua vez, é reforçada por uma falsa “crença na panaceia universal do desenvolvimento, como a possibilidade de resolver não apenas problemas econômicos, mas também conflitos sociais e ambientais” (Naredo 2006: 118), concebendo o desenvolvimento como sinônimo de felicidade e bem-estar.

Outra falsa concepção é a ideia do ilimitado, uma visão economicista de crescimento sem limites, ignorando a finitude planetária, concepção que originou formas abusivas de exploração e mercantilização da natureza, dos recursos naturais e do meio ambiente, base das mencionadas irracionalidade e dominação. Atitudes agressivas de apropriação da natureza e que amplifica em relação à mulher e outros atores e setores vulneráveis, objetos de dominação, aspectos que corroem as bases de suporte da vida, ignorando os princípios socionaturais de convivência. Nas palavras de Leff, “a capitalização da natureza não-substantiva das entidades que ele quer reconverter à sua própria lógica”. A globalização do mundo sob a lógica do valor econômico e dos

desígnios do mercado leva a dissolver a materialidade e os suportes simbólicos do processo produtivo (1995: 194), negando seu ser, seu potencial, seu poder e sua produtividade social e/ou ambiental.

Com relação aos limites naturais, segundo Fernández Durán, refere-se tanto aos insumos (esgotamento de recursos) quanto às saídas (saturação e alteração dos sumidouros) planetários, a não consideração desses limites gera a catástrofe ecológica anunciada e sem precedentes para a humanidade, contribuindo para o aumento dos desequilíbrios internos, econômicos e sociopolíticos, causando a implantação (e crises) das forças de capital em escala global (2011: 20). Portanto, construindo uma racionalidade sobre o irracional, Naredo, citando Marcuse (1964), destaca que essas lógicas são baseadas na irracionalidade do nosso tempo... a sociedade industrial moderna é cada vez mais “irracional como um todo” porque sua racionalidade pomposa, que defende a eficiência e o crescimento, é em si mesma irracional (Naredo 2006: 113-114).

Outra característica dessa irracionalidade é que em vez de atender às necessidades e fortalecer os suportes para a manutenção da vida, o sistema hegemônico, pelo contrário, é baseado em um modelo que, perversamente, em suas entranhas gesta a desigualdade, a injustiça, a destruição e a insustentabilidade, aspectos que deram origem à crise global que vive a humanidade e o planeta Terra; crises múltiplas e simultâneas que mostram a inviabilidade e a imoralidade social, econômica, política e ecológica do modelo. Nas palavras de Guimarães (1994), essa crise civilizatória está mostrando “... o esgotamento de um estilo de desenvolvimento que tem provado ser ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto” (citado em

Ricaldi, 1999). Uma crise muito mais profunda que se espalhou para todos os aspectos da vida na Terra, que tem demonstrado ter dinâmica própria, o que impede sua reversão sob a mesma lógica de desenvolvimento no âmbito do sistema capitalista (Solón, 2016).

Nesse sentido, as atitudes de dominação, atropelamento dos princípios da convivência e dos direitos humanos fundamentais e da natureza, base do pensamento e modelo hegemônico, levaram à geração de misérias, perversidades, brechas e degradação, que mostram que o caminho do suposto desenvolvimento, assim concebido, não é o caminho para formas plenas de vida, para viver bem ou bem viver.

Portanto, esses cenários de debate tornam-se mais críticos, não pela negação da crise e da não viabilidade dos modelos hegemônicos, mas pela incapacidade de realizar transições paradigmáticas, apesar do reconhecimento mundial há décadas das desigualdades e iniquidades socioambientais por trás dos modelos hegemônicos, especialmente o modelo capitalista neoliberal. Reconhecer a existência da crise e a necessidade de superá-la é questionar o desenvolvimento. Não houve progresso em assumir e construir rotas alternativas, ao propor bases eointegradoras, capazes de reconciliar o bem-estar socioeconômico com o “equilíbrio” e a harmonia ecológica, segue-se apostando nas mesmas lógicas, sem alterar a essência do sistema. Nas palavras de Naredo:

“A pretensão de avançar para um mundo social e ecologicamente mais equilibrado e estável sem questionar as atuais tendências expansivas dos ativos financeiros, os agregados monetários e a mercantilização da vida

em geral é algo tão ingênuo e desinformado que beira a estupidez”. (2006: 106)

Nessa reflexão, no entanto, há cada vez mais evidências com relação a quais serão precisamente os limites ecológicos, em particular, o esgotamento de recursos e as mudanças das funções ambientais e, especialmente, o esgotamento de combustíveis fósseis, cujo consumo está causando um dos problemas globais mais importantes, as mudanças climáticas, que sem dúvida acabarão com essa corrida desenfreada de crescimento “ilimitado” (Fernández Durán 2011: 20), obrigando a humanidade, por bem ou por mal, a transitar para outras formas alternativas de vida.

I. Transições paradigmáticas, Alternativas ao desenvolvimento

Diante dos cenários, condições e impactos decorrentes da implementação de paradigmas hegemônicos, que impõem visões de mundo e definem relações de dominação, desapropriação e violação dos direitos humanos e da Mãe Terra, é inegável a necessidade de imaginar, impulsionar, promover e realizar transições paradigmáticas para alternativas ao desenvolvimento, visando gerar diferentes formas de convivência sicionatural, contribuindo para culturas de vida e não de morte. Um projeto civilizatório que se baseia na crescente evidência e consciência ecológica, o que Paniker chama de consciência da “interdependência eco-bio-socio-tecnológica” (1987: 55).

Nesse sentido, recuperando o pensamento Gramsciano, poder-se-ia falar de “rotas alternativas que superam o economismo dominante tanto na análise histórica e política quanto nas propostas de organização política dos grupos subalternos”¹⁰ (citado

por Szurmuk e McKee, 2009). Onde esses grupos subalternos são, por sua vez, agentes que definem culturas de transformação.

Os processos de transição têm sido nomeados de maneira diferente e diversa. Para ilustrar o debate, vários fatores também são identificados como fatores condicionantes das alternativas ao desenvolvimento. Abaixo descrevemos algumas propostas que coincidem em termos de redefinir a cultura, os valores e formas de relacionamento, sem que isso signifique reduzir as capacidades de atender às necessidades vitais, muito pelo contrário, procuram manter essas capacidades, uma satisfação sem violar os direitos e capacidades da natureza e de outros seres humanos, mas também, mantendo ou fortalecendo capacidades futuras, a partir de uma melhor compreensão do contexto local, territorial, de sua relação socionatural, promovendo a construção da comunidade, da coletividade e baseado em laços de solidariedade.

Da mesma forma, o debate crítico da economia política do desenvolvimento levanta a necessidade de subordinar o econômico ao social e ambiental a partir do reconhecimento de que o sistema econômico, e socioeconômico em geral, depende do sistema natural. Esse é um entendimento elementar para reconhecer a existência de limites naturais para atividades econômicas e sociais. Ou seja, o sistema natural é um sistema maior, que está fora do sistema econômico, portanto, responde a leis e princípios que estão fora da esfera e da racionalidade econômica.

Dentro desse mesmo argumento estão o enfoque “ecointegrador”, abordagem que argumenta, como afirma Naredo, o propósito de “reconciliar em uma mesma raiz eco a utilidade e o bem-estar defendidos pela economia com a estabilidade analisada pela ecologia” (2006: 99). Além disso, citando Norgaard (1984), ele sugere que esse processo supõe conseguir que o sistema

econômico atual coevolua adaptando-se às exigências ecológicas, como ocorreu em grande parte da história da humanidade, em vez de evoluir as patologias descritas, que forçam a evolução degradante do meio ambiente. Essa coevolução também afetaria os padrões de vida e consumo, que expressam o metabolismo de uma sociedade industrial reconvertida ao modelo da biosfera. Uma sociedade que considera os custos físicos de reposição do patrimônio natural (Naredo, 2006: 99-101).

Existe uma diversidade de análises teóricas e empíricas em torno das alternativas ao desenvolvimento. Alguns elementos e argumentos, presentes nesses debates, são os seguintes:

- A base de abordagens alternativas coincide com uma rejeição total do paradigma, a crítica da racionalidade econômica e do crescimento, que inspira o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Nesse sentido, elas também fazem uma crítica radical ao desenvolvimento sustentável, o considerando impossível porque continua a enfatizar o crescimento. Citando Daly, é necessário considerar e reforçar o argumento de que o único desenvolvimento sustentável viável é o desenvolvimento sem crescimento, melhoria com base física e econômica mantida em estado estável... dentro das capacidades de regeneração e assimilação dos ecossistemas. (1966: 193, citado por Santos e Rodríguez, 2012: 41). Essa abordagem enfatiza que a transição paradigmática não pode ocorrer a partir dos desenvolvimentos alternativos, uma vez que eles não resolvem os problemas subjacentes, portanto, isso só pode ser possível a partir das alternativas para o desenvolvimento.

- Portanto, abordagens de alternativas ao desenvolvimento exploram opções pós-desenvolvimentistas, que retardam o crescimento. Um exemplo dessas abordagens alternativas é o ecofeminismo, proposto por autores como Shiva e Mies, que envolve interromper o desenvolvimento como crescimento e adotar uma abordagem que priorize os meios básicos de subsistência e que seja focada em mulheres, famílias, crianças (Santos e Rodríguez, 2012). Também nessa abordagem está a economia social e solidária e a economia do cuidado, que interpelam a lógica econômica do mercado e propõem alternativas e propósitos sociais e não meramente econômicos, que é possível avançar em direção a formas e sentidos de relacionamento e satisfazer necessidades vitais.
- Outras abordagens afirmam que “para enfrentar a transição é necessário aplicar o paradigma holístico à vida cotidiana” (Kossoff, 2011, citado por Elbers, 2014: 86). Recuperando o princípio de inclusão e diversidade, que inspire, ilumine e possibilite a construção de uma cultura baseada em valores e ética, não em racionalidades nem lógicas. Nesse argumento, destaca-se a importância de imaginar coletivamente a visão, como mecanismo que permite a construção de um futuro de forma consciente, uma visão que entusiasme, contagie e mobilize energias sociais (Meadows, 1996, Elgin, 1993, Hathaway e Boff, 2009, citado por Elbers, 2014).
- No debate sobre alternativas ao desenvolvimento também se propõem formas alternativas de conhecimento, recuperando a diversidade cultural e a diversidade de formas de produzir e compreender a produção e

seu propósito, bem como outras formas de construir economias, de satisfazer necessidades básicas, para viver em sociedade (Escobar, 1995: 225, citado por Souza e Rodríguez, 2012: 40), em busca de sociedades mais equânimes, justas, solidárias e sustentáveis, que permitam avançar para a desmaterialização, desmercantilização e descentralização como processos necessários para reduzir a pressão e a depredação, mudar a lógica e democratizar as decisões, o controle e a gestão dos recursos.

- Nessa discussão, é importante destacar alguns dos princípios que, em 1992, eram reconhecidos no Tratado sobre modelos econômicos alternativos, compilados como tratados alternativos Rio 92, por parte do Pacto de Ação Ecológica da América Latina, que propõem que a alternativa ao sistema dominante deve ser baseada no conhecimento e nos modelos locais, autônomos e em comunidades de base, que valorizam as pessoas, cuja experiência se baseia na história e na realidade ecocultural dos povos, na autossuficiência das comunidades e regiões. Além disso, o documento enfatiza que os paradigmas alternativos devem reconhecer e institucionalizar o papel central das mulheres na produção econômica e em todas as formas e sistemas de vida. A dependência recíproca entre as pessoas, comunidades e o mundo natural, que envolve a reconfiguração do sistema de relações baseado na autonomia, igualdade, democracia e solidariedade. E, onde indivíduos e comunidades devem assumir a responsabilidade de organizar suas vidas dentro dos limites dos recursos do planeta (Pacto de Ação Ecológica da América Latina, 1993: 56).

- Uma proposta alternativa que deu luzes e esperança à possibilidade de imaginar transições tem sido desenvolvida e proposta ao mundo pelo Equador e Bolívia. Uma filosofia de vida que recupera o senso de convivência, a cultura, a espiritualidade, o conhecimento e a sabedoria ancestral em sua forma de concepção, relacionamento e compreensão do mundo, onde a comunidade, a reciprocidade e a solidariedade são os alicerces do paradigma. A proposta paradigmática do Viver Bem, o Bem Viver, segundo Huanacuni, reúne as formas ancestrais de vida e convivência a partir de uma relação e inter-relação de afeto com o meio ambiente e “a cultura da vida”, que reúne a compreensão da dinâmica da natureza. Isso gera uma consciência de que “tudo vive” e está interconectado, é interdependente e está inter-relacionado; nada está fora e tudo é parte de tudo, a vida está ligada à Mãe Terra. Aspectos que, por sua vez, definem um entendimento espiritual em que a luta e a defesa da terra e do território fazem parte da reconstituição da cultura de vida, que é uma cultura de relações que perdura, transcende e que essencialmente cria e cuida da vida. Essa consciência se torna sabedoria que é transmitida e, portanto, sempre retorna, se reforça e fortalece a relação com a terra, com a vida. Nesse sentido, a transição é entendida como a transição da sociedade atual para a comunidade de vida, baseada na ética do Bem Viver, refletida na prática cotidiana de respeito, harmonia e equilíbrio com tudo o que existe, ou seja, um “paradigma comunitário da cultura de vida para viver bem” (Huanacuni, 2015).

- Na transição se enfatiza a concepção da Terra como um sistema vivo onde todos os seres estão profundamente interconectados, reconstruindo e se tornando conscientes das interconexões com o mundo ao nosso redor, mas também com o futuro. Escobar, assumindo o pensamento de Macy e Brown (2007, 1998), fala da necessidade de: “... uma revolução cognitiva e espiritual que envolve o desaparecimento do eu moderno e sua substituição por um eu ecológico, não-dualista, que se volta a conectar com todos os seres e recupera o sentido do tempo evolutivo, apagado pelo tempo linear da modernidade capitalista; só assim poderemos aprender novamente a estar ‘em associação com os seres do futuro’ (Macy, 2007, p. 191), ‘curar nossa cultura fragmentada’ (Goodwin, 2007) e avançar nos caminhos da transição (Escobar 2011: 42)”.
- A construção de alternativas, em alguns casos, também se manifesta em resistência à lógica do sistema, isso é, a interpelação e freio no sistema dominante. Uma mostra disso são os vários exemplos de lutas e resistências dos movimentos sociais, povos indígenas e comunidades, em rechaço a visões de desenvolvimento econômico e na defesa dos territórios, recursos naturais, meios e sistemas de vida local (Santos e Rodríguez, 2012: 40-43). No entanto, as resistências por si só não são alternativas, já que como menciona Luengo (2014), as alternativas não estão na luta defensiva, na recriminação ou vitimização dos cidadãos, embora possam partir ou estar ligadas a essas lutas que são certamente justas e necessárias –, mas, em todo caso, deve-se adicionar a essas dinâmicas a proposta criativa e inovadora em seus próprios contextos, respostas frente a

distúrbios ou danos aos meios de vida locais, tomar consciência que o sistema nos afeta, mas que podemos fazer algo diferente. Ou seja, as alternativas não são apenas reivindicação vitimista, o retorno ao passado ou a compensação da perda, mas propostas novas ou atualizadas que surgem num contexto em que não existiam antes (Luen-go, 2014: 14).

- Dentro desse debate entre resistências e alternativas, é necessário que a resistência gere a possibilidade de construir propostas que façam a diferença a partir dos próprios espaços locais. Leff, nesse sentido, afirma que uma nova política do lugar e da diferença está sendo construída a partir do sentido do tempo nas lutas atuais por identidade, por autonomia e por território. O que está subjacente ao clamor pelo reconhecimento dos direitos à sobrevivência, à diversidade cultural e à qualidade de vida dos povos é uma política do ser; é uma política do tornar-se e da transformação e da ação que valoriza o significado da utopia como o direito de cada indivíduo e de cada comunidade de forjar seu próprio futuro. Os territórios culturais estão sendo fertilizados por um tempo que recria as estratégias produtivas e os sentidos existenciais. Não é só a reivindicação dos direitos culturais, incluindo a preservação dos usos e costumes de suas línguas nativas e suas práticas tradicionais, mas uma política cultural para a reconstrução das identidades, para projetar seus seres coletivos transcendendo um futuro predeterminado e excludente; é a resistência à hegemonia homogeneizadora, à globalização econômica e à afirmação da diversidade criativa da vida, construída a partir da heterogeneidade cultural- ecológica (Leff 2002: 205-206).

- Nesse sentido, um desafio nas transições paradigmáticas é o encontro entre as resistências e as propostas e ações alternativas que permitam demonstrar que outras formas de vida são possíveis. Uma cultura de vida e para a vida é aquela que não precisa gerar mecanismos de defesa do sistema do qual faz parte, evolui e se transforma com ele, alimenta e se retroalimenta para se transformar juntos. Um sistema que submete, prejudica e exige que seus subsistemas se defendam do sistema do qual fazem parte não é uma alternativa paradigmática. Uma cultura de vida é uma maneira diferente de ver o mundo, uma forma diferente de pensar, sentir, fazer e viver, uma semente de transformação capaz de gerar e garantir equidade, solidariedade e justiça.

II. Alternativas ao desenvolvimento, olhares a partir das experiências locais, construindo culturas de vida

No debate sobre as transições, no entanto, a análise e a aprendizagem também devem ser incluídas a partir da construção de práticas cotidianas, que no dia a dia tentam fazer frente às lógicas dominantes, tanto da produção quanto do consumo, mas também a partir de formas organizativas que reconfiguram as relações de poder, seja de comunidades, coletivos, associações, que permitem transcender o individual e pensar a coletividade, o bem comum, o bem-estar individual a partir da contribuição para o bem-estar social, como parte de um coletivo.

Muitas experiências emblemáticas também surgem da marginalização, da omissão do sistema hegemônico, das necessidades individuais ou grupais ou dos efeitos sobre seus meios e

modos de vida. Outras experiências surgem e são fortalecidas a partir da criação de uma consciência planetária ou ecológica, mas também de uma consciência social, da conformação de massas críticas, de comunidades criativas, que se opõem às lógicas de depredação e desigualdade, portanto imaginam e constroem propostas e tomam a decisão de agir para transformar sua realidade, desafiando as lógicas de reprodução do sistema dominante. Essa ação é baseada na definição de valores, princípios, relações, condições e estratégias de vida.

García Canclini entende essa jornada a partir das ausências e lacunas, seja do Estado ou da classe hegemônica, que marginalizam setores da população, que são forçados a definir suas próprias estratégias que lhes permitam reproduzir sua vida, nesse sentido afirma:

“Dado que a classe hegemônica e o Estado não podem incorporar todos os setores à produção capitalista ou fornecer bens e serviços suficientes para sua reprodução material e simbólica, eles devem aceitar que parte do povo estabeleça suas próprias maneiras de satisfazer suas necessidades” (García Canclini, 1984: 76).

Há pelo menos cinco anos, o Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e Justiça (JBGC) da Bolívia vem desenvolvendo processos ligados a reconhecer os imaginários das pessoas em relação ao que é desenvolvimento. Um processo de diálogo e escuta que permitiu abordar os imaginários de vida da população. Há também outras iniciativas de diálogo que sistematizam experiências alternativas, por exemplo o “Almanaque do Futuro” (Krekeler, 2017), que a partir do diálogo e das histórias das pessoas reconhece aprendizagens que motivam

e inspiram as transições, segundo Krekeler “fazer nascer algo diferente” (2018: 2).

Nessa abordagem a partir dos imaginários e experiências locais, se reconhece a reflexão de Grimson, que argumenta que “compreender práticas produtivas ou alimentares, religiosas ou musicais, a partir da perspectiva dos atores pode nos permitir definir quais são, por si mesmos, seus próprios contextos, suas concepções de poder, seu modo de processar o relacional e suas imaginações de mundos de vida diferentes. As políticas da diferença necessariamente entram em tensões com os poderes de coação civilizatória e assimilacionista, embora possam também ser inscritas nas reconversões de diferenciações instituídas” (Grimson, 2013: 15).

Nesse sentido, quais podem ser algumas das condições para identificar alternativas ao desenvolvimento, as características comuns que tornam essas experiências e visões a partir das pessoas, experiências de transição motivadoras na construção de culturas da vida.

Um aspecto relevante é o cotidiano, que enfatiza que as necessidades vitais da população são fatores motivadores de transformação. A população, as comunidades, famílias ou coletivos reagem e decidem agir quando o sistema afeta, reduz, viola seus meios de vida locais.

A tomada de consciência ecológica e social é outro fator que está motivando atitudes éticas de respeito aos direitos da Mãe Terra e respeito aos direitos humanos. Segundo Luengo, “as condições necessárias para o surgimento de alternativas são a conjunção de uma tomada de consciência, no pensamento e na ação, com a criatividade e inovação dos cidadãos” (2014: 16).

Outro aspecto importante é que as alternativas promovem processos de autogestão, autonomia e auto-organização, cons-

troem e coordenam alternativas a partir da escolha e decisão social. São processos conjuntos entre grupos de cidadãos, comunidades, coletivos, que definem ações para mudar suas condições de vida, sua inter-relação socionatural ou para definir normas que permitam uma convivência mais harmoniosa com seu entorno. Recuperando sua responsabilidade social e planetária e com base em princípios de reconhecimento e respeito de “outro ou outra”, igual ou diferente.

Uma característica desses processos é que surgem do pequeno, do local, para estabelecer diferentes formas de relacionamento a partir da territorialidade e da comunidade. Serem locais e de perspectivas diversas explica o reconhecimento da existência de múltiplas e diversas alternativas, diferentes visões e caminhos que podem permitir o desenvolvimento de alternativas viáveis, criativas e inovadoras, tanto socioeconômicas, como políticas e ecológicas.

Incorporar a ética como princípio de vida, baseado em valores e não em lógicas e racionalidades.

Esse fazer e viver distinto é o que permite falar de alternativas ao desenvolvimento. Portanto, envolve a construção de processos diversos e múltiplos que permitam a definição de novas culturas de vida. Isso, por sua vez, coloca o desafio de continuar dialogando, aprendendo e construindo essa caminhada em direção a formas harmoniosas de convivência.

Referências

- ELBERS, J. Ciencia holística. Para el buen vivir: Una introducción. Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA). Serie Transiciones, Lina Herrera y Polyp, Quito: Manthra Editores, 2014.
- ESCOBAR, A. Más Allá del desarrollo: post desarrollo y transiciones hacia el pluriverso, In: Revista de Antropología Social, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38821953.pdf>
- FERNÁNDEZ DURÁN, R. La quiebra del capitalismo global: 2000-2030. Preparación para el comienzo del colapso de la Civilización Industrial. El inicio del fin de la energía fósil: una ruptura histórica total. Fundación Solón-Ecologistas en Acción, La Paz: Edición boliviana. Ed. Gráfica Aplicada, 2011.
- GARCÍA CANCLINI, N. Cultura y organización popular Gramsci con Bourdieu. In: Cuadernos Políticos, Número 38, México, D.F.: Ediciones Era, 1984.
- GRIMSON, A. Introducción en Hegemonía cultural y políticas de la diferencia, Grimson, A. y Bidaseca, K. (Coord.), Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- HATHAWAY, M, y Boff, L. The Tao of liberation: Exploring the Ecology of Transformation. Maryknoll - Nueva York: Orbis Books, 2009.
- HUANACUNI, F. Vivir Bien/Buen Vivir. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias de los pueblos ancestrales, 6ta. Edición, La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2015.
- KREKELER, J. Notas de reflexión sobre alternativas, 2018.
- KREKELER, J. Almanaque del futuro, 2017. Disponível em: <https://almanaquedefuturo.wordpress.com/espanol/>
- LEFF, E. La complejidad ambiental en Revista Polis Vol. 6, Núm. 16. Hacia la Transdisciplinariedad, Santiago de Chile, 2007.
- LEFF, E. La geopolítica de labiodiversidad y El desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de La naturaleza” en La Guerra Infinita. Hegemonía y Terror Mundial, Ceceña, A.E. y Sader, E. (comps.), Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LUENGO, E. (coord.) Las alternativas ciudadanas para otros mundos posibles: pensamiento y experiencias, Guadalajara: ITESO, 2014.

NAREDO, J.M. Raíces económicas del deterioro ecológico y social. Más allá de los dogmas. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2006.

Pacto de Acción Ecológica de América Latina. Construyendo el Futuro. Tratados Alternativos de Río 92, Montevideo: Foro Internacional de ONGs y Movimientos Sociales. ComunArte, 1993.

RICALDI, T. (comp.) La economía ecológica: Una nueva mirada a la ecología humana, CESU-UMSS/UNESCO. Cochabamba: Plural editores-CID, 1999.

SANTOS, B. RODRÍGUEZ, C. Introducción. Para ampliar El canon de la producción”, en Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista, Boaventura de Sousa Santos (coord). México: Fondo de Cultura económica D.F., 2012.

SZURMUK, M. MCKEE, R. (Eds). Diccionario de Estudios Culturales Latinoamericanos, México: Siglo XXI Editores, 2009.



Armadilhas do paradigma do desenvolvimento: um convite ao debate da transição

Autoria coletiva da FASE¹¹

“Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo: por um Brasil Democrático, sem desigualdades e com justiça ambiental”.

(Título da carta política da FASE)

Mais que um convite, a citação acima é antes de tudo uma síntese reflexiva a muitas mãos e pensamentos críticos que visa contribuir para deslocar o debate sobre “novos paradigmas” a um ponto de inflexão mais programático e articulado a uma urgente e necessária discussão sobre “transição”, sem o qual se reduzirá o potencial de construção de paradigmas substantivos de inclusão e de reconhecimento das atuais maiorias sem horizonte em face da explosão das desigualdades que afetam essa geração e condenam àquelas que ainda virão, desigualdades essas paradoxalmente sustentadas por ideologias que mais se assemelham a armadilhas do que sua superação.

O mundo e o Brasil, em particular, se encontram diante de profundas mudanças desde as últimas décadas. Postular, elaborar e alcançar algum ideário de Brasil Sustentável e Democrático¹² é para nós um exercício que busca a incorporação de vastos

segmentos da população que dele ainda se encontram excluídos para o processo de conscientização e luta por essas transformações sociais. Esse processo de acumulação de forças na sociedade passa também pela crítica de ideias-força que seguem mobilizando energias das lutas sociais em nosso país, em especial a ideologia do progresso e a ilusão do desenvolvimento, essa sim, uma potente armadilha.

A conjuntura em que se inserem essas reflexões está marcada por rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar jurídico-midiático-empresarial e pela ascendência de um governo de direita ultra-neoliberal e conservador. Depois de décadas de ciclos desenvolvimentistas e períodos de predomínio do neoliberalismo, o contexto em que hoje se dá o debate sobre a questão do desenvolvimento encontra-se substancialmente modificado.

Já há um tempo vivemos uma crise de legitimidade dos paradigmas desenvolvimentista e neoliberal, nos quais a diferenciação que havia entre o campo desenvolvimentista e as propostas de matriz anticapitalista se mostravam bem incipientes. Hoje, essa diferenciação foi ainda mais arrebatada pela eleição que levou ao poder um governo altamente conservador, de orientação política de direita e ultra-neoliberal que já está a corroer as frágeis bases que deram algum fôlego ao paradigma desenvolvimentista dos últimos tempos.

Diante disso, a discussão ora proposta quer se somar a todas as iniciativas de parceiros e interlocutores no universo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que se proponham a contribuir para a formulação de novos paradigmas e para a construção de um ideário alternativo ao desenvolvimento. Entendemos que este propósito inclui a tarefa incontornável de ampliar esse debate junto às diversas camadas da população

e sujeitos políticos que ainda compartilham o ideário do desenvolvimento.

O convite aqui está dirigido a todas e todos que se identificam com causas, princípios e conceitos que, de partida, nos servem de referência e de encontro: a radicalização da Democracia, o respeito aos Direitos Humanos, à Natureza, a defesa dos bens comuns¹³, a preservação das condições de vida humana no planeta, a solidariedade, o direito à cidade, a soberania e segurança alimentar e nutricional, a justiça ambiental, o bem viver, o feminismo, a valorização da diversidade étnico-racial, geracional, de identidade de gênero e de orientação sexual. Aqui se incluem pessoas e organizações cujos valores são opostos ao individualismo exacerbado que se encontra no cerne do modo de vida dominante na sociedade capitalista. A superação da cultura patriarcal e machista dominante na sociedade atual, a erradicação de todas as formas de violência sexistas e do racismo, o fim do estado de exceção permanente a que está submetida a população pobre em nosso país, a interrupção do genocídio da população negra e do etnocídio dos povos indígenas constituem referências centrais.

A centralidade da questão da Democracia – fundamentada em particular na justiça socioeconômica, étnico-racial, de gênero e ambiental – como base para a realização desses valores, se torna evidente ao atentarmos para a complexidade das transformações com as quais nos propomos a contribuir coletivamente. Temos a compreensão de que se trata de dar passos em um processo de avanço de longo prazo, cuja complexidade se evidencia nas contradições entre distintos segmentos das classes populares. Um desses primeiros passos é romper com o paradigma vigente do desenvolvimento, ainda ativo e ativado em grande

espectro do pensamento crítico e das organizações da sociedade civil no campo dos direitos.

É preciso romper com a armadilha do desenvolvimento

Estamos desafiados a responder à seguinte pergunta: *por que continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimento?* Já faz tempo que constatamos o aprofundamento da crise da ideologia desenvolvimentista e questionamos o próprio conceito de desenvolvimento – e, conseqüentemente, o de subdesenvolvimento, entendido como *ausência ou baixo grau* de desenvolvimento. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* são categorias estruturantes de um pensamento que coloca os países centrais do capitalismo como modelo para o conjunto da humanidade e como meta a ser alcançada, da qual se afastam, a cada virada da História, daqueles países – ditos “em desenvolvimento” – que a perseguem.

Os diversos adjetivos que se foram atribuindo ao conceito de desenvolvimento ao longo do tempo em resposta às críticas, como “sustentável”, “humano”, “social”, não resolveram a contradição inerente ao conceito, pois este permanece intrinsecamente associado ao de crescimento econômico. Levantamos duas hipóteses para explicar o fato de continuarmos prisioneiros dessa armadilha ideológica. A primeira diz respeito à posição subalterna do Brasil na disputa de poder entre os Estados no sistema interestatal capitalista.

A segunda decorre do colapso das supostas alternativas reais ao sistema capitalista, após a derrocada do bloco soviético e a derrota da socialdemocracia pela contrarrevolução neoliberal.

Este suposto “fim da História” decretou o triunfo do capitalismo globalizado neoliberal e estreitou os horizontes utópicos que guiam a luta social. Ao contrário da narrativa neoliberal – de que “não há alternativa ao capitalismo” – entendemos que, como o “desenvolvimento” é uma expressão ideológica da dominação da humanidade pela lógica da acumulação de capital, buscar alternativas a “ele”, reelaborando-o, é buscar alternativas ao próprio capitalismo.

O esforço preconizado em nosso país pelos ideólogos do desenvolvimento – de alcançar o nível e modelo de desenvolvimento dos países centrais – raramente questiona a histórica dívida social, ecológica e econômica destes países com o Sul global, consolidada durante séculos de saque e transferência de nossas riquezas, desde o período colonial. Ou seja, a ideia de desenvolvimento baseada num padrão, que só foi e é possível através da pilhagem sistemática, às custas da exploração e espoliação de nossos territórios e povos, não passa de uma ilusão.

Romper com esta ilusão implica denunciar e cobrar a reparação destas dívidas dos países “desenvolvidos”. Requer, ainda, questionar a legitimidade das dívidas financeiras, imposta pelas elites e governos do Norte global ao Sul global (com a cumplicidade das elites locais), como mecanismos de aprisionamento em relações assimétricas, e entender como esses processos compuseram a exclusão estrutural necessária à manutenção da própria ordem econômica mundial.

Esse sonhado desenvolvimento torna-se ainda mais impossível com o distanciamento tecnológico crescente entre o Brasil e os países centrais do capitalismo, a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, a financeirização e o colapso financeiro no centro do capitalismo globalizado em 2008. Na atual situação

de crise profunda, em que o país está mergulhado, fica cada vez mais claro que a especificidade do capitalismo periférico brasileiro reside, justamente, no fato de que a desigualdade e a exclusão há muito se transformaram em elementos vitais de sua dinâmica.

Isso se evidencia em uma das premissas fundamentais subjacentes aos programas e políticas de desenvolvimento: a de que os modos de produção e de vida nos territórios não são reconhecidos ou não expressam o “interesse nacional”. Este fica, assim, reduzido a atividades econômicas que gerem valor de troca de forma integrada nas cadeias globais de valor, mesmo que suas estruturas sejam concentradoras de renda, ambientalmente devastadoras e promovam o etnocídio de povos indígenas, camponeses e povos e comunidades tradicionais. É uma ideia de “interesse nacional”, acessada para justificar o crescimento econômico como fim em si mesmo, reafirmando a continuidade do capitalismo extrativo e espoliador e a invisibilização das assimetrias de poder, que sentenciam os grupos sociais subalternizados à espoliação ou à inserção subordinada aos empreendimentos que se projetam sobre seus territórios.

A estas populações busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem. Pelo contrário, os sistemas produtivos tradicionais e agroecológicos, que têm dado sustentação à sociobiodiversidade dos territórios, são taxados de improdutivos por não promover a acumulação de capital em larga escala e não viabilizar a extração financeira.

Neste contexto, a reivindicação constante dos sujeitos políticos de que se respeitem os tempos e as formas de consentimento livre, prévio e informado a partir dos territórios é, em

si, uma reivindicação pela própria radicalização da democracia enquanto valor. A desigualdade distributiva dos ônus do desenvolvimento e a negligência brutal ao dissenso confirmam que, como parte inerente à lógica da ideologia do desenvolvimento, está a erosão da própria democracia¹⁴. Diversos povos das cidades, campo e florestas insurgem em conflito direto com os projetos de “desenvolvimento”, que implicam sua aniquilação e a transformação de seus territórios em zonas de sacrifício para o processo de acumulação do capital em escala global. A aposta estratégica em direção a novos paradigmas é fortalecer esta insurgência.

A luta pela (re)existência nos territórios constitui ao mesmo tempo a luta por horizontes alternativos no campo da soberania dos povos, pela radicalização da democracia, em contraposição a uma soberania que se quer “nacional” e, portanto, é homogeneizadora, totalizante e definida pelos que detém o poder econômico e político. Esta perspectiva emancipatória qualifica e subsidia a construção de um projeto comum, que respeite e reconheça a diversidade sociocultural e produtiva e a multiterritorialidade contidas no Brasil, que reafirme o direito à autodeterminação dos sujeitos políticos sobre seus territórios de vida, sobre seus corpos e que vise à ampliação do bem comum e à justiça social e ambiental.

Diante deste contexto, sentimos a urgência de levar para outro nível nossas críticas sobre os impactos do modelo de desenvolvimento neoextrativista¹⁵ (que se aprofunda na base da expropriação, contaminação, mercantilização e privatização dos bens comuns). Propomos avançar para uma sinalização de ruptura com a ideologia do desenvolvimento e com o caráter estruturante das desigualdades que a sustentam. Por consequência,

buscamos facilitar a emergência de práticas, valores e saberes contra-hegemônicos, que possam informar o processo coletivo de construção de alternativas ao desenvolvimento e de formulação de novos paradigmas para um novo pacto societário, que promova as transformações socioeconômicas necessárias à reconstrução de um horizonte de futuro. Nessa busca, destaca-se como referência maior a defesa e promoção dos Bens Comuns – sejam os Comuns naturais ou de caráter social, cultural ou político – que servem ao bem coletivo e se destinam a fins coletivos.

Ao deixarmos de ser reféns do ideário do desenvolvimento, reconhecendo-o como uma promessa falida e irrealizável, que só existe para alguns poucos (países/pessoas), na medida em que promove de forma generalizada a exclusão de muitos ou, no máximo, sua inclusão subordinada, estaremos livres, então, para recompor um imaginário utópico que mobilize e fortaleça as lutas sociais, que buscam superar as desigualdades (ambientais, de gênero e raça etc.) que são forças-motoras desse paradigma.

Portanto, ao contrário de nos propormos a repensar ou a retomar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, devemos estimular as organizações da sociedade civil – cujos valores centrais sejam a luta contra as desigualdades sociais e ambientais e pela democracia em caráter substantivo, com distribuição de poder e riqueza – a romperem com a armadilha do “desenvolvimento” facilmente difundido e ensinado nas mais diferentes escolas de pensamento de centro-esquerda.

Sem desmerecer que diferenciadores históricos entre as políticas que operacionalizaram no Brasil diferentes desenhos de desenvolvimento, é certo que foram comuns entre essas políticas a imposição de limites socioambientais, de um lado, e de outro, a resistência de povos e comunidades tradicionais que, desde lá,

vem arcando de maneira desproporcional com a erosão da base de seus modos de vida, com o cercamento de seus territórios por grandes projetos de investimento. As rupturas institucionais no Brasil pós-golpe e agora com o novo governo federal estão realizando o acirramento avassalador de processos de privatização, que remontam ao estabelecimento da hegemonia da agenda ultra-neoliberal na economia política mundial, a partir da década de 80 do século XX. Esses processos deslocaram, paulatinamente, a atuação do Estado de ações mais contundentes em prol do interesse público para a maximização das agendas do mercado.

Populações de áreas periféricas das cidades, povos e comunidades tradicionais do campo e das florestas, antes reféns do pacto de governabilidade, tornaram-se hoje a primeira camada de absorção dos impactos dos pacotes de austeridade fiscal, impostos pela coalizão conservadora que usurpou o poder no Brasil por via não eleitoral. Vai se consolidando uma nova fase de privatizações, ou de ampliação do mercado, que não abandona a aposta extrativista e na acumulação financeira, mas sim antes a eleva a requintes de desumanidade, desmontando as políticas sociais que serviam de paliativo às espoliações.

A era neoliberal tem sido há décadas atravessada por uma lógica de colonização totalizante da vida política, social e cultural pelo mercado. Como resultado, o Estado, imbuído desta lógica, passa a operar cada vez mais como um Estado empresarial, em conluio com as grandes empreiteiras, impondo às populações nos territórios projetos com graves impactos socioambientais. Não se trata, portanto, de um processo homogêneo e de avanço progressivo e contínuo. Dentro da mesma era neoliberal, vivemos momentos de franca implementação do receituário neoliberal mais ortodoxo, reféns do FMI e de uma

elite política organicamente convertida a este ideário. E vivemos também momentos de um suposto desenvolvimentismo, com matizes contraditórias, combinando, simultaneamente, o não enfrentamento do rentismo e o avanço do neoextrativismo como forma de realizar direitos e garantir a soberania nacional.

Por isso é que devemos insistir na pergunta “por que continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimentismo?”, pois, se de um lado, há crise da ideologia desenvolvimentista, por outro lado seu questionamento radical é um caminho para sairmos dessa armadilha e deixarmos que outras apostas se ponham em debate, conforme sinalizaremos abaixo nessa breve reflexão sobre transição – ponto essencial para se avançar na direção de outros paradigmas.

Transições e seus desafios

Tendo clareza de que a questão de fundo que nos desafia aponta para a necessidade da emergência, no longo prazo, de uma sociedade pós-capitalista, em âmbito planetário, o esforço de debate e de elaboração em curso visa a construção de um processo histórico global de transição, que talvez possa ser abordado inicialmente nos seguintes termos: como assegurar o atendimento das necessidades da população brasileira na transição para uma economia e uma sociedade pós-capitalista?

No ponto de partida desta reflexão precisam estar claras algumas referências, entre as quais o reconhecimento das limitações da consciência e da força de vontade dos diversos sujeitos políticos só podem ser contrabalançadas pelo exercício rigoroso da democracia e pelo reconhecimento da importância da ação em rede para a mudança. Entre essas referências destacamos a sustentabilidade ecológica, a dimensão humana – não apenas

econômica – das transformações; o reconhecimento dos inevitáveis conflitos entre os interesses e as prioridades de grupos sociais específicos e as prioridades mais amplas da preservação do meio ambiente e da defesa dos bens comuns da humanidade.

A luta pelo atendimento das necessidades básicas da população e sua efetivação constitui um fator decisivo de um processo de transição. Por serem básicas, tais necessidades são fundamentais para garantir as condições materiais e subjetivas no seio do povo, sem as quais é inconcebível um processo de transição.

Não se deve perder de vista que a transição é uma transformação humana e que passará, necessariamente, pela constituição de novas subjetividades, como novos papéis nas relações de gênero, pessoais, afetivas, na esfera pública, etc. Somos contrários à uniformização dos desejos e dos modos de viver. Buscamos fortalecer valores que nos libertem da formatação pelo mercado das subjetividades individuais e coletivas.

Partindo do reconhecimento da centralidade da questão democrática na transição, devemos nos perguntar como estabelecer uma via democrática de reestruturação produtiva. Não podemos perder de vista que o processo decisório para a construção de uma nova economia passa por complexos processos de negociação entre as classes sociais e setores da população, enfrentando as “contradições no seio do povo”.

A transição para um novo padrão de produção e consumo terá de assegurar o atendimento das necessidades da população – de acordo com um consenso democrático difícil de construir – e terá de responder concretamente à questões como as da lenta agonia da indústria no país. Se considerarmos as demandas da população de atendimento de saúde e educação de qualidade, mobilidade urbana em cidades democratizadas, alimentação

adequada e saudável, lazer, segurança, etc., tais questões não poderão ser respondidas na lógica de visões baseadas, exclusivamente, no decrescimento econômico ou na negação sumária de várias atividades produtivas (não ao petróleo, à mineração, à produção de celulose, etc.), sem prejuízo de uma posição clara de princípio contra o neoextrativismo.

Tampouco podemos reduzir a transição à necessária adoção de políticas voltadas para a justiça distributiva. Sabemos que mesmo sem níveis expressivos de crescimento, mas com redistribuição mais equitativa do que já se tem, é possível elevar a qualidade de vida dos despossuídos. No entanto, essa redistribuição encontra os seus limites tanto no caráter desigualmente concentrado da riqueza financeira, quanto na natureza privatista do acesso aos bens de consumo levada a cabo pelos setores privilegiados da população.

Reconhecemos a extrema complexidade da transição para uma nova matriz produtiva que atenda às necessidades democraticamente priorizadas pela sociedade. Ainda que, na transição, se avance no sentido da superação do individualismo exacerbado, do consumismo e do produtivismo, terão de ser feitas escolhas e definições de prioridades. Por exemplo, como proceder à substituição do transporte individual por transporte público de qualidade ou produzir equipamentos médicos de alto nível tecnológico sem que o país disponha de uma base industrial? Como equacionar a relação entre a manutenção dessa base industrial – talvez no início até mesmo a sua expansão – e a necessária contenção do neoextrativismo? Quais os critérios para estabelecer áreas livres de mineração (por que escolher umas e não outras?), para implantar uma economia de baixo carbono, etc.?

As implicações geopolíticas dessas questões não poderão ser

esquecidas num contexto em que o Brasil é um dos países periféricos na mira do poder imperial, cuja dominação tem como um dos seus pilares o controle mundial do petróleo e dos recursos minerais, com enormes interesses – no caso do Brasil – na captura crescente da terra, água e recursos genéticos. Outro componente extranacional é o entendimento de que nossa oposição ao estabelecimento e continuidade de zonas de sacrifício não significa a injusta realocação das zonas de sacrifício alhures, subjugando outros povos e suas territorialidades. A defesa dos bens comuns e de sua ampliação está baseada do ponto de vista internacionalista na defesa do princípio de cooperação Sul-Sul dos povos como estratégia de emancipação articulada. Inerente a isto está a defesa do princípio de soberania dos povos, expressa na reivindicação da legitimidade primeira na determinação do destino dos territórios pelos sujeitos políticos que os constituem e constroem.

Podemos prever um longo processo de transição, mas tal percepção não pode diminuir o sentido de urgência dos desafios que se colocam para todos nós frente à crise econômica global; os conflitos armados; a mudança no Brasil, e em outros países, da curva demográfica (envelhecimento da população), na contramão da redução dos gastos públicos (desmonte da previdência social); as mudanças climáticas e às catástrofes ambientais; que já estão gerando intensos e conflitivos fluxos migratórios – com um número crescente de refugiados de guerra, refugiados climáticos, refugiados da miséria.

As alternativas já estão sendo construídas

Haveria motivo para desânimo se não tivéssemos a percepção de que as alternativas já estão sendo construídas no interior

do sistema. Apesar dos retrocessos e do conservadorismo que ascenderam ao poder nacional, há uma força social que faz frente ao avanço dessa lógica.

É uma reação insurgente de sujeitos políticos em defesa de bens e práticas comuns e de outras formas de ser, viver, produzir. Os coletivos de comunicação popular; a multiplicação de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos; de redes de guardiões e guardiãs de sementes crioulas; a gestão dos territórios baseadas em protocolos comunitários, em estabelecimento de áreas livres de agrotóxicos, transgênicos, mineração e petróleo; propostas de convivência do semiárido e gestão democrática da água; os fundos comunitários socioambientais e solidários; as iniciativas de produção e usos coletivos dos espaços urbanos, ancoradas na perspectiva da justiça ambiental; dentre outros, fazem parte da gestação das alternativas.

Além de enfrentarmos os já mencionados desafios comuns da humanidade frente à crise global – e sem perder de vista o papel do Estado na transição para uma sociedade sustentável –, devemos reafirmar a centralidade da aposta nos sujeitos do campo político comprometidos com a transformação social, e suas autonomias, como motor do processo de transição.

Com essas reflexões, a FASE vem atualizar e renovar os seus compromissos com as classes populares e por densas transformações da sociedade, cuja efetivação pressupõe um acúmulo prolongado de forças pelos povos, populações, trabalhadoras e trabalhadores das cidades, do campo e das florestas.

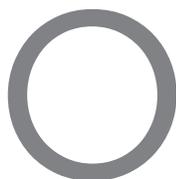
A FASE é uma organização da sociedade civil brasileira, com atuação nacional e internacional na defesa do Direito à Cidade

com Justiça Socioambiental, Promoção da Soberania, da Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia, Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e direitos territoriais e na Organização de mulheres como sujeitos de direitos.



Bens Comuns¹⁶

Julianna Malerba¹⁷



s Comuns se referem a práticas coletivas e auto-organizadas de compartilhamento equitativo e gestão democrática de recursos (materiais ou imateriais), serviços ou espaços. Essas práticas se regem pela adoção de princípios de não apropriação permanente e exclusiva de bens considerados essenciais à sobrevivência, à manutenção da coesão social e à garantia de autonomia. São exemplos: a criação de sistemas de produção e compartilhamento de conhecimento, como o desenvolvimento colaborativo de software livres; os acordos que regulam as práticas de manejo, conservação e uso comum da biodiversidade por comunidades camponesas e povos tradicionais e as normativas que as protegem; o desenvolvimento de sistemas de distribuição e gestão comunitária das águas; as cidades, enquanto produção social e coletiva de espaços compartilhados, e as lutas que buscam protegê-las dos cercamentos e privatizações promovidos pela urbanização neoliberal; a instituição de regimes jurídicos que garantem o uso coletivo dos camponeses e das comunidades sobre suas sementes, etc.

Essa definição implica considerar que o caráter comum atribuído a um determinado bem não está dado por características intrínsecas, próprias à sua natureza. Isso significa dizer que a atmosfera, água, biodiversidade, ruas, parques, bibliotecas, conhecimento, espectro eletromagnético etc. são reconhecidos e reivindicados como bens de uso comum porque as sociedades assim os têm constituído historicamente. Os bens comuns,

portanto, são *resultado* de decisões políticas tomadas por coletividades que se sentem vinculadas àquele bem, que dele fazem uso e que têm interesse em sua conservação e ampliação (Helfrich, 2008). Nesses termos, o próprio processo de *comunização* (isto é, a constituição de “sistemas sociais e jurídicos para administração dos recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável”¹⁸) é parte constitutiva dos bens comuns, porque é por meio dele que esses bens são produzidos como tais e mantidos desmercantilizados.

Sob essa perspectiva, alguns autores (Laval e Dardot, 2015) consideram os Comuns – ou o Comum, como preferem nomear – como um *princípio político*– que tem influenciado as agendas e a práticas políticas de um conjunto de lutas e movimentos críticos ao contexto de intensa privatização imposta pelo neoliberalismo e de esgotamento das formas representativas de participação política. Em suas análises, sustentam que as resistências a novas formas de cercamento e privatizações têm não apenas revelado um mundo de relações comunais até então pouco valorizadas como também produzido novas formas de cooperação que se contrapõem à racionalidade capitalista e à *lógica normativa* (da competição, do mercado, do individualismo, consumo, das soluções privadas) imposta pelo neoliberalismo. Esse regime de práticas, lutas e instituições apontariam para um “porvir não capitalista” que visa sua superação (Laval e Dardot, 2016b).

Com efeito, a expressão *Bens Comuns* ou *Comuns*, usada contemporaneamente para nomear recursos de uso compartilhado e as práticas que os produzem e protegem, têm como referência o processo histórico de erradicação dos direitos consuetudinários sobre os usos de terras comuns (*commons*)

na Inglaterra entre os séculos XVII e XIX. Esse processo se consolidou mediante o cercamento (*enclosures*) de áreas de acesso comunal que representavam fontes complementares de alimento, pastagem e madeira para famílias camponesas. Privada da terra e de seus meios de subsistência, uma enorme massa de camponeses foi obrigada a vender sua força de trabalho não podendo mais contar com os recursos coletivos para garantir a sua reprodução social. Embora historiadores como Bloch (2001) e Thompson (1997) tenham demonstrado que o processo de consolidação do individualismo agrário (em contraposição aos direitos e ao uso comum da terra) não ocorreu de forma linear, homogênea e progressiva, tendo havido bloqueios e retrocessos que buscavam neutralizar os resultados dos cercamentos, os efeitos cumulativos desse processo transformariam definitivamente as relações sociais de produção (definindo o predomínio da forma assalariada) e estabeleceriam um processo crescente de monetarização das relações econômicas.

Os cercamentos das terras comunais na Europa Ocidental e o processo de colonização das Américas – episódios fundantes da modernidade capitalista – viabilizaram, por meio da destruição de bens comuns, a acumulação primitiva a partir da qual o capitalismo se desenvolveu (Mattei, 2013). A percepção de que esse modelo de acumulação originária se mantém como um processo contínuo tem feito com que a antiga noção de *commons* se torne uma referência metafórica para as ações e os discursos que visam resistir à dinâmica privatista contemporânea¹⁹. No entanto, seria um erro afirmar que o nomadismo intertemporal (entre passado e presente) do conceito signifique a reivindicação pela crítica anticapitalista de um retorno

a um passado idílico comunal. Essa elaboração se relaciona a processos absolutamente contemporâneos de resistência às dinâmicas do capital e à sua tendência de expandir as relações mercantis e a propriedade privada a todas as esferas da vida.

Além disso, a etimologia da palavra comuns nos informa que se trata de uma palavra de origem latina, derivada da palavra *munus*, que significa “encargo, dever, ofício, tarefa”. Originalmente, comum significou “ato de repartir deveres em conjunto”, sendo uma expressão correlata ao conceito de reciprocidade, pois em *munus* a ideia de encargo é acompanhada do sentido de dom. Quem participa de um *munus* recebe um dom pelo qual se sente obrigado a retribuir (Lipietz, 2012). Essa dimensão de socialização do trabalho e de prática coletiva presente na origem da palavra também tem possibilitado a construção de relações semânticas entre os antigos e os novos Comuns.

Comuns e questão agrária no Brasil

A história do Brasil é rica em exemplos que demonstram a inexistência de qualquer identificação afetiva das elites com as demais classes sociais. Suas práticas políticas sempre se deram no sentido de garantir a máxima lucratividade, no mais curto intervalo de tempo e por meio da apropriação privada de bens públicos e comuns. Suas escolhas estiveram marcadas pela permanente ausência de um projeto inclusivo e de valorização da nossa diversidade social (Holston, 2013 e Sousa, 2017).

Isso fez com que o processo de neoliberalização assumisse no país feições particulares em relação à experiência fordista-keynesiana dos países do centro. Aqui a promessa de integração ao modo de produção capitalista foi sempre um projeto incompleto

que não alcançou o conjunto da sociedade nem em termos de inserção no mundo do trabalho assalariado nem tampouco em políticas de proteção e bem-estar social. Um conjunto significativo de homens e mulheres pobres – em geral de ascendência africana ou origem indígena – se manteve à margem do sistema ou foram incluídos de maneira funcional e subalternizada, ora dando suporte a uma economia escravocrata e agroexportadora, ora viabilizando um processo de industrialização centrado na produção de metrópoles e na exploração de mão de obra de baixo custo.

Além da violenta despossessão a que foram submetidas as populações nativas pela colonização e as pessoas escravizadas e trazidas do continente africano para cá à força, todo o processo de institucionalização da propriedade privada a partir da promulgação da Lei de Terras, em 1850, significou a estruturação de um mercado de terras excludente, em que a terra foi mantida cativa e um amplo campesinato, formado por meeiros, posseiros, colonos, foreiros, passa a se caracterizar por um acesso precário a terra²⁰.

Significou também a hegemonização de formas de ocupação territorial altamente predatórias, marcadas pelo uso intensivo da terra e dos recursos (ciclos econômicos marcados por monocultivos – café, cana – e extrativismo intensivo de recursos – minérios, borracha, madeira etc.) e pela concentração desproporcional da degradação ambiental decorrente. Esta dinâmica ainda marca o modelo econômico e de ocupação territorial, com uma complexidade ainda maior, tendo em vista o caráter globalizado e financeirizado da economia.

Na experiência dos países centrais, a disputa de hegemonia entre os capitais rentista e produtivo resultou em políticas públicas que visaram minimizar a renda da terra em favor dos capitais

produtivos. No Brasil, onde o conflito entre esses capitais nunca foi forte, a total ausência de políticas que impusessem limites ao rentismo contribuiu também para o altíssimo grau de concentração fundiária no campo e de acesso precário ao solo urbano às camadas populares (Magalhães e Tonucci Filho, 2017).

Todo esse processo de exclusão que conforma o capitalismo brasileiro se estruturou em meio a muita violência (material e simbólica), mas produziu resistências, o que também significou a emergência de movimentos sociais e de sujeitos políticos, além de forjar modos contra-hegemônicos e criativos de ocupação e uso da terra e dos recursos. Muitos desses modos estão marcados pelo compartilhamento da terra, pelo uso sazonal de porções do território, pelo manejo e conservação da biodiversidade, por acordos de uso coletivo dos recursos, que, no campo, produziram uma enorme diversidade fundiária, além de representarem formas de apropriação dos recursos e de ocupação territorial muito menos predatórias em relação à ocupação territorial hegemônica a que nos referíamos.

De fato, estudos antropológicos têm visibilizado a diversidade fundiária brasileira e as distintas formas de apropriação dos recursos em terras tradicionalmente ocupadas e espaços de produção camponesa onde opera um mosaico de modalidades de apropriação que não se pautam pelas formas de propriedade formalizadas no ordenamento jurídico vigente. Nesses sistemas, a representação da terra articula domínios de posse com usufruto comunal (áreas de campos ou pastagem, de instrumentos de trabalho, de produtos de coleta, caça ou de atividades de interesse social comum) organizado por relações de reciprocidade e pelo estabelecimento de regras e acordos comunitários (Almeida, 2006).

Em espaços de produção camponesa, Brasil afora – inclusive áreas de agricultura familiar, que, pelas regras do direito positivo, são privadas –, há uma compreensão de que vários elementos que compõem a biodiversidade (sementes, solos, água, floresta, biodiversidade) são bens comuns que devem ser mantidos por meio do trabalho, familiar e coletivo (Petersen, 2016). Há, de fato, dentro de um agrossistema camponês uma parcela da propriedade que pode estar verticalizada pelo mercado (por exemplo, a produção integrada com empresas, de leite, fumo, porco etc.), mas há sempre outra destinada ao autoconsumo e às trocas comunitárias (que inclui o cultivo e troca de sementes crioulas, a partilha da caça, etc.), que justamente garante a reprodução social quando o mercado não a possibilita ou a ameaça. Poderíamos conceituar o caráter *reprodutivo* dessas práticas – exercido via de regra por mulheres – como “externalidade de bens comuns”.

Essas “externalidades” podem ser tanto funcionais ao capitalismo quanto contra-hegemônicas, a depender do grau de organização política desses territórios e de sua capacidade de questionar narrativas que não dão conta de interpretar a vida social em toda a sua complexidade, como nos mostram essas práticas a que nos referimos.

A experiência histórica desses sujeitos, nas últimas décadas no Brasil, tem sido a de disputar narrativas e de dar um *sentido político* às suas formas de relacionamento com o espaço em que vivem. Em um contexto em que se acirram as ameaças de desterritorialização, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, seringueiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses se mobilizam e passam a se organizar

em torno de identidades coletivas e de auto-definição que se vinculam notadamente a *práticas* reguladas por normas coletivas.

Em face ao Estado, exigem a garantia não apenas do direito à terra que ocupam, mas à proteção e ao reconhecimento a suas territorialidades específicas. Por meio de pautas reivindicatórias, saem da invisibilidade e enunciam um “jeito de viver”, organizado a partir da relação socioprodutiva e cultural que desenvolvem com sua base territorial e buscam redefinir sua relação com o Estado e com a sociedade (Almeida, 2011).

A reivindicação do direito à terra a partir da afirmação de territorialidades específicas colocou para o Estado – e sua razão instrumental soberana – o desafio de responder às exigências de pluralismo (não só na esfera territorial, mas nos âmbitos étnico e social) frente a uma tradição positivista, presente no ordenamento jurídico e nas formas de exercício do poder, que tendia a compreender a destinação de terras circunscrita ao direito à propriedade privada e, majoritariamente, individual.

A categoria “território”, referida a um espaço de caráter coletivo que inclui a terra e outros recursos materiais e imateriais que dão suporte a identidades coletivas, remete a modalidades de posse que não podem ser apreendidas pelo conceito de propriedade que figura no código civil.

Um exemplo emblemático refere-se à reivindicação das quebradeiras de coco babaçu (presentes na região Nordeste e Norte do Brasil) pelo livre acesso aos babaçuais de onde extraem recursos, como a castanha e a palha do coqueiro de babaçu para produzir óleo, artesanato e alimento para uso na comunidade e comercialização. Com a progressiva privatização (e grilagem) das áreas onde crescem as palmeiras, as mulheres vinham sendo

impedidas de acessar os babaçuais, o que ameaça suas condições de reprodução social. No processo de luta por direitos territoriais referidos a identidades coletivas, elas conquistaram leis a nível municipal e estadual que garantem o livre acesso aos babaçuais, mesmo em áreas de propriedade particular. No centro de sua reivindicação não está a propriedade, mas o livre acesso, o que de algum modo subverte a lógica do individualismo possessivo.

Um dos resultados desse processo foi a instituição pelo Estado brasileiro de novos regimes fundiários que, em alguma medida (e ainda com muitos limites) reconhecem e visam proteger essas práticas²¹. Um aspecto relevante dos sistemas de uso comum da terra e dos seus recursos é que, sob a ótica mercantil capitalista, eles impedem que a terra nesses espaços adquira um sentido pleno de mercadoria, não estando totalmente disponível para serem transacionadas no mercado de terras. O reconhecimento e a proteção dessa dinâmica no plano institucional desnaturaliza a afirmação de que toda propriedade só pode ser individual e afirma a existência de espaços territoriais que são coletivos e inalienáveis. Também visibiliza o papel histórico do campesinato no manejo e proteção da biodiversidade, cujos benefícios são experimentados muito além das fronteiras territoriais e temporais desses sujeitos.

É, portanto, evidente a contribuição das relações sociais camponesas à proteção de bens comuns. Mas a manutenção desses bens como comuns depende de ações extraterritoriais e de alianças construídas em espaços políticos que também ultrapassam as fronteiras territoriais onde se maneja e conserva a água, biodiversidade, fertilidade do solo, etc., onde se reproduz o conhecimento associado ao manejo e conservação desses

recursos. Eis a importância do processo político por meio do qual esse campesinato objetivou garantir condições de reprodução dessas relações: isso foi feito por meio de uma operação política onde comunidades antes atomizadas construíram uma existência coletiva e desenvolveram uma capacidade associativa que as conecta a uma rede de articulação mais ampla que envolve outras organizações, movimentos e pesquisadores. Dessa maneira, os direitos territoriais conquistados pelos povos tradicionais e comunidades camponesas – assim como um conjunto de políticas públicas que reconhecem e buscam oferecer condições de reprodução ao campesinato – passam a ter um sentido político que transcende seus interesses e necessidades. Nisso reside a práxis instituinte, que garante a produção dos bens comuns pelo e com o campesinato. Mantê-la em uma sociedade marcada pela concentração fundiária e pela negação do papel de sujeitos políticos às classes populares é ao mesmo tempo desafio e condição para garantia dos bens comuns que essa práxis institui.

O Estado e os Comuns

Um aspecto relevante do processo de conquista de direitos territoriais por povos e comunidades tradicionais ao qual nos referimos na seção anterior diz respeito à afirmação da existência e a eficácia de normatividades outras, de sistemas sociais e jurídicos para a administração de recursos compartilhados, necessárias à produção e proteção de bens comuns. Sua existência, anterior e apesar do aparelho estatal, aponta que a política não está circunscrita ao Estado ainda que tenha importância, em contextos de conflito e desigualdade de poder, o reconhecimento e a proteção a essas normatividades. Face à captura da política pelo Estado, os processos instituintes de

Comuns demonstram que a política não está e não deve estar limitada ao Estado.

Temos assistido, nos últimos anos, a uma reestruturação formal do mercado de terras no Brasil. Encontram-se em xeque todas as conquistas a que nos referimos em relação ao reconhecimento de direitos territoriais a povos e comunidades tradicionais e outras a elas relacionadas, tais como o rompimento com a política assimilacionista em relação aos povos indígenas, a imposição de limites ao direito de propriedade (pela instituição de sua função social e ambiental) e instituição de instrumentos que buscam democratizar a política e o planejamento urbano²². O objetivo tem sido tornar o mercado a única instituição visível, dominante e reconhecida pelo Estado, além de neutralizar todas as conquistas que resultaram em alguma alteração na correlação de forças em favor das populações historicamente vulnerabilizadas e em uma disputa real com o modelo hegemônico de produção e de uso da terra e de seus recursos.

Com a criação do Estado moderno e a invenção da propriedade privada, há uma captura da política pelo Estado e da sociedade como o espaço do mercado, das trocas contratuais entre indivíduos livres, onde a política é esvaziada. Os Comuns, como prática política e democrática, e seu alargamento, nos ajudam a trazer a política para a esfera do social. Sendo assim, se é certo que o direito insurgente dessas práticas de produção de Comuns não necessita do reconhecimento do Estado para existir e ter eficácia social, em uma sociedade crescentemente atravessada por relações de poder desiguais e pela captura dos interesses públicos pelo capital, é preciso cada vez mais a proteção do Estado sobre os Comuns para que os territórios onde essas experiências acontecem não fiquem totalmente expostos ao

mercado. É preciso que se institua antes um Direito ao Comum (Matei, 2013), que limite a capacidade do Estado de destruí-lo ou neutralizá-lo.

Como refundar a política para além do Estado e apesar do Estado, sem prescindir totalmente dele, disputando-o? É essa ordem de desafios que as lutas por um mundo mais comum e diverso nos convocam a enfrentar.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2a. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Prefácio*. In: CAMPOS, Nazareno J. Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico espacial. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BASTOS, Bruno Neris. Histórico das posições do Banco Mundial em relação às áreas de uso comum (1975-2011). Monografia. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), 2011 (mimeo).

BLOCH, Marc. A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: EDUSC, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Común. Ensayo sobre la revolución del siglo XXI. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DARDOT. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT. “O comum, um princípio político”. Revista O Olho da História: N. 22, Abril, 2016b.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. *Science* pp.1243-47, 1968.

HELFRICH, Silke. Commons: ámbito o bienes comunes, procomum o lo nuestro. La complejidad de la traducción de un concepto. In: HELFRICH, Silke. Genes bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía. Ciudad de

Mexico: Fundacion Heinrich Boll, 2008.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAVAL, Christian. “Comum” e “comunidade”: um ensaio de esclarecimento sociológico. Palestra ministrada no Colégio de Altos Estudos, da UFRJ, em 18 de abril de 2016, (mimeo).

LEROY, Jean Pierre. *Mercado ou Bens Comuns*. FASE: Rio de Janeiro, 2016.

LIPIETZ, Alain. Questões sobre os bens comuns. *Passarelle*, n.06, 06/2012.

MATEI, Ugo. *Bienes Comunes. Un manifiesto*. Madrid: Editorial Trotta, 2013.

PETERSEN, Paulo. As políticas públicas como indutoras ou destruidoras dos bens comuns. Palestra proferida no Seminário Nacional “Bens Comuns: diálogos de práticas e saberes contra hegemônicos”, em 4 de outubro de 2016.

SILVA, Lygia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed Unicamp, 1996.

SOUSA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TONUCCI FILHO, J. B. M. e MAGALHÃES, F. N. C. “A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço”. *Cadernos Metrôpoles*. São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, maio/ago 2017.



Condições para uma mudança sistêmica

Bernd Nilles

David Knecht

Hélène Bourban

Poderia ser eu. Mais uma vez, esqueci de carregar meu telefone - sentado no trem a caminho de uma reunião. Sem ter como carregar a bateria, sem ter como conectar-me à internet, sem ter como responder meus e-mails. E não posso nem informar minha parceira de reunião que estou atrasado. Ela vai ter que esperar até eu aparecer. Eu espero que ela vá.

E, mais uma vez, percebo como sou dependente. Dependente do meu celular – minha ferramenta de trabalho e porta para o mundo. Dependente da minha agenda no [aplicativo] *Outlook*, completamente tomada, que me diz quem encontrar, que apresentação preparar e que urgências priorizar. Dependente do fornecimento de energia, que dá aos meus dispositivos carga diária. Dependente de uma cadeia de produção que me fornece esses dispositivos, minha porta para o mundo do “tudo está sempre disponível instantaneamente”. Prontamente, custo eficiente e abundante. E, para ser sincero, parece bom – que mudança nos últimos 10 anos, desde que os smartphones entraram no mercado.

Talvez esta situação também me ajude a perceber quão dependente eu sou do sistema de hoje – um sistema que, na verdade, eu quero mudar. Naomi Klein escreve: “Para acabar com a

mudança climática precisamos mudar tudo”. Mas as coisas ficam mais difíceis quando essa mudança implica mudar pessoalmente, mudar meus hábitos e minhas necessidades profissionais. E sou desafiado a descrever um estilo de vida que funciona dentro dos limites planetários sem me jogar de volta à idade da pedra. Eu acredito que é importante não excluir nossa própria vida e nosso estilo de trabalho quando falamos sobre mudança.

Sendo assim, na Fastenopfer²³, organização para a qual trabalho atualmente, vislumbramos uma mudança sistêmica que abrange a mudança social e pessoal, bem como a dimensão social e ecológica.

Este artigo visa dar algumas ideias e critérios de mudança que possam informar nossas propostas e decisões. A seguir, passarei rapidamente pelos principais eventos que nos influenciaram nos últimos anos e destacarei algumas das pré-condições para uma transformação social. Em seguida, apresentarei cinco elementos que considero os blocos de construção de uma mudança sistêmica. Finalmente, vou discorrer sobre “sistemas de energia renovável”, uma visão concreta sobre como a mudança pode parecer.

De onde viemos

A partir de uma perspectiva de mudança sistêmica, 2015 foi um ano extraordinariamente excitante. Especialmente para atores da justiça social e ecológica e organizações de desenvolvimento como a Fastenopfer. De 2010 a 2015, muitos de nós havíamos dedicado muita energia em três esforços de incidência sistêmica. Primeiro, começamos a defender uma estrutura sistêmica de desenvolvimento pós 2015. Depois, vimos uma grande oportunidade com a eleição do Papa Francisco para buscar

maior prioridade ao Ensino Social Católico dentro da Igreja. E, em seguida, a sociedade civil esteve ativamente engajada no processo de *advocacy* até a Cúpula do Clima de Paris 2015, que culminou no Acordo de Paris.

Quando perguntamos quais são os elementos necessários para uma mudança de paradigma, acho que um fator-chave é buscar oportunidades, analisá-las e depois usar o momento. Em junho de 2015, o Papa Francisco publicou sua encíclica *Laudato Si'*, que propõe nada menos que repensar o modelo de desenvolvimento de hoje e a compreensão do progresso. Além disso, estar preparado para uma conversão ecológica pessoal, respeitar os limites do planeta, incluindo os da atmosfera e, mais importante, embarcar em soluções holísticas, evitando as muitas falsas soluções. Esta mensagem se destina não apenas aos cristãos, mas a toda a humanidade.

No mesmo ano, após cinco anos de trabalho árduo, de formação de coalizões e campanhas “Pós 2015”, colhemos uma nova e, em comparação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma mais sistêmica agenda de desenvolvimento: a “Agenda 2030”. Com esta agenda, adotada pelos governos em setembro de 2015, a comunidade mundial conseguiu unir questões sociais e ecológicas em um novo cenário político. Se levarmos a sério os 17 objetivos da Agenda 2030, eles não significam menos do que a articulação de uma mudança fundamental de paradigma na política, na economia, na produção e no consumo. A Agenda 2030 deve ser aplicada globalmente e transformar todos os países em “países em desenvolvimento”. Enquanto os ODMs focalizam a mudança no sul global e pobre, a Agenda 2030 entende que não haverá nenhum sucesso duradouro no desenvolvimento sem que todos os países mudem.

Como o *Laudato Si'*, a Agenda 2030 também entende a necessidade de definir o desenvolvimento dentro dos limites planetários. No entanto, até hoje, o caminho do nosso desenvolvimento é baseado principalmente em um modelo baseado em combustível fóssil que leva a mudanças climáticas desastrosas.

Além disso, a Agenda 2030 identifica a desigualdade social como um fator-chave que prejudica o progresso. Por último, mas não menos importante, a Agenda 2030 deve ser entendida como uma agenda holística indivisível, em que a escolha de metas não é útil se pretendemos alcançar um desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 guia a política na direção certa, mas inclui ainda várias falhas que precisamos superar. Por exemplo, a Agenda 2030 promove a crença de que o crescimento econômico é um fator-chave para o desenvolvimento. Mas, na Agenda 2030, existem também oportunidades para redefinir o quadro de crescimento e para emancipá-lo do crescimento do PIB, um indicador simples, mas delicado e muito limitado para o progresso. O PIB como indicador espelha as atividades econômicas em sua totalidade, independentemente de serem socialmente desejáveis ou não. Em outras palavras, atualmente o PIB espelha um sistema econômico baseado na suposição de recursos infinitos. No entanto, precisamos de indicadores que levem em conta os limites deste planeta. Caso contrário, veremos mais desastres, mais guerras, mais exclusão, mais violência contra os direitos humanos e ativistas ambientais provocados pela escassez de recursos e pela luta pelos recursos naturais.

Finalmente, em dezembro de 2015, o Acordo de Paris foi adotado. Um acordo cheio de fraquezas, que falha em definir como podemos atingir os novos objetivos climáticos e em oferecer salvaguardas, inclusive para segurança alimentar e direitos humanos.

Mas, ao mesmo tempo, temos o primeiro regime climático global aplicável a todos os países (o regime climático anterior, o protocolo de Kyoto, aplicava-se apenas aos países industrializados).

Além disso, o Acordo de Paris embarca em uma meta de temperatura nova e mais ambiciosa, com um aumento máximo de temperatura de 1,5 grau Celsius, respeitando a crescente vulnerabilidade das populações, incluindo aquelas que vivem na Oceania e ao longo das costas. O objetivo de 1,5 grau Celsius tem uma dimensão sistêmica, pois nos coloca em uma pista de descarbonização, que precisamos alcançar em meados do século. Isso implica nada menos que construir uma nova forma de produção e consumo, de tráfego e transporte, bem como de agricultura. E tudo isso em apenas quatro décadas.

Condições prévias para uma mudança sistêmica

Em geral, os especialistas em desenvolvimento reconhecem a dimensão transformadora dessas três conquistas. No entanto, eles veem como condições para uma mudança sistêmica a necessidade de reconhecer que:

- O crescimento do PIB não é suficiente para acabar com a pobreza extrema (ODS 1). Muitos pobres vivem em Estados frágeis, onde o crescimento dificilmente desempenha algum papel.
- Hoje haveria comida suficiente para todos, mas 1 bilhão de pessoas estão morrendo de fome. Em 2050, precisaremos de 30 a 50% a mais de comida. No entanto, com os métodos agrícolas de hoje, promovendo mudanças climáticas e distribuição desigual de renda (e alimentos), é

impossível chegar a um estado onde todos os cidadãos da Terra sejam bem alimentados. Como Fastenopfer, vemos a agroecologia como uma resposta chave para esse desafio.

- A desigualdade é um fator desestabilizador em muitas sociedades. Os vencedores da globalização são apenas os 1 a 5% mais ricos da população mundial, incluindo grupos de renda média em países industrializados e emergentes. Pensamos que, em particular, esses grupos precisam reduzir seus níveis gerais de consumo relacionados aos recursos naturais e à atmosfera.

Nós vemos que os desafios são múltiplos. Para isso, é importante que não nos deixemos guiar pelo medo, mas pela ação autodeterminada. Isso é bem dito pelo Papa Francisco, que expressa em sua mensagem a esperança de que reconheçamos o tamanho, a urgência, mas também a beleza do desafio que temos pela frente e que ajamos para preservar nosso lar comum. Esta geração de pessoas e tomadores de decisão tem o dever e a oportunidade de colocar este planeta em um novo caminho que seja sustentável e justo e crie condições para que todas as pessoas possam viver uma vida com dignidade.

Se as pessoas, a política e os negócios assumirem essa responsabilidade, a oportunidade ainda será vista. Escrevendo estas linhas, vejo a política no Norte e no Sul falhando e a governança global erodindo. No lado do negócio, há principalmente esperança no nível das pequenas e médias empresas. Muitas das empresas multinacionais estão bloqueando uma verdadeira mudança, já que isso afetaria sua participação de mercado e seu poder. Portanto, o poder das pessoas permanece como um

fator-chave para a mudança. A sociedade civil e os movimentos são uma expressão forte e importante desse poder de mudança.

Como Fastenopfer, nós avaliamos com uma visão crítica o que a sociedade civil, incluindo nós mesmos, fez até agora. Vemos, por exemplo, limites em nossas abordagens que, muitas vezes, são muito reformistas, em vez de serem transformadoras. Por exemplo, nós lutamos pelo respeito aos direitos humanos no setor extrativista sem questionar o mesmo. Nós preferimos pedir o uso de energias renováveis em vez de exigir uma redução do consumo de energia daqueles que vivem em abundância. Isso não é suficiente.

Para uma verdadeira transformação, precisamos resistir àqueles que se opõem a uma mudança sistêmica ou que buscam uma transformação que explora ainda mais as pessoas e o planeta. Além disso, precisamos ser mais ousados na promoção de nossas soluções e alternativas para mostrar que outro mundo é possível.

Elementos importantes para uma mudança sistêmica

1. Resistência

Observamos um aumento da violência social e ambientes cada vez mais hostis em que os defensores dos direitos humanos, ativistas ambientais e comunidades nas linhas de frente vivem e trabalham. É por isso que precisamos acompanhar nosso trabalho pela mudança, abordando a segurança de ativistas ambientais e defensores dos direitos humanos. Preservar o clima e a mudança sistêmica não é de igual interesse para todos e não será alcançado enquanto os interesses financeiros continuarem a

se sobrepor. Assim, precisamos trabalhar duro para exigir que a política se liberte dos interesses ocultos que acabam destruindo o bem comum e manipulando informações.

2. Superando o modelo de desenvolvimento tecnocrático

Precisamos abandonar as soluções tecnocêntricas dominantes apresentadas para enfrentar os desafios da Agenda 2030. Temos que aceitar que os produtos tecnológicos não são neutros. Eles condicionam os estilos de vida e moldam as possibilidades sociais. Em vez de aceitar cegamente “soluções” falsas, como a Agricultura Climática Inteligente²⁴, a chamada economia verde, devemos desafiar o paradigma tecnocentrado. Precisamos reforçar a necessidade de limitar e direcionar respostas tecnocráticas para servir as pessoas e o planeta Terra.

3. Mudando as relações de poder

Precisamos lutar por sistemas de governança nos quais as relações de poder sejam mais democráticas, onde as pessoas recuperem o controle sobre as escolhas em suas sociedades e onde as regras globais permitam o florescimento de alternativas locais.

4. Mudança de baixo para cima

A mudança sistêmica precisa crescer de baixo para cima, a partir das bases. Por meio do seu trabalho com muitas comunidades locais e movimentos sociais, a Fastenopfer sabe que as pessoas já têm soluções e alternativas. Por exemplo, encontramos grupos de solidariedade muito poderosos na Índia e no Senegal que se libertam das dependências financeiras e se capacitam para trabalhar ativamente pelo bem-estar de suas comunidades. Observamos muitas iniciativas na Suíça e na Europa que se baseiam em características semelhantes, como o movimento

internacional de economia solidária. Essas milhares de experiências vividas são as sementes de uma mudança social.

O que caracteriza essas iniciativas, quais são os pontos comuns?

- a.** Primeiro, elas promovem uma economia cooperativa e descentralizada de pequenos produtores, onde o benefício da comunidade está no coração, usando práticas agroecológicas inovadoras, não poluentes e seguras, que salvaguardam a biodiversidade.
- b.** Em segundo lugar, elas frequentemente confiam na tecnologia construída sobre a prática cultural e no conhecimento e sabedoria da comunidade. Isto significa, por exemplo, ciclos mais curtos de distribuição de alimentos que promovem maior respeito pelo trabalho, à comunidade e à terra, bem como um consumo não desperdiçador e consciente.
- c.** Terceiro, elas são pessoas motivadas; respondem às necessidades de outras pessoas, em uma comunidade.
- d.** Quarto, elas se organizam em estruturas transparentes e democráticas, onde seus membros podem controlar a iniciativa e contribuir com ela.
- e.** Quinto, elas respeitam os limites ecológicos da Terra.

A beleza disso é que tais iniciativas já existem em muitos níveis diferentes. Sejam sistemas de energia renovável de propriedade comunitária descentralizados ou métodos agroecológicos para transformar o sistema alimentar. Sabemos que essas soluções locais funcionam e podem servir de modelo para a mudança global da sociedade. Elas podem ser usadas como sementes para uma transformação maior. Mas para essas sementes crescerem e se tornarem uma floresta, elas precisam ser replicadas. E, para isso, precisamos aprender uns com os outros.

5. Transformação interna

Os quatro níveis anteriores são da maior importância. No entanto, acredito que eles só podem ser bem-sucedidos se a mudança social que visamos for vivida por mais e mais pessoas no dia a dia. Como estabelecido no primeiro parágrafo, para mim, isso significa encontrar maneiras de mudar meu estilo de vida e de trabalho, para que eles estejam em linha com a transformação social que queremos. Estou convencido de que essa “transformação interior” levará tempo, mas isso pode ser feito sem dar a impressão de que minha qualidade de vida diminuiu. Pelo contrário.

Em sua encíclica *Laudato Si'*, o Papa pede uma revolução cultural corajosa para enfrentar os desafios do nosso tempo. Uma mudança em nosso sistema de valores, em nossa maneira de definir progresso, desenvolvimento, nossa relação com a natureza e com outros seres humanos e consciência de nossa interdependência com eles.

Para isso, as dimensões internas da transformação (individual e coletiva) precisam ser abordadas. Existem várias ferramentas para moldar e apoiar essa mudança de espírito:

- O trabalho que reconecta (desenvolvido por Joanna Macy, ecofilósofa) propõe uma abordagem para restaurar e revitalizar nossa conexão profunda com nós mesmos, com os outros, com a Terra e com a transcendência. Esta poderosa metodologia visa criar um compromisso com a mudança sistêmica. Permite, em especial, transformar os sentimentos de desamparo e desencorajamento, que são generalizados, dadas as crises atuais. Além disso, esta metodologia visa reforçar o compromisso com a mudança

sistêmica, ancorando-a em um sentido profundo de significado. Também aborda problemas como o esgotamento entre ativistas.

- As Conversas Carbono (desenvolvidas por Rosemary Randall, psicanalista e psicoterapeuta, e Andy Brown, engenheiro) são um método que busca, dentro de um grupo, lucidez a respeito das mudanças climáticas. O objetivo é incentivar o grupo a continuar lutando e encontrar respostas práticas sobre como fazê-lo. Permite reflexões sobre os freios psicológicos de cada um. O principal objetivo é reduzir significativamente a pegada de carbono de cada participante. A experiência do Reino Unido mostrou que os participantes diminuíram sua pegada de carbono em uma média de três toneladas no primeiro ano após as conversas. Leva mais tempo para reduzi-la pela metade.

Nível organizacional de transformação

Essa mudança cultural também diz respeito às nossas organizações e instituições. Temos que questionar nossos modos de governança, pensar sobre participação e relações de poder em nossas organizações, a fim de superar as lutas de ego e poder que podem destruir as melhores iniciativas. Devemos colocar o sentido e os valores de nossa organização no centro e desenvolver uma cultura e estruturas que sirvam a esse sentido. Isso muitas vezes resulta na implementação de estruturas de governança participativa, como o modelo de holocracia da Pão para o Mundo, o principal parceiro da Fastenopfer na Suíça. A holocracia, por exemplo, é um método de governança organizacional descentralizada. A tomada de decisão é distribuída por toda a organização. Cada funcionário faz parte de círculos e células,

que realizam uma determinada tarefa, definida como elementar para o florescimento da organização (como contabilidade, desenvolvimento de estratégia, atividades operacionais etc.). Essas entidades são auto-organizadas em vez de dependerem de uma hierarquia de gerenciamento.

Na Fastenopfer, iniciamos o processo para trabalhar na mudança cultural organizacional. Por exemplo, na busca de consistência entre nossos valores e nosso comportamento de compra. É por isso que a Fastenopfer desenvolveu diretrizes para compras sustentáveis. Elas dizem respeito, por exemplo, a materiais de escritório, equipamento informático, mobiliário, alimentos e bebidas, gestão de resíduos e transporte. As diretrizes de compras são baseadas em uma visão de forte sustentabilidade, com dimensão social, ecológica e econômica.

Conclusão

Acredito que, juntos, esses cinco elementos descrevem o caminho para um mundo, que está em sintonia com as necessidades de cada um de seus membros, respeitando as fronteiras planetárias.

É por isso que a Fastenopfer trabalha em redes e promove a construção de movimentos. Como *Laudato Si'* fala a todas as pessoas, como a Agenda 2030 transforma todos os Estados em países em desenvolvimento e como o Acordo de Paris coloca todas as pessoas e países em uma rota de descarbonização, acreditamos em soluções que atendem a todas as pessoas e não apenas a poucos. Não são abordagens de alta tecnologia caras e arriscadas com efeitos rebote e danos colaterais, mas soluções que já existem e que foram comprovadas localmente.

Sistemas de Energia Renovável – uma visão para a mudança sistêmica

Nas linhas anteriores, identifiquei os diferentes elementos relevantes para a mudança sistêmica, entre eles a necessidade de mudanças de baixo para cima. Esta abordagem de baixo para cima aplica-se a todas as nossas cadeias produtivas e de fornecimento, seja produção de alimentos, abastecimento de água, serviços bancários ou fornecimento de energia. Para cada uma dessas áreas, precisamos desenvolver uma visão em cuja direção queremos nos orientar.

a) **Fornecimento de energia**

O suprimento e consumo de energia é um aspecto particularmente relevante, já que grande parte do problema das mudanças climáticas está associada à forma como fornecemos energia e às emissões resultantes de gases de efeito estufa. É por isso que a Fastenopfer, juntamente com a família CIDSE [Aliança Internacional de Organizações Católicas de Desenvolvimento], embarcou numa jornada para desenvolver uma visão positiva sobre como a energia será fornecida e como isso está ligado ao nosso consumo de energia. Essa visão é enquadrada no conceito de “sistemas de energia renovável”, que leva em consideração as implicações sociais, ambientais e econômicas do suprimento de energia escolhido. Os sistemas de energia renovável são um elemento substancial de como alcançar a meta de 1,5 grau, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris, de uma maneira justa do ponto de vista climático.

b) Consumo de energia

Na Fastenopfer, estamos convencidos de que o lado do consumo é interdependente do lado da produção. Assim, levar em conta o lado do consumo é crucial quando se luta para limitar o aquecimento do clima. O nível de consumo de energia difere fortemente de país para país, de comunidade para comunidade e de indivíduo para indivíduo. Para uma transição global de energia justa, todo indivíduo tem o direito de usar a mesma quantidade de energia. Isso inclui energia usada para atividades privadas e econômicas.

É por isso que é importante definir um limite de consumo de energia ou de gás de efeito estufa (GEE) para indivíduos ou comunidades, o que reflete seu orçamento de emissões de GEE. A visão de 2000-Watt, por exemplo, estabelece um limiar claro para um uso constante de energia de 2000 watts per capita (em média). Alternativamente, poderíamos também calcular a “pegada” planetária.

Precisamos estar conscientes de que geralmente são sociedades de países industrializados e membros da classe alta (e média) em todo o mundo, cujo estilo de vida emite mais GEE do que esses limites permitiriam. Estou convencido de que especialmente esses indivíduos e comunidades precisam ser sensibilizados sobre o impacto climático do consumo de energia.

É por isso que na Fastenopfer buscamos a visão 2000-Watts. Por um lado, porque é um conceito suíço e, portanto, particularmente relevante para o nosso trabalho na Suíça. Por outro, porque a visão 2000-Watt combina objetivos energéticos (definidos em termos de Watt) e climáticos (definidos em

termos de emissão de CO₂ per capita ao ano). Em outras palavras, a visão 2000-Watt atribui a cada indivíduo um certo nível de consumo de energia, em combinação com metas rigorosas de mitigação do aquecimento climático²⁵.

c) Conjunto de critérios para sistemas de energia renovável

A fim de reunir nossa visão de produção e consumo de energia, definimos um conjunto de critérios para sistemas de energia renovável, considerando a visão 2000-Watt. Sistemas de energia renovável descrevem como a energia é produzida de uma maneira “boa”. A visão 2000-Watt, por outro lado, nos dá orientação sobre o lado do consumo de energia.

Para este propósito, distinguimos entre os sistemas de energia renovável que cobrem as necessidades básicas de energia e sistemas de energia renovável que são projetados para cobrir as necessidades energéticas do estilo de vida. Em palavras simples, o uso de energia abaixo do limite de 2000-Watt é considerado “básico”. Por outro lado, o uso de energia de “estilo de vida” é qualquer atividade na medida em que ultrapassa o limite de 2000 watts. Em outras palavras, cada indivíduo e cada comunidade ou mesmo uma nação deve que decidir por si mesma que energia precisa satisfazer com os 2000 Watts/capita que tem à disposição. Enquanto permanecer dentro dos 2000-Watt/capita, será considerada uma necessidade básica. Assim que ultrapassar os 2000-Watt per capita, será considerada como necessidade de energia do estilo de vida, porque o consumo de energia agora não está mais alinhado com um modo de vida amigável ao limite planetário. Por esta razão, os sistemas de energia sustentáveis que são projetados para satisfazer as necessidades energéticas do

estilo de vida precisam estar em conformidade com os critérios adicionais de eficiência e suficiência energética. Tomados em conjunto, os critérios dos sistemas de energia renovável parecem o seguinte:

<i>Critério</i>	<i>Descrição</i>	<i>Necessidades básicas</i>	<i>Necessidades de estilo de vida</i>
CENTRADO EM PESSOAS			
1. Governança	Os sistemas de energia renovável são dirigidos por mecanismos transparentes e participação de todas as partes interessadas. Produtores e consumidores de energia devem ser as mesmas comunidades - interesses de produtores e comunidades são os mesmos - por exemplo, modelos cooperativos.	X	X
2. Orientação para o bem-estar	Sistemas de Energia Renovável – A produção de energia deve favorecer a comunidade onde a energia é produzida. Como um Prêmio do Comércio Justo, o excedente de renda gerado será reinvestido dentro da comunidade.	X	X
3. Gênero	Sistemas de Energia Renovável – A produção e o consumo de energia devem contribuir para a redução das desigualdades específicas de gênero - no nível comunitário e familiar (dimensões da desigualdade: tomada de decisão; carga de trabalho; necessidades e interesses; acesso e controle dos recursos).	X	X
ACESSO À ENERGIA & MODO DE VIDA			
4. Acesso	Sistemas de Energia Renovável – A produção de energia deve permitir que as comunidades marginalizadas tenham acesso a serviços de energia e, portanto, contribua para a redução da pobreza. Sistemas descentralizados desempenham um papel importante, melhorando o acesso de comunidades em áreas remotas.	X	X
5. Efeito Spill-Overs	Sistemas de Energia Renovável – A produção e o consumo de energia têm impactos positivos em outros meios de subsistência e no meio ambiente. A produção de energia pode criar empregos. O consumo de energia a um preço acessível pode ter uma influência positiva na aprendizagem, saúde, armazenamento de alimentos, informação, comunicação...	X	X

6. Mistura de energia adotada localmente	A mistura de energias renováveis dentro de um sistema de energia renovável deve ser flexível e adotada para as condições locais, segundo o tamanho da comunidade (por exemplo, fonte de energia renovável disponível: solar, eólica, hídrica). Não existe uma abordagem única para todos!	X	X
EM LINHA COM AS FRONTEIRAS PLANETÁRIAS			
7. Mitigação	Sistemas de energia renovável contribuirão para a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) por meio de fontes de energia renováveis.	X	X
8. Impacto na biodiversidade	Mediante medidas de proteção adequadas, a produção de energia proveniente de fontes de energia renováveis terá um impacto não negativo ou minimamente negativo na biodiversidade.	X	X
9. Eficiência	Sistemas de energia renovável também podem incluir elementos de inovações técnicas visando eficiência energética (por exemplo, isolamento térmico, geladeira com eficiência energética, etc.). Isso visa reduzir a quantidade de energia utilizada, mantendo o nível de bem-estar. A eficiência é especialmente importante para as sociedades e os estilos de vida que usam muita energia em comparação com o modelo 2000 watts.		X
10. Suficiência	Sistemas de energia renovável incitarão as comunidades (especialmente as que vivem além do modelo da sociedade de 2000-Watt) a refletir sobre suas necessidades de consumo de energia e a reduzir seu consumo de energia reduzindo os bens materiais que empregam energia, compartilhando bens (compartilhamento de carros) ou espaço vital (moradia cooperativa), por exemplo. Isso resultará em uma redução do uso de energia sem uma redução do padrão de vida, superando, até certo ponto, o modelo linear de crescimento-consumo do atual paradigma econômico.		X

Estes critérios poderiam, por exemplo, ser operacionalizados dentro de uma rede hidro-mini pertencente à comunidade, produzindo energia para as famílias vizinhas e para a indústria local, como existe no Tajiquistão, na Indonésia, na Suíça e em outros locais.

Tais experiências de sistemas de energia renovável em todas as suas dimensões levam em conta os cinco elementos diferentes que identifiquei como primordiais para uma mudança sistêmica. Primeiro, temos que lutar pelo marco legal, que nos permite implementar sistemas de energia renovável. Em segundo lugar,

as soluções técnicas implementadas para sistemas de energia renovável devem ser escolhidos em harmonia com a cultura e os costumes locais. Isso significa que um processo participativo adequado é realizado, o que nos permite identificar a melhor solução. Terceiro, os critérios para sistemas de energia renovável implicam que a própria comunidade governe o sistema de energia renovável ou, pelo menos, participe ativa e consideravelmente em sua governança. Quarto, os sistemas de energia renovável são implementados de acordo com o elemento identificado de uma abordagem de baixo para cima. Quinto, os critérios de eficiência e suficiência energética implicam que comunidades e indivíduos acima do limite de 2.000 watts precisam questionar seu próprio uso de energia e criar estratégias para mudança. Este procedimento está fortemente relacionado à dimensão interna da transformação e à mudança do meu trabalho pessoal e estilo de vida.

Nesse sentido, na Fastenopfer, consideramos os sistemas de energia renovável como um dos blocos de construção da mudança sistêmica. E é assim que vemos que a mudança sistêmica vai acontecer. Acreditamos que a multiplicação dessas experiências contribuirá para um suprimento de energia mais resiliente e centrado nas pessoas, que leve em conta a biodiversidade e as fronteiras planetárias.

Características do novo paradigma eco-cosmológico

Leonardo Boff²⁶

Depois de, por anos, ter-me ocupado com o novo paradigma em função dos estudos da nova cosmologia e da ecologia, tento aqui reunir alguns pontos que considero axiais. Tratam-se de algumas características, expressas de forma extremamente sintética e certamente incompleta, do que poderia ser o novo paradigma que lentamente tem se imposto no mundo, não obstante a vigência ainda generalizada e a resistência do velho paradigma, surgido no século XVI com os pais fundadores da modernidade técnico-científica.

O novo paradigma foi formulado já há mais de um século, a partir da teoria da relatividade de Albert Einstein (a especial de 1905 e a geral de 1915), ganhando força com a mecânica quântica de Bohr/Heisenberg e a nova biologia e antropologia. Estas ciências projetaram uma leitura unificada do universo, da história e da vida. Em função desta mudança, prefere-se falar de cosmogênese em vez de cosmologia, de biogênese em vez de biologia e de antropogênese no lugar de antropologia. Ousamos apresentar algumas figuras de pensamento que as caracterizam:

1) Totalidade/diversidade: o universo, o sistema Terra, o fenômeno humano estão em evolução. Seu estado natural não é a

estabilidade, mas a mutação. Emergem totalidades orgânicas e dinâmicas construídas pelas redes de inter-retro-conexões das múltiplas diversidades de energia e de matéria. Junto com a análise que dissocia, simplifica e generaliza, própria do paradigma da modernidade, faz-se mister a síntese pela qual fazemos justiça a esta totalidade: o holismo, não como soma, mas como a totalidade das diversidades organicamente interligadas.

2) Interdependência/re-ligação/autonomia relativa: todos os seres estão interligados, pois um precisa do outro para existir e coevoluir. Em razão desta conectividade há uma solidariedade cósmica de base que impõe limites à seleção natural. Mas cada um goza de autonomia relativa porque possui sentido e valor em si mesmo, independentemente do uso que os humanos fizerem dele.

3) Relação/campos de força ou de energia: todos os seres se encontram envolvidos numa teia de relações. Fora da relação nada existe. Junto com os seres em si, importa captar a relação entre eles. Tudo está dentro de campos nos quais tudo tem a ver com tudo em todos os momentos e circunstâncias.

4) Complexidade/interioridade: tudo vem carregado de energias em diversos graus de densidade e de interação. Matéria não existe. Segundo a fórmula de Einstein, ela é energia altamente condensada e estabilizada em um campo de grandes interações. Quando menos estabilizada e mais difusa, mas envolvendo todas as energias, chamamos de campo energético. Dada a inter-relação entre todos, os seres vêm dotados de informações cumulativas, em especial, mas não exclusivamente,

os seres vivos superiores, são altamente complexos e portadores de um código genético de base comum aos demais seres vivos (vinte aminoácidos e quatro bases fosfatadas).

As informações se originam das relações estabelecidas entre os seres, desde as partículas mais originárias até a emergência da vida consciente. Quanto maior for o acúmulo de informações criando mais e mais ordens complexas, maior é a interioridade, culminando com a auto-consciência humana. O princípio de consciência é igual em todos os seres, mas o modo de realização é diferente. Pelo fato de todos os seres estarem relacionados entre si, geram a base originária da consciência. Este fenômeno evolucionário vem mostrar a intencionalidade do universo apontando para uma interioridade, uma consciência supremamente complexa. Tal dinamismo faz com que o universo possa ser visto como uma totalidade consciente, inteligente e auto-organizativa (A. Goswami, *O universo autoconsciente*, 1998).

Quanticamente, o processo é indivisível, mas se dá sempre dentro da cosmogênese como processo global de emergência de todos os seres. Com referência ao ser humano, bem observou o físico britânico Freeman Dyson (1979): “Quanto mais examino o universo e os detalhes de sua arquitetura, mais acho evidências de que o universo sabia que um dia, lá na frente, iríamos surgir” (*Disturbing the Universe*, p. 250). Esta compreensão permite colocar a questão de um fio condutor que atravessa a totalidade do processo cosmogênico que tudo unifica, que faz o caos destrutivo ser generativo e a ordem sempre aberta a novas interações gerando fenômenos cada vez mais complexos (estruturas dissipativas de Prigogine). A categoria Tao, Javé, Alá, Olorum e Deus heurísticamente poderiam preencher este significado.

5) Complementariedade/reciprocidade/caos: toda a realidade se dá sob a forma de energia, de informação e de matéria, de partícula e onda, ordem e desordem, caos e cosmos e, no nível humano, na forma de *sapiens e de demens*. Tal fato não é um defeito, mas a marca do processo global que sempre está sob a regência da impenitência que permanece mesmo nas formas mais plenas. Todas as dimensões são complementares e abertas em direção de um futuro ignoto.

6) Seta do tempo/entropia: tudo o que existe, preexiste e coexiste. Portanto, a seta do tempo confere às relações um caráter de irreversibilidade. Nada pode ser compreendido sem uma referência à sua história relacional e ao seu percurso temporal. Ele está aberto para frente e para cima. Por isso nenhum ser está pronto e acabado, mas está carregado de potencialidades que podem tornar-se realidade. A harmonia total é promessa futura e não celebração no presente. Como bem dizia o filósofo Ernst Bloch: “o gênesis está no fim e não no começo”. A história universal cai sob a seta termodinâmica do tempo. Quer dizer: nos sistemas fechados (por exemplo, os bens naturais limitados da Terra) deve-se tomar em conta a entropia ao lado da evolução temporal. As energias vão se dissipando inarredavelmente e ninguém pode detê-las. Mas o ser humano pode prolongar as condições de sua vida e do planeta mediante sua intervenção técnico-científica e mediante um uso racional de todas as coisas. Se a Terra, tomada em si, é um sistema fechado, o universo como um todo é um sistema aberto que se autocria, se auto-organiza e continuamente se autotranscende para patamares mais altos de vida e de ordem. Estes escapam da entropia (estruturas dissipativas de Prigogine) e o abrem para a dimensão de Mistério

de uma vida sem entropia e absolutamente dinâmica. Mistério é aqui tomado no sentido de Einstein: uma realidade que sempre pode ser mais e mais conhecida, mas que permanece Mistério em todo o conhecimento.

7) Destino comum/pessoal: pelo fato de termos uma origem comum e de estarmos todos interligados, todos formamos uma comunidade de destino, aberta a um futuro sempre em aberto. É dentro dele que se deve situar o destino pessoal e de cada ser, já que em cada ser culmina o processo evolucionário. Como será este futuro e qual seja o nosso destino terminal são questões que caem no âmbito do Mistério e do Imprevisível.

8) Bem comum natural e cósmico/bem comum particular: o bem comum não é apenas humano, mas de toda a comunidade de vida, planetária e cósmica. Tudo o que existe e vive merece existir, viver e conviver. O bem comum particular emerge a partir da sintonia com a dinâmica do bem comum universal.

9) Criatividade/destrutividade: o ser humano, homem e mulher, no conjunto dos seres relacionados entre si e das interações existentes, possui sua singularidade: é um ser extremamente complexo e co-criativo porque intervém no ritmo da natureza para seu uso sustentável ou para a sua exploração irracional. Como observador está sempre inter-agindo com tudo o que está à sua volta e esta inter-ação faz colapsar a função de onda que se solidifica em partícula material (princípio de indeterminabilidade de Heisenberg). Ele entra na constituição do mundo assim como se apresenta, como realização de probabilidades quânticas (partícula/onda). É também um ser ético porque pode pesar os prós e os contras, agir para além da lógica do próprio interesse e

em favor do interesse dos seres mais débeis, como pode também agredir a natureza e dizimar espécies (nova era geológica do antropoceno).

10) Atitude holístico-ecológica/antropocentrismo: a atitude de abertura e de inclusão irrestrita propicia uma cosmovisão radicalmente ecológica, de uma ecologia integral, proposta pelo Papa Francisco em sua encíclica “Sobre o cuidado da Casa Comum”(2015, uma panrelacionalidade e re-ligação de todos com todos), superando o histórico antropocentrismo que faz do ser humano o único centro de tudo, as coisas só valem na medida em que se ordenam a ele. Favorece, outrossim, sermos cada vez mais singulares e, ao mesmo tempo, solidários, complementares e criadores. Destarte, estamos em sinergia com o inteiro universo, cujo termo final se oculta sob o véu do Mistério situado no campo da impossibilidade humana. O possível se repete. O impossível acontece: a Fonte originária de todo Ser, numa palavra: Deus.

Se tivermos percorrido esse complexo caminho de mudança paradigmática, teremos dado alguns passos significativos rumo à tão ansiada grande travessia para o realmente humano, amigo da vida, reverente diante da natureza e da Terra e aberto ao Mistério de todas as coisas.

Felicidade e sobriedade feliz. Uma contribuição para novos paradigmas

Afonso Murad²⁷

É sabido que a economia de mercado domina grande parte do mundo, seja no ocidente ou no oriente. Mais grave ainda é o fato de que até nos setores populares dos nossos países, do assim chamado “terceiro mundo”, os anseios de consumo ditados pelo mercado se tornam o guia norteador da vida das pessoas. No dizer do filósofo e ambientalista espanhol Jorge Riechmann, a direita neoliberal “não somente ocupou os governos, como também as mentes e os corações da maioria” (Riechmann, *Autoconstrucción. La transformación cultural que necesitamos*. 2015, p.118). A raiz da insustentabilidade atual se encontra nas instituições econômico-políticas básicas do capitalismo e a cultura associada a elas (idem, p. 120). A partir de uma antropologia errônea (o homo economicus), uma má ética (o egoísmo) e uma teoria econômica ruínosa (o marginalismo clássico), a ideologia neoliberal está conduzindo o mundo ao desastre, como afirma Riechmann em *Como vivir? Acerca de la Vida Buena* (2011, p.61).

Gramsci viu que a principal tática do poder é criar hegemonia para garantir a dominação: que os dominados interiorizem a cultura e o “senso comum” dos dominadores, e considerem as injustiças como algo natural. Então, precisamos desafiar esse

senso comum de “que as forças que hoje governam o mundo conseguiram se impor para assim fazer frente à crise ecológico-social” (Riechmann, 2015, p.101).

Creemos que a luta para edificar “um outro mundo possível e necessário” compreende a simultaneidade e a soma de posturas individuais, ações coletivas e cidadãs, decisões institucionais, mudanças na política e na economia e uma governança planetária. Novos hábitos individuais de consumo não suprem as necessárias transformações estruturais nas instituições políticas, no sistema de crédito e na economia produtiva, mas tem o seu lugar.

Neste capítulo focaremos uma questão que toca de perto as subjetividades, embora não se limite ao campo dos indivíduos: a felicidade, o “viver bem” (*vida buena*) e o consumo. Para isso, contaremos com a colaboração do pensamento de Jorge Riechmann, nas obras citadas. E, para concluir, traremos a preciosa contribuição do Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si* (2015).

Crítica à visão capitalista de Felicidade

É verdade que a espécie humana tem como meta comum a felicidade, a qual pode ser traduzida e interpretada de diferentes modos e com distintos acentos. Basta lembrar a visão de felicidade, elaborada na filosofia de Aristóteles. Na sua concepção, a *eudaimonia* tem a ver com a totalidade da vida, plena ou cumprida. A existência realizada não equivale a uma vida prazerosa. Para ele, a felicidade é uma atividade, e não algo que se dispõe como uma coisa que se possui (cf. *Ética a Nicômaco*, 1098b). A partir de Aristóteles, considera-se então a felicidade como florescimento pessoal, desenvolvimento harmônico das capacidades próprias, na relação com os outros. Pois somos

indivíduos interdependentes e ecodependentes (Riechmann, 2011, p.13-15).

Na nossa cultura, cada vez mais influenciada pelo mercado, a felicidade está mais associada à sensação de satisfação, a um sentimento subjetivo ligado ao prazer. No entanto, essa forma de conceber o prazer suscita uma insatisfação não resolvida. Por quê? Nós, os humanos, nos habituamos rapidamente às melhorias e passamos a considerá-las como já garantidas. Os avanços culturais, sociais ou técnicos se convertem com o tempo em “parte da paisagem”. Deixamos de vê-los, a menos que nos faltem.

A qualidade de vida, como busca de felicidade, inclui elementos materiais e imateriais. Os primeiros, relacionados ao ter, às condições objetivas de vida como alimentação, habitação, educação, salário, saúde, condições de trabalho. Os segundos, referentes ao amar, às relações pessoais, à integração social, à participação e ao ser (questões de autorrealização, potencialização das capacidades, arte e cultura, etc.). O *nível de vida* faz parte da *qualidade de vida*, mas não se esgota nela (Riechmann, 2011, p.18-19).

Onde entra a ideologia do mercado? Ela equipara “nível de vida”, entendido como padrão de consumo crescente, com “qualidade de vida”. Além disso, para garantir a máquina de “produção-consumo-acumulação”, o mercado engendra *uma constante insatisfação*. Para evitar a saturação da demanda, pondo em risco a venda das mercadorias e a acumulação do capital, ele incrementa a insatisfação constante. Assim, “o capitalismo é um inimigo declarado da felicidade” (idem, p.20), pois, segundo Riechmann, *sua principal produção é a insatisfação*.

Por fim, a meta da “felicidade individual”, entendida como sucesso no âmbito afetivo, familiar e econômico financeiro, deveria ser atingida pelo esforço individual, ignorando as demandas e os apelos dos outros. Por isso, é comum nos países considerados ricos encontrarmos muitas pessoas sós e solitárias, especialmente os anciãos. Chris Peterson, investigador sobre a felicidade humana, indica que o aumento de depressão no mundo ocidental provavelmente tem a ver com a solidão e a pobreza dos nexos sociais (Riechmann, 2011, p.29). Desta forma, conclui Riechmann, “o capitalismo propõe o absurdo antropológico do ideal de vida: possuir todas as coisas, às custas de estar só” (idem, p.20).

Joaquim Sempere recorda que em alguns povos africanos a pobreza não se associa à escassez, e sim à falta de redes familiares e de vizinhos que protejam o indivíduo. Neste ponto de vista, é pobre quem vive só, sem pertença social nem vínculos comunitários que possibilitem a satisfação de suas necessidades (citado em Riechmann, 2015, p.135-136).

O sistema capitalista compreende os seres humanos como empresas unipessoais, cada qual com sua própria marca (*brand*). A felicidade está relacionada ao consumo sempre crescente de produtos e serviços mercantilizados. Na ontologia capitalista existem empresas e consumidores. São ignorados os trabalhadores, a natureza, os cidadãos e cidadãs.

Ora, o consumo não é mau. Em várias culturas, o fato de produzir, trocar, vender, comprar e consumir constitui um ato relacional, com muitos significados simbólicos. O problema é que o consumo se transformou num fim em si mesmo, e passou a ser o objetivo supremo da vida das pessoas.

O capitalismo deteriora as possibilidades de “viver bem” para toda a humanidade, por várias razões, tais como: (a) esgotamento dos recursos naturais e destruição dos ecossistemas; (b) antropocentrismo equivocado do “individualismo possessivo”; (c) processos simultâneos de: privatização dos bens comuns, mercantilização generalizada, proletarianização crescente da população mundial, exclusão socioeconômica de vastas massas humanas; (d) dinâmica de concentração de poder e riqueza em poucas mãos, que exacerba a desigualdade e mina as possibilidades de vida digna para muitos. (Riechmann, 2011, p.22). O sistema propõe ideologicamente um ideal de felicidade para todos, que somente alguns podem alcançar.

Resgatar a felicidade como processo pessoal e comunitário

Do ponto de vista individual, um dos segredos do “viver bem” consiste em manter a capacidade de surpreender-se com “o pequeno”, desfrutar o cotidiano que já temos e lutar contra os mecanismos de “acostumar-se” com os aspectos belos que já recebemos e cultivamos. Uma transmutação: ir além da felicidade como ter, para a felicidade como ser e atuar.

Desfrutar de estar vivo. Desfrutar do frio no inverno e do calor no verão, do sol nos dias ensolarados e da chuva no tempo chuvoso. (...) Desfrutar de poder caminhar, ler, beber água, amar um corpo que nos ama. Desfrutar da ausência de dores, da profunda sensação de mera existência (Riechmann, 2015, p.19)

Do ponto de vista comunitário, uma questão vital para quem abraça novos paradigmas consiste em empenhar-se na luta para

que os mais pobres (classes sociais, grupos étnico-culturais, povos e nações) tenham acesso aos *bens comuns*. Esta é uma condição irrenunciável para a felicidade da humanidade. Convém recordar que alguns *bens comuns* (como moradia, água e saneamento, energia, educação formal, vestimenta, comunicação, alimentos saudáveis, posse da terra para cultivo, segurança, lazer) se transformam também em bens de consumo na sociedade capitalista. E alguns deles, quando são privatizados e mercantili- zados (como o acesso à água), reduzem a possibilidade de vida digna dos mais pobres.

O acesso aos bens de consumo pode aumentar a sensação de felicidade, até certo ponto, pois há um *efeito umbral*. O questionário mundial de valores (1999-2000) em sessenta e cinco países constatou que o aumento de remuneração média de até 13.000 dólares anuais cresce na mesma proporção que a sensação de felicidade. Depois desse umbral, a curva se inverte. A correlação entre remuneração e níveis de satisfação vital desaparece a partir dos 18.000 dólares. Como as necessidades básicas estão cobertas, outros quesitos se tornam os decisivos. Os estudiosos suecos Backstrand e Ingelstam (2006) chegaram à conclusão que a relação entre consumo dos bens e a satisfação dele derivada não é linear. E sim uma curva do tipo U invertida. Depois de alcançar certo umbral de saturação, o incremento do consumo se torna contraproducente (Riechmann, 2011, p.26-27).

O crescimento ilimitado do PIB, por si só, não traz felicidade para a população. Nos países superdesenvolvidos, “a falta de tempo, o incremento das doenças da riqueza (obesidade, patologias causadas pelo stress, depressão), a pobreza dos vínculos sociais, a baixa qualidade da vida política e a devastação da natureza” reduzem as possibilidades de “viver bem”. Então, uma vida

feliz inclui três tipos de riqueza: em bens, em tempo e relacional (idem, p.28).

Reconhecemos que a busca de felicidade, enquanto uma realidade coletiva, consiste em efetivamente oferecer as condições para a satisfação básica de todos os seres humanos, de forma sustentável. Ou seja, mantendo a teia da vida no planeta. Sem esse requisito, todo o discurso posterior pode ser uma armadilha do mercado, que invisibiliza os pobres e marginalizados. E alimenta o estereótipo do “rico autossuficiente, feliz e solitário”.

Para ser feliz é importante investir nos vínculos sociais, em vários âmbitos: no amor, no trabalho, na família, no círculo de amigos, na militância política, na assembleia de cidadãos. Uma chave essencial da felicidade consiste nos vínculos sociais satisfatórios. No grego, se diz “philia”, um conceito de amizade com uma dimensão política evidente. Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, afirma: “A amizade é o mais necessário da vida. Sem amigos ninguém quereria viver, ainda que possuísse todos os demais bens” (citado em Riechmann, 2011, p.29). Conquistada a satisfação das necessidades básicas, a chave da felicidade humana está na qualidade do vínculo social.

Do ponto de vista comunitário e estrutural, a busca da felicidade comporta necessariamente a consciência e a luta para reduzir as desigualdades sociais e cuidar da teia da vida no nosso planeta. Em outras obras, Riechmann desenvolve o conceito de “autocontenção”, a começar das sociedades e das classes sociais enriquecidas. Para elas, faz-se necessário diminuir o consumo, adotar “um modelo de austeridade não repressiva”, colocando-se em pauta a redistribuição da renda e a questão da propriedade. É claro que tal proposta provocará resistência, conflito e perseguição aos seus defensores.

O capital quer nos fazer crer que somos o que vendemos ou compramos. Mas, em profundidade, somos o que oferecemos, recebemos e partilhamos. Somente a construção de laços ricos e sólidos com nossos congêneres humanos e os demais seres do planeta nos conduzirá à plenitude possível do humano.

Uma questão antropológica: lidar com a *hybris* para ser feliz

Riechmann acrescenta à sua reflexão um componente antropológico. Segundo ele, o descaminho da humanidade, que conduz a uma crise ecológico-social sem precedentes, não diz respeito somente ao capitalismo. Na verdade, toca em um elemento mais profundo, em uma ambiguidade característica nossa. A desmesura humana (que os gregos antigos chamaram *hybris* e os cristãos, pecado original) não é episódico nem secundário em nossa vida. Antes, parece pertencer à nossa natureza de animais linguísticos (Riechmann, 2011, p.30; 2015, p.126-127). Conforme sustenta Terry Eagleton:

Somos animais contraditórios, pois nossos poderes criativos e destrutivos emanam da mesma fonte. (...) A humanidade tem um certo elemento potencial de autofrustração ou autoperdição. (...) O mito bíblico da caída formula que Adão e Eva empregam seus poderes criativos para desfazerem-se a si mesmos. O ser humano é o Homem Fáustico, de ambição demasiadamente voraz para o seu próprio bem-estar e eternamente impelido mais além de seus próprios limites para a reivindicação do infinito (Eagleton, Sobre o mal, 2010, Barcelona: Paidós, p.37).

Nesse aspecto, Riechmann evoca o pensador espanhol Manuel Sacristán: “somos biologicamente a espécie da *hybris*, do pecado original, da soberba, a espécie exagerada” (Sacristán, *Pacifismo, ecologia y política alternativa*. Barcelona: Icaria, p.10).

A linguagem e a cultura, por serem abertos e ambivalentes, tornam possíveis os excessos e as desmesuras. O humano é, constitutivamente, um ser desequilibrado. *Acontece que o capitalismo potencializa tal desequilíbrio ao infinito*. Precisamos então de instituições para *reequilibrar* a desmesura da cultura da *hybris*, que hoje prevalece. “Com os recursos da linguagem e a cultura, temos que aprender a frear o apetite de mercadorias e moderar o excesso de entusiasmo pelo super-humano”. A construção coletiva de uma sociedade decente consiste em equilibrar o desequilibrado. Para seres finitos, frágeis e imperfeitos como nós, há uma relação irrenunciável entre autocontenção e a possibilidades de uma vida realizada (Riechmann, 2015, p.127; 2011, p.33).

Spinoza estabelece uma importante diferença entre as palavras latinas *potentia* e *potestas*. A partir dele, podemos dizer que *potentia* significa a capacidade de ser e de atuar (*poder para*). Já *potestas* alude ao *poder sobre* os outros, a dominação. A sociedade da autocontenção estimula o desenvolvimento das habilidades de ser e atuar (*potentia*). Segundo Frances Moore Lappé, o ser humano tem necessidade de “deixar uma marca” durante sua existência. Substituiria então frase de Descartes “Penso, logo existo” por “existo porque realizo”. A sociedade sustentável incentiva a *potentia* humana, sobretudo aquela de dimensão comunitária construtiva, ao mesmo tempo que propõe um freio na *potestas*. Propõe o deslocamento: do “poder sobre” ao “poder para” (Riechmann, 2015, p.133; 2011, p.34)

Nós, seres humanos, somos “animais do futuro”, pois projetamo-nos no tempo mediante desejos, objetivos e projetos, e fazemos planos de vida a longo prazo. O capitalismo potencializou no ser humano a eficácia, a quantificação de resultados, aprimorando a instrumentalidade das ações e maximizando o tempo, em vista do futuro. Ora, a instrumentalidade e a maximização do tempo são positivas, se dirigidas para processos de humanização e ecologização. O problema reside quando elas são canalizadas a serviço das subjetividades egóicas e da acumulação crescente do capital.

Em âmbito pessoal, como enfrentar os limites da instrumentalidade e a temporalidade? Riechmann propõe: desenvolver atividades autotélicas, que encerram em si mesmas seu fim próprio, em vez de ser instrumentos para outros fins. E saborear os momentos plenos de sentido, em vez de fugir para a projeção ao futuro.

Quando amamos, quando nos absorvemos em uma tarefa, quando mergulhamos em meditação profunda, quando nos esquecemos de nós mesmos entregando-nos a algo, experimentamos este viver com a natureza no presente, acima do tempo (Riechmann, 2011, p.36)

Podemos ainda converter em autotélicas atividades que, em princípio, não o são. As chaves residem na *atenção* e na *entrega*. Cozinhar ou limpar a casa pode se transformar em fim em si mesmo se entramos nelas com os cinco sentidos. O trabalho se transforma em autotélico quando pomos em segundo plano seu caráter instrumental e o realizamos pelo gosto de fazê-lo bem.

Temos facilidade para nos desconectar e retirarmo-nos a mundos paralelos. Daí a efetividade dos exercícios de “aqui e

agora”, de atenção intensa ao presente, que nos propõem várias tradições sapienciais. Em nossa cultura ocidental, transbordada de agitação fáustica, é necessário mais contemplação. Sermos felizes com o que temos, com um nível moderado de consumo material. Acolhermos com gratidão o que acontece. Além disso, o desfrute exige certa lentidão. Em geral, a felicidade se associa a ir devagar. Então, por que corremos tanto? (Riechmann, 2011, p.41-44).

O que diferencia esta proposta de vida do lema pós-moderno de “desfrutar ao máximo o presente”? Ela não sugere a banalidade de *viver o momento*, no sentido de levar até o limite um gozo após outro, como se não houvesse um dia seguinte. A cultura dominante nos desconecta do passado histórico e obstrui a dimensão do futuro. O problema do ocidente não é o *carpe diem*, mas sim ligá-lo com um eu encouraçado, revestido de individualismo narcisista e desligado de vínculos comunitários. Trata-se de um *carpe diem* fundido com um hedonismo comercial autofrustrante. Então, enfrentar tal presentismo consumista exige situar o presente na profundidade do tempo, albergando a memória no passado, daqueles que nos precederam, e manter a abertura do mundo para quem chegará depois (Idem, p.45-46). Ou seja, viver o presente, aprender do passado e se empenhar pela justiça intergeracional.

Lidar com a egocentricidade

Quando se discute sobre altruísmo e devotamento às causas coletivas, como a ecologia e aluta pelos direitos sociais, alguns argumentam que tais ideais são sempre minoritários e mais difíceis de alcançar. Outros vão mais longe, e defendem que o devotamento ao coletivo aparece sempre mais fraca que a pulsão para

os interesses próprios. Isso seria uma das causas (antropológica, não político-econômica) do fracasso do socialismo e da vitória do capitalismo.

Ora, o ser humano é ambíguo. Tende a construir relações e vínculos comunitários de reciprocidade e doação, como também possui a inclinação para dominar, subjugar e destruir. Por isso, o autor bíblico do livro do Deuteronômio põe na boca de Deus esta frase lapidar: “Eis que ponho diante de ti a vida e a felicidade, a morte e a desgraça (..) Escolhe, pois, a Vida. E viverás, tu e tua descendência” (cf. Dt 30,15.20).

Uma análise perspicaz das sociedades atuais aponta que nos 500 anos de existência do capitalismo, estimulou-se o crescimento da segunda dimensão, em detrimento da primeira.

A natureza cooperativa, atenta e dada a compartilhar, presente no caráter humano, foi reduzida em sua importância, enquanto que a competição agressiva passou a ser proeminente a fim de promover um sistema baseado na acumulação do capital, assim como para poder sobreviver dentro do dito sistema” (H. Magdoff e F. Magdoff, citado em Riechmann, 2015, p.120).

Então, como lidar com a “egocentricidade”, uma força cultural que cresceu em demasia na sociedade do mercado, a ponto de configurar nossas opções de vida?

Riechmann reconhece a existência dessa tendência preferencial, ancorada na biologia e na neurologia humana, que denominamos *egocentrismo* ou *autointeresse*. Os seres humanos caracterizam-se como os animais que dizem “eu” (cf. Ernst Tugendhat, *Egocentricidad y mística*. Barcelona: Gedisa, 2004, p.33), que se afirmam a partir da autoconsciência dos indivíduos. Por sua

vez, várias tradições religiosas e sapienciais (como o budismo) apontam que a egocentricidade resulta em enorme fonte de sofrimento para si e os outros. O ser humano pode caminhar para a relativização e descentramento de ego e questionar sua própria egocentricidade. Em toda atividade social a pessoa precisa limitar seus desejos e preferências em atenção às dos outros. Descentrar o ego é aconselhável também para minimizar o sofrimento de que padece um ego encouraçado. Persistir, de forma egocêntrica, na própria identidade, defendê-la e reforçá-la de forma unilateral pode produzir males truculentos. Põe-se, portanto, a tarefa de relativizar e descentrar o ego. Neste sentido, distanciar-se de si mesmo é uma habilidade necessária para viver bem (Cf. Riechmann, 2011, p.46-50)

Por caminhos diferentes, um filósofo declaradamente arreligioso, como Riechmann, converge uma afirmação cristã básica: a pulsão de morte habita em nosso próprio coração. Todos somos deficientes. Animais racionais, sim. Mas vulneráveis e dependentes. Trata-se então de diminuir o coeficiente de egocentrismo para sermos mais equânimes (justos). Eu sou o centro de minha subjetividade. Mas posso deixar de ordenar o universo em torno dela. Posso me deslocar do centro à margem. Esta é uma opção básica para caminharmos em direção ao “florescimento humano” (Riechmann, 2011, p.51,54), que inclui criar vínculos construtivos, amorosos, de reciprocidade. Pois, segundo Eagleton, para além de uma visão meramente romântica ou subjetivista, “o amor significa criar para outras pessoas o espaço em que esta possa florescer, ao mesmo tempo que ela faz o mesmo comigo. A realização de cada uma se converte na base para a realização da outra” (citado em Riechmann, 2011, p.57).

Então, chegamos novamente à confluência do individual com o coletivo. Entrar no caminho que conduz a uma vida digna e feliz inclui, ao mesmo tempo, enfrentar o mal social e lidar com o “mal natural” da finitude humana. A felicidade inclui ainda a adequação com o real, para evitar voar demasiadamente alto e nos perdermos num entusiasmo fora da vida cotidiana. Viver é con-viver. Por isso, insiste-se na dimensão comunitária, coletiva e ecológica da vida, para os humanos e os demais habitantes da nossa Casa Comum (Riechmann, 2011, p.58-60).

Donella Meadows identificou 12 pontos de alavancagem em sistemas complexos, nos quais uma pequena mudança no lugar preciso pode produzir grandes mudanças no conjunto²⁸.

Nesta linha, Riechmann propõe como um ponto de alavancagem para a nova sociedade uma economia baseada nos *bens comuns* (energia, água, comida, saúde, educação, crédito), associada à cultura que reconstrua a noção de *Bem Comum*.

Necessitamos de menos horas de trabalho, menos coisas, menos competição destrutiva, menos estresse, menos desigualdade, e também mais cooperação, mais segurança existencial, mais democracia, mais tempo para a família e os amigos, mais tempo livre, mais festa (Riechmann, 2015, p.134).

Assim a qualidade de vida, dos vínculos sociais e dos ecossistemas prevalecerá sobre a quantidade. A noção de “felicidade” e de “viver bem” (literalmente: *vida buena*), proposta por Riechmann, um filósofo europeu defensor da ilustração, acaba se aproximando da noção latino-americana de “bem viver”, protagonizada pelos povos originários andinos.

O convite à sobriedade feliz na *Laudato Si*

A encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, publicada em 2015, manifesta um grande apelo a reunir pessoas, grupos e instituições para construir uma nova relação com a nossa Casa Comum, superando o paradigma antropocêntrico egóico da modernidade. Aqui limitaremos nossa reflexão à crítica ao falso conceito de felicidade, identificado com o consumismo, e a contribuição à temática da felicidade com um novo olhar.

Francisco denuncia que o mercado cria um mecanismo consumista compulsivo, que arrasta a pessoas para o turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecnoeconômico, abordado no capítulo IV da *Laudato Si*. O referido paradigma

(..) faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder econômico e financeiro. Nesta confusão, a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia. Temos demasiados meios para escassos e raquíticos fins (LS 203).

Tal situação favorece várias formas de *egoísmo coletivo*. As pessoas se tornam auto-referenciais e se isolam na própria consciência, aumentando a sua voracidade. Torna-se difícil aceitar os limites assinalados pela realidade e os apelos do Bem Comum. T tamanha obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de mantê-lo, provoca violência e destruição recíproca (LS 204). Em outros termos, uma vida infeliz.

Por outro lado, os seres humanos são capazes de superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se. Podem olhar para si mesmos com honestidade e encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade (LS 205). Assim,

“a atitude basilar de se auto-transcender, rompendo com a consciência isolada e a auto-referencialidade, é a raiz que possibilita todo o cuidado dos outros e do meio ambiente; (...) Quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade (LS 206).

Precisamos atuar para fazer emergir a consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitirá o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Um grande desafio cultural, espiritual e educativo, que implicará longos processos coletivos de reconstrução (Cf. LS 202).

Convém recordar que uma das chaves de leitura da *Laudato Si (LS)*, ao lado da interdependência e da unidade da questão social com a ambiental, é o *encantamento, a sensibilidade para a beleza*. Já mostramos em artigo anterior a importância deste tema (A. Murad, *Contemplar a beleza, zelar da Casa Comum. Convergência*, 2017, p. 62-71).

A palavra “beleza” e seu sinônimo “formosura” (no original em espanhol) aparece 32 vezes na encíclica. Em vários trechos da *Laudato Si*, o Papa chama a atenção para a beleza dos ecossistemas e de cada ser, a fim de nutrir em nós o encantamento, a admiração e o respeito. Ao tomar Francisco de Assis como modelo dessas atitudes diante do Planeta, o Papa assinala que é

necessário nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente com esta abertura para a admiração e o encanto. Devemos falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo. Se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude (LS 11). E se isso não acontece? “Nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos (LS 11)” (Murad, 2017, p.65-66).

No capítulo VI da *Laudato Si*, que versa sobre “Educação e espiritualidade ecológicas”, Francisco dedica um bom espaço para o que ele mesmo denomina “sobriedade feliz”. Apresentaremos abaixo uma versão resumida do texto, quase toda literal.

A espiritualidade cristã propõe uma forma de qualidade de vida, encorajando um estilo profético e contemplativo, que gera profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo. A acumulação constante de possibilidades para consumir distrai o coração e impede de dar o devido valor a cada coisa e a cada momento. Pelo contrário, tornar-se serenamente presente diante de cada realidade, por menor que seja, abre-nos mais possibilidades de compreensão e realização pessoal. (LS 222)

A espiritualidade cristã nos leva a viver com o necessário e se alegrar com pouco. Regressa à simplicidade que nos permite parar e saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece. Sem nos apegarmos ao que temos nem ficar tristes por aquilo que não possuímos. Isto exige evitar a dinâmica do domínio e da mera acumulação de prazeres. (LS 222)

A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora. Não se trata de menos vida, nem vida de baixa intensidade; é precisamente o contrário. As pessoas que saboreiam mais, e vivem melhor cada momento, são aquelas que deixam de petiscar aqui e ali, sempre à procura do que não têm, e experimentam o que significa dar apreço a cada pessoa e a cada coisa, aprendem a familiarizar com as coisas mais simples e sabem alegrar-se com elas. (LS 223)

Deste modo elas conseguem reduzir o número das necessidades insatisfeitas e diminuem o cansaço e a ansiedade. É possível necessitar de pouco e viver muito, sobretudo quando se dá espaço a outros prazeres, encontrando satisfação nos encontros fraternos, no serviço, na frutificação dos próprios carismas, na música e na arte, no contato com a natureza, na oração. A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece. (LS 223)

Para amadurecer numa sobriedade feliz, é preciso cultivar a paz consigo mesmo. E a paz interior tem muito a ver com o cuidado da ecologia e com o bem comum. Autenticamente vivida, ela se reflete num equilibrado estilo de vida, aliado com a admiração, que leva à profundidade da vida. A natureza está cheia de palavras de amor. Como poderemos ouvi-las no meio do ruído constante, da distração permanente e ansiosa, ou do culto da notoriedade? (LS 225)

Muitas pessoas experimentam um desequilíbrio profundo, que as impele a fazer as coisas a toda a velocidade para se

sentirem ocupadas, numa pressa constante que, por sua vez, as leva a atropelar tudo ao seu redor. Isto incide no modo como se trata o ambiente. Uma ecologia integral exige que se dedique algum tempo para recuperar a harmonia serena com a criação, refletir sobre o nosso estilo de vida e os nossos ideais, contemplar o Criador, que vive entre nós e naquilo que nos rodeia. (LS 225)

Jesus ensinou-nos esta atitude, quando nos convidava a olhar os lírios do campo e as aves do céu, ou quando, na presença dum jovem inquieto, “penetrando nele o olhar, o amou” (Mc 10, 21). Ele estava plenamente presente diante de cada ser humano e de cada criatura, mostrando-nos assim um caminho para superar a ansiedade doentia que nos torna superficiais, agressivos e consumistas desenfreados. (LS 226)

Falamos aqui de uma atitude do coração, que vive tudo com serena atenção, que se mantém plenamente presente diante de uma pessoa sem estar pensando no que virá depois, que se entrega a cada momento como um dom divino que se deve viver em plenitude. (LS 225)

Neste belo texto, no qual ecoa a sabedoria cristã com similares em outras tradições religiosas, apresentam-se várias orientações para “viver bem” ou, se quisermos traduzir assim, cultivar a felicidade. A palavra “feliz” está presente em vários parágrafos da *Laudato Si*, aplica-se tanto aos indivíduos quanto ao gênero humano, ao presente e ao futuro (LS 43,113,147); associa-se à sobriedade (LS 224,225) e à espiritualidade (LS 236). Já o termo “felicidade” aparece somente uma vez na encíclica, nesta frase relacionada ao que Riechmann denomina “autocontenção”, bem

como “não se acostumar”, manter o espírito sensível e aberto às surpresas da existência. Vale repeti-la:

A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece (LS 223).

A sobriedade feliz (Francisco) ou autocontenção pessoal (Riechmann) tem liames com transformações profundas nas pessoas e na sociedade, relacionadas com o que chamamos de *novos paradigmas*, ou modelos de compreensão e atuação.

Conclusões abertas

Riechmann, como um “profeta arreligioso” predisse que a direita neoliberal ocupou mais do que o poder político. Ela se apropriou das mentes e dos corações. Essa frase incisiva pode ajudar a compreender algo das últimas eleições (2018) no Brasil. Não somente. Descortina como estamos perdendo os vínculos sociais, que nos constituem enquanto humanos, seres contraditórios chamados a florescer como pessoas singulares e cidadãos planetários.

Adotar novos paradigmas de compreensão e atuação do ser humano, em vista de um mundo justo, feliz e sustentável, exige compreender como a ideologia dominante se apropria de temas centrais de nossa existência. E com esse olhar crítico e construtivo, resgatar sua dimensão originária, a partir da contemporaneidade. Assim acontece com o anseio de felicidade.

É necessário recuperar o tema da felicidade, do “viver bem” (*vida buena*) e do “bem viver”. Em primeiro lugar, denunciando os desvios, as interpretações unidimensionais, a privatização dos desejos, o consumismo e um projeto individualista de exis-

tência. A seguir, reafirmando que uma vida digna e feliz, com fragmentos e contratempos, é o fruto de um processo individual e coletivo. Individual, porque inclui uma “postura de vida” de nutrir o encantamento, não se acostumar com as belezas simples do cotidiano, saborear o presente, aprendendo do passado e assumindo compromissos com o futuro. Coletivo, pois supõe o empenho de cidadãos em vista da superação da pobreza e de todas as formas de exclusão social; o acesso aos bens comuns, no horizonte do Bem Comum. Além disso, tal empenho por uma vida feliz deve levar em conta a ambiguidade e a ambivalência do ser humano. Seu imenso potencial, como também a desmesura, a fragilidade, a *hybris*. Neste ponto se coloca o tema da “autocontenção”, sugerido por Riechmann. E a “sobriedade feliz”, proposta por Francisco.

Não se trata de negar o prazer ou as coisas boas da vida. E sim de se libertar de uma visão restrita, momentânea, fragmentada da felicidade. Assumir atitudes pessoais e coletivas de saborear a existência, como também colocar limites na tendência à desmesura. Para viver mais e melhor.

Também neste aspecto os novos paradigmas da nossa existência pessoal e coletiva se engendram com sínteses originais, articulando e integrando aspectos que antes pareciam somente antagônicos. Que assim sejamos os protagonistas do “viver bem”, um projeto fascinante e inacabado. Ou, se adotamos o jeito latino-americano, do “bem viver”. Com alegria, simplicidade, lucidez e coragem!

Referências

RIECHMANN, Jorge (org). *Como vivir? Acerca de la Vida Buena*. Introducción: Vivamos bien..Madrid: Catarata, 2011.

RIECHMANN, Jorge. *Autoconstrucción*. La transformación cultural que necesitamos. Madrid: Catarata, 2015.

FRANCISCO, Papa. Encíclica Laudato Si'. Sobre o cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

MURAD, Afonso. Contemplar a beleza, zelar da Casa Comum. Um apelo à Vida Religiosa Consagrada na Laudato Si'. Revista Convergência 2017/10

Flores que se abrem no deserto: O milagre da vida e o desenvolvimento endógeno sustentável

Marcos Arruda²⁹

Quando caminhamos no deserto, o sentimento que brota é de que a vida ali é impossível. Nenhuma água. Nenhuma umidade. Vendo no horizonte, algumas elevações e, caminhando até elas, surpresa imensa: um campo de cactos floridos, tingindo a paisagem arenosa de vermelho e verde! Um deslumbramento! É o milagre da vida. Pequenos pássaros trouxeram sementes até lá, e elas brotaram, sugando do ar a umidade invisível. Que é que faz com que elas se enraízem, brotem e floresçam? O potencial que se esconde nos seus genomas! Na geração do ser humano este milagre se reproduz: duas células de gêneros diferentes se unem, e deste ovo novas células surgem, se multiplicam e se especializam até formar o corpo completo e complexo da mulher ou do homem, composto de trilhões de células, de consciência e do formidável dom da liberdade. Ao percurso que vai do acolhimento do espermatozoide pelo óvulo até o ser humano completo chamamos por dois nomes: o **crescimento** físico do corpo até em torno dos 20 anos, quando para de crescer; e o **desenvolvimento** dos potenciais vitais, animais, humanos, e talvez também ultra-humanos, de que este ser é portador. Ao contrário do cres-

cimento, que é quantitativo, o desenvolvimento só tem limite, se é que tem, na morte.

Crescimento, desenvolvimento e complexificação

O termo *desenvolvimento* é empregado na literatura e nas ciências para designar um processo desencadeado por passos ou etapas relacionados com atributos e potenciais e com o processo evolutivo dos mesmos. O termo é utilizado em casos como o de processos geológicos, como a formação de uma bacia sedimentar, ou biológicos, como as flores do cactus no deserto, e qualquer outro desencadear dos potenciais genéticos dos seres vivos. Cientistas sociais têm usado o termo para referir-se a processos complexos que envolvem grupos ou espécies.

O termo *desenvolvimento* tem a ver com **evolução consciente**. O sentido etimológico é tirar do invólucro, abrir o invólucro onde residem os potenciais evolutivos de um ser. Todo ser tem uma realidade *atual* - uma semente de ipê, por exemplo, - e outra *potencial*, - a árvore que poderá brotar da semente, dadas as condições ambientais adequadas, dando origem à plena floração. Ambas fazem parte da realidade vital daquele ser. No caso biológico, os potenciais de **crescimento e complexificação** que são trazidos por um organismo têm que desdobrar-se, senão o organismo morre. No caso do indivíduo social, o crescimento físico é apenas meio para tornar possível a evolução consciente - ou, o desenvolvimento - do indivíduo, da comunidade e da sociedade a que pertence. Este mesmo movimento evolutivo no plano individual e social se dá no contexto do ecossistema e do bioma que lhe dão sustento vital, em condições que precisam ser

sempre melhores e mais apropriadas para que o desenvolvimento tenha êxito.

A minha definição do desenvolvimento está, pois, ligada à Vida e à sua evolução. Foi a evolução da matéria que gerou a vida; foi a evolução da vida que fez desabrochar o potencial de consciência que lhe é intrínseco. As ciências e as diversas espiritualidades estão convergindo sempre mais em entender a vida como um milagre, algo de uma beleza e complexidade que levam ao encantamento, como escreveu Einstein na sua autobiografia. *Crescimento, desenvolvimento e complexificação* são as três primeiras tendências do desabrochar da vida. A Vida – com maiúscula para enfatizar sua natureza onipresente, unificadora da diversidade, - é o grande marco de referência, o grande sentido animador e sustentador de tudo.

Desenvolver a vida é organizar o mundo, as atividades, os modos de relação da sociedade, da família, da comunidade e de si próprio para o *desenvolvimento integral e sempre mais pleno* da vida humana e de todos os seres, para além de onde a vida já tiver chegado. Que é a evolução da vida senão ir sempre mais além dela própria? E quando deste movimento evolutivo brotou a flor da humanidade, ocorreu um salto quântico: foi emergindo um ser que, além de sentir, podia se emocionar, pensar, linguajar, refletir, inclusive sobre si mesmo distinto do outro e, ao mesmo tempo, entender sua interligação e interdependência com outros seres; capaz de antecipar acontecimentos, planejar ações intencionais, e com elas construir o que Paulo Freire chama de *o mundo da cultura*.

Mas o dom da liberdade faz parte da complexidade da evolução: ele nos permite fazer boas ou más escolhas. É daí que nasce a Ética: poder acolher a outra pessoa, o outro ser *como autêntico*

outro, e não como mera projeção de mim, é ao mesmo tempo poder de recusar acolhê-lo, de escolher o desamor. As escolhas que fazemos nas relações interpessoais, temos que fazê-las também no campo das relações sociais e ambientais. É onde entra o tema da governança – a política - e da produção e da reprodução da vida – a economia.

Desenvolvimento econômico, fim ou meio?

Foi no início do pós Segunda Guerra que o termo ganhou o sentido que veio a se generalizar e marcou a economia de forma tão controversa. Seu porta-voz foi o presidente dos EUA, Harry Truman, em seu discurso de posse em 20 de janeiro de 1949. No discurso, Truman reafirma a crença dos EUA na liberdade e na democracia, contrasta o estatismo do bloco soviético com a confiança dos EUA no indivíduo e na sua capacidade de governar-se e de fazer as escolhas que melhor lhe cabem, insiste no antagonismo da “democracia” em relação ao “comunismo”, expressa a intenção do país de espalhar pelo mundo o “*desenvolvimento*”, entendido como paz, abundância e liberdade, através do *crescimento econômico* alimentado pelos *avanços técnicos* obtidos pelo esforço conjunto dos negócios, capital privado, agricultura e trabalhadores. Truman anuncia que “*a velha exploração imperialista* visando lucros vindos do estrangeiro não tem lugar nos nossos planos. O que pretendemos é um programa de desenvolvimento baseado na honestidade da democracia”. Truman é específico sobre quem devem ser os beneficiários desses novos desenvolvimentos econômicos: “...devem ser concebidos e controlados em benefício dos povos das áreas em que se estabeleçam. Garantias ao investidor devem ser compensadas por

garantias no interesse do povo cujos recursos e força de trabalho forem empregados nestes desenvolvimentos”.

Este discurso, cheio de eufemismos e boas intenções, contém erros filosóficos e equívocos políticos. Ao contrapor o coletivismo extremo (“nós-sem-eu”) ao individualismo extremo (“eu-sem-nós”) do capitalismo, Truman ignora a realidade complexa do ser humano (“eu-e-nós”), que exige um sistema socioeconômico capaz de integrar as duas dimensões da natureza humana - a individual e a social -, às quais se acrescentam a de ser da natureza e a de ser consciente-reflexivo em contínua evolução. O fato é que não somos nem somente indivíduo, nem somente seres sociais. A chave é que somos toda esta complexidade *ao mesmo tempo*. Perder isto de vista é interpretar o mundo erradamente. Isto explica o porquê do fracasso do capitalismo e do comunismo “real” em propiciar aos humanos as condições para o Bem Viver, a paz e a harmonia com a Natureza.

No seu discurso, Truman também pretendeu provocar duas clivagens. Uma, entre *países desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, a outra, entre *capitalismo*, pretensamente associado à democracia, e *comunismo*, reduzido ao que pode ser chamado, com mais propriedade, de *estatismo*. Explicitados os novos inimigos externos e internos, os EUA lançaram uma dupla ofensiva: no campo dos países do Sul, a ofensiva econômica, política e ideológica de penetração do capitalismo produtivista e consumista; e no campo da estratégia geopolítica, a guerra fria em vez da paz e do desarmamento efetivo.

Na verdade, o termo *desenvolvimento* foi substituído quando Truman e os seus ideólogos definiram desenvolvimento econômico como sendo algo assim: “Nós somos os desenvolvidos,

porque temos indústria, alto consumo e índices de crescimento (PIB) elevados, estamos na frente; vocês que não têm, são subdesenvolvidos, estão atrás. Existem cinco etapas para chegar até o nosso estágio, que é o de país desenvolvido”. Essa proposta é um desastre porque visa convencer o Sul do mundo a se submeter a um caminho só e um pensamento único, que é o do capitalismo, na realidade, periférico, submisso às empresas, à tecnologia e à ideologia dos países ricos do Norte. E convencer os do Norte de que eles são desenvolvidos porque conhecem a riqueza e a abundância de bens materiais. Ricos da nossa riqueza, que eles roubaram nos séculos de dominação colonial e imperial. Esta dominação envolve submissão aos interesses das corporações transnacionais, relações comerciais desiguais entre Norte e Sul, baixo grau de industrialização, destruição ambiental em nome do progresso, e a infinita ganância dos ricos sobre as riquezas do subsolo. Em caso de resistência a essa submissão e de ações em defesa da soberania, a montagem de golpes contra governos eleitos, e até invasões e assassinatos de presidentes³⁰.

Rostov foi o principal teórico desse conceito mimético e enganoso de desenvolvimento. Durante décadas, autores de diversas tendências têm criticado este modo de desenvolvimento, com destaque no Brasil para Rui Mauro Marini, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Ladislau Dowbor e Theotônio dos Santos. O debate atual, crítico deste tipo de desenvolvimento, é: devemos abandonar o termo *desenvolvimento*, já que ele foi prostituído e que seu sentido é legitimador de opressão e dominação? Mas há outras questões a serem respondidas. Desenvolvimento de quê, de quem e para quem? Será que desenvolvimento econômico só pode significar aumento ilimitado da acumulação de capital e do dinheiro? Ou existem outros caminhos de

desenvolvimento a explorar com maior êxito e sustentabilidade? Como podemos definir riqueza para além dos conceitos de acumulação de dinheiro e de ativos materiais? Discutimos estas questões em maior profundidade em outros espaços, anteriores³¹ e posteriores a este ensaio.

Crescimento tem limites – desenvolvimento, não!

O desenvolvimento sustentável, surgido a partir do Relatório Brundtland nos anos 90, não resolve a questão fundamental. O “desenvolvimento”, definido como crescimento econômico, mascara o desafio da sustentabilidade, ao fingir que o problema é remover os obstáculos para o “crescimento sustentado” da economia e das empresas capitalistas. Sustentado, quer dizer, ilimitado! E estamos de volta ao paradigma do crescimento ilimitado, agora “esverdeado” pelo eufemismo “desenvolvimento sustentável”.

Vivemos uma crise de civilização. O capitalismo globalizado está mostrando suas piores, inescapáveis tendências: à crescente concentração de capital, de renda e dos benefícios advindos do crescimento econômico; ao crescente abismo de desigualdades sociais, também referido como carência de justiça social e ambiental; à geração de oligopólios, monopólios e cartéis com um poder econômico e político desmesurados; ao avanço técnico motivado pela busca de lucro e não de extensão do Bem Viver; ao sacrifício de biomas e ecossistemas imolados em nome do deus dinheiro. Plutocracia, tecnocracia, monocracia despem a democracia capitalista e revelam sua face real. Será esta uma crise de falta de recursos ou de falta de circulação do dinheiro

e de distribuição de recursos já existentes? A resposta é que é um problema principalmente de distribuição, mas também de modo de consumo e de produção. É necessário definir os limites da riqueza material a fim de subordinar a produção à demanda e à distribuição segundo as necessidades humanas e os limites do meio natural.

Não pode ser aceitável que seis pessoas no Brasil tenham o mesmo patrimônio que a metade da população com menor renda, ou seja, 100 milhões de habitantes. Uma proporção semelhante ocorre a nível global. O sistema do capital mundial, como se manifesta no Brasil e em quase toda a América Latina, não é só um capitalismo perverso para a maioria, é também um capitalismo bárbaro, desumano ao extremo, ao contrário de capitalismos “humanizados” como os da Escandinávia, França e Alemanha. E esses capitalismos subsistem usando os países “em desenvolvimento” como territórios de predação e de sacrifício. Nós temos uma cultura latino-americana que é desvalorizada porque o “desenvolvimento” subordinado, atrelado e tutorado trouxe uma cultura que enterrou os povos em preconceitos, complexo de inferioridade e discriminação. Segundo esta ideologia vinda de fora, só a cultura “de quem é desenvolvido” vai ajudar a desenvolver quem não é. Essa é uma equação macabra e alienadora. A quem serve um “desenvolvimento” que libera as finanças das regulações e lhes permite monopolizar as patentes e, assim, mercantilizar até os genomas responsáveis pelo desenvolvimento da vida? E que perpetuam as guerras e a morte, como o mercado das empresas que produzem armamentos? E as doenças, como o mercado das indústrias químicas e farmacêuticas?

Os recursos que serviriam para financiar o desenvolvimento endógeno estão sendo liquidados quando o continente se desindustrializa e vende seus bens produtivos às corporações

sediadas nos países ricos. O resultado é a crescente dependência de recursos externos para investimentos produtivos, o crescente empobrecimento do território e a impossibilidade de adotar um caminho próprio, endógeno e sustentável de desenvolvimento. A venda do patrimônio público produtivo para pagar dívidas é como vender a galinha dos ovos de ouro. Sem a galinha, teremos que comprar ovos de ouro lá fora. Sem um basta em tudo isto, o endividamento e o empobrecimento da maioria continuarão crescendo. A dependência de importações do que antes nós mesmos produzíamos afeta diretamente o nosso desenvolvimento, já que vamos ter menos instrumentos para um desenvolvimento autônomo, autogestionário e endógeno.

Desenvolvimento e direitos da natureza

Também não é aceitável que a Natureza, garantia da vida e da evolução, seja tratada como “obstáculo ao progresso da sociedade humana”. Sua degradação é proporcional ao risco de deterioração das condições de vida no planeta, a começar pela vida desta espécie fisicamente tão vulnerável, a do *homo sapiens sapiens*. No Brasil, depois que o governo golpista impediu a Presidenta eleita de governar em 2016, a deterioração da ecologia dos biomas aumentou. O relatório do IPCC – Painel Intercontinental das Mudanças Climáticas – indica que em 2017, na classificação de risco ambiental, o Brasil subiu da 89ª posição para a 79ª posição na lista dos países de maior risco. Os Estados Unidos estão na 12ª posição nesta lista³².

O fato de que a cultura do sistema do capital mundial tem desvalorizado as culturas tradicionais do nosso continente é outro

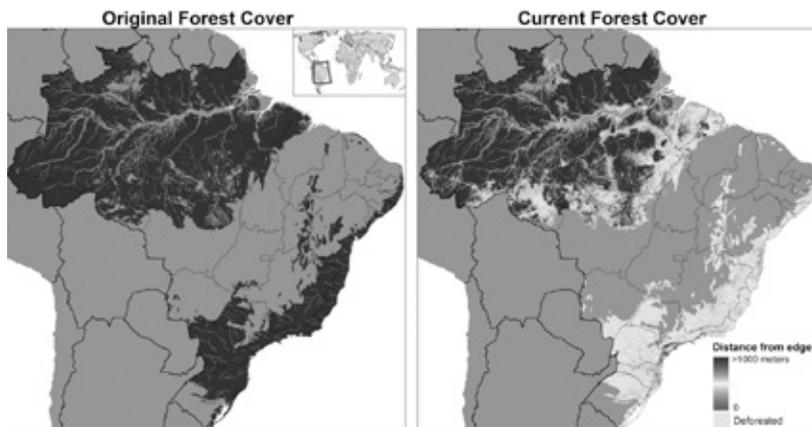
indicador da tendência à inércia e não à transformação no ritmo necessário. Os que pensam estar fazendo o mundo progredir, com o acelerado avanço técnico desgovernado e o uso excessivo dos bens naturais estão na realidade fazendo o mundo regredir, aproximando-se de um abismo. O conceito de que os povos originários são um obstáculo ao “desenvolvimento” provocou um genocídio contemporâneo. Milhares de indígenas foram sacrificados durante a ditadura militar de 1964-1985, e a mesma lógica genocida ressurge agora na boca do presidente eleito Jair Bolsonaro. É uma visão retrógrada, que coloca de novo em risco os direitos destes povos, garantidos na Constituição de 1988, e abre as comportas da Floresta Amazônica para a ganância das serras elétricas e dos bulldozers das madeireiras, do apetite ilimitado das mineradoras, do agronegócio, e da pecuária extensiva e devastadora³³. Tudo ao contrário das retóricas ambientalistas das Conferências do Clima, como foi o caso da COP24 e da participação brasileira na mesma. Retórica, sem relação com a agressiva postura antiecológica do novo presidente brasileiro e dos que serão responsáveis pela política econômica a partir de janeiro de 2019³⁴.

Existe um choque civilizatório cuja solução tem sido dada pela força, e não pela racionalidade. O sentido do suficiente e o sentimento de respeito à Natureza, partidos da compreensão de que ela é nossa fonte de vida e de sobrevivência, característico das culturas originárias da América Latina, tem sido fator de conservação das florestas, das águas, e da sustentabilidade dos biomas e dos seus ecossistemas. Isto ao longo de milênios.

A cultura utilitária e imediatista que domina o mundo da acumulação do capital despreza estes valores, na sua busca desenfreada de realizar lucros e extrair e acumular riquezas a qualquer custo. Entre estas culturas em choque está o avanço técnico,

cujo motivador é o lucro e a expansão do capital. O sistema do capital mundial tem como premissa o crescimento econômico ilimitado alimentado por inovações tecnológicas que aparentam progresso, mas de fato são orientadas para o aumento dos ganhos dos donos do capital, às custas da redução crescente da força de trabalho e a custos ambientais tratados como externalidades. Tal modo de crescimento ignora o fato de que os recursos do planeta são finitos e que a técnica jamais irá resolver todos os problemas criados por um modo insustentável de crescimento. A Terra está sendo vitimada por um processo de crescente degradação dos biomas responsáveis pelas condições propícias para a sustentabilidade da vida³⁵.

Eis o grande enigma da evolução da Vida na etapa do NOOCENO. A humanidade parece disposta a degradar as condições de vida no planeta até sua própria extinção!



Já devastadas mais de 20% da Floresta Amazônica e 92% da Mata Atlântica nas últimas cinco décadas.

No Nooceno, o único ser noológico conhecido até hoje – o *Homo* – passa a moldar seus ecossistemas exteriores e interiores

usando critérios que favorecem ou desfavorecem a evolução da Vida e de si mesmo. Vejamos os dois retratos da Amazônia e da Mata Atlântica. Entre quatro e cinco décadas, o modo de desenvolvimento capitalista periférico foi capaz de destruir mais de 20% da Floresta Amazônica e 92% da Mata Atlântica.

O desmatamento tem convertido biomas florestais em biomas mais pobres em vegetação, água e meios propícios para a vida: o semiárido e até o deserto. Há cientistas que afirmam que a passagem do marco de 20% de destruição de uma floresta já a condena ao desaparecimento. Este é o portal macabro que a Floresta Amazônica está atravessando neste momento e, no governo Bolsonaro, a tendência é de rápido agravamento³⁶. Como mostram os mapas acima, esta degradação se deu num período de apenas cinco décadas de aceleração do crescimento econômico mundial e da introdução de tecnologias intensivas em energia. A degradação dos solos e da qualidade das águas pela contaminação com produtos químicos tem sido fator de doenças graves e de morte em escala ascendente. As atividades de extração mineral e de petróleo e gás são fatores de contaminação dos solos e das águas, destruição de vegetação autóctone e paisagens, de habitats biológicos e de geração de áreas desérticas³⁷. Ainda não existe legislação que obrigue as empresas a assumir os custos do que elas chamam de “externalidades”. Os efeitos externos à operação das extrativas, portanto, são repassados para as comunidades locais, para os cofres públicos e para o meio natural, cuja degradação reduz as chances de a vida prosperar.

Alguns fatos servem de indicadores desta degradação que acelera a entropia do sistema inteiro, consequência do modo de crescimento econômico do sistema do capital mundial:

- O rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco (propriedade da Vale associada à BHP Billiton) provocando a morte do Rio Doce, poluindo centenas de km² de terras e de oceano e afetando, de forma violenta, mais de 500 mil habitantes e inúmeras outras espécies de vida.
- O abuso que significa o uso pela Anglo American de água limpa em mineroduto para transportar minério de ferro do interior de Minas até o porto na costa do Espírito Santo.
- Os vazamentos de dutos de petróleo, inundando mares e baías, matando milhões de seres marinhos e destruindo habitats, como ocorreu em 2000 com o duto que despejou 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara.
- A insistência dos países que mais emitem gases de efeito estufa em ignorarem as advertências dos cientistas e continuarem aumentando suas emissões. Terminada a 24^a Conferência do Clima, há pouco tempo, não há sinais de que até 2020 ocorra a inversão da tendência de crescimento das emissões, apesar das graves ameaças de o século terminar com temperaturas acima de 3° C a mais do que as do início da industrialização. As consequências de tal aquecimento seriam desastrosas para a vida e, em particular, para a civilização que hoje domina o planeta.

O programa das Nações Unidas de nome “Harmonia com a Natureza”³⁸ promove a mudança de legislação em todos os níveis de governo a fim de introduzir o conceito de *Natureza como sujeito de direitos*. Isto já foi feito em diversos países, estados ou províncias e municípios. Exemplos são as Constituições do

Equador e a Bolívia, a legislação nacional na Colômbia, que permitiu a preservação da vida aquática do Rio Atrato, em Chocó, Colômbia³⁹, ameaçada de extinção pela mineração, e emendas às leis orgânicas dos municípios em diversos países, entre eles Pau d'Alho e Bonito, em Pernambuco⁴⁰. O fundamento conceitual do programa é que não há comunidade vital que não tenha vinculação ontológica com o meio natural. Mas este vínculo é ignorado pela cultura do capital, na busca incessante por mais lucro. Resgatar este vínculo é apenas parte da questão. A transformação cultural proposta pelo programa exige reconhecer que a espécie humana é apenas uma das espécies vivas do planeta, sendo na linguagem do líder indígena Seattle apenas um fio da teia da vida da Terra.

Minha escolha é continuar usando o termo *desenvolvimento*. Eis alguns argumentos que justificam minha opção. O primeiro é de natureza etimológica. Este termo é dinâmico e se refere a um processo de *fazer prosperar potencialidades* que estão presentes em cada pessoa, cada família, cada comunidade, cada povo e a espécie humana como um todo, dentro do contexto maior da vida na terra e no universo. Este termo tem, pois, uma conotação evolutiva e qualitativa, em contraste com *crescimento*, que é vinculado apenas ao tamanho físico. Assim como o corpo humano consome o necessário e suficiente para crescer, e depois já não cresce, e apenas consome o suficiente para manter-se em boa saúde, assim também a economia de um povo só deve crescer o necessário e o suficiente para manter sua população em boa saúde a fim de desenvolver continuamente o conjunto dos seus potenciais, compartilhando o excedente com outros povos de forma cooperativa e solidária. O desenvolvimento continua, referido aos atributos e potenciais especificamente humanos –

as várias inteligências, a comunicação, a capacidade criativa, a emoção estética, a congruência ética, a capacidade de autogestão de todas as dimensões do seu ser individual e social, a espiritualidade, a amizade, o amor.

O segundo é de natureza política. Cabe à pessoa, comunidade e povo portadores dos potenciais a desenvolver, a responsabilidade de ser protagonista deste processo. Para isto há que empoderar-se através de processos educativos que combinam prática com teoria e que exigem espaço, tempo e condições oportunas e apropriadas para isto. Aqui emerge a ligação indissolúvel entre desenvolvimento, educação e democracia integral.

Utilizar o termo *desenvolvimento* quando se está falando em *crecimento* é um artifício enganador. Tudo no universo se desenvolve, em particular a vida. Mas os seres vivos não crescem ilimitadamente (a não ser por enfermidade, geralmente fatal). Os recursos da Terra são finitos, e a ideologia do “desenvolvimento” reduzido a *crecimento ilimitado* pretende naturalizar este mito. Para mim, o uso equivocado do termo não justifica seu abandono. Se houvesse algum outro termo que pudesse substituir com vantagem o termo *desenvolvimento*, eu consideraria a proposta, mas nunca ninguém me ofereceu outro.

Desenvolvimento e democracia, casal inseparável

Existem outros termos que estão prostituídos pelo sistema do capital mundial, sem que os tenhamos abandonado por isto. Um dos principais é *democracia*. A democracia grega trazia o diálogo em praça pública como inovação. Era o poder do “povo”. Mas “povo” excluía mulheres e escravos/os, que eram as pessoas que

trabalhavam na produção e reprodução da vida de si próprias e das elites ociosas. As direitas e as esquerdas do mundo inteiro continuam empregando o termo *democracia*. No entanto, são relativamente poucas as pessoas que levam a sério o esforço de um exame crítico do conceito e a urgência de ressignificá-lo no contexto do século 21. Respeitando os limites deste capítulo, sugiro o resgate do sentido etimológico do termo, que significa *poder do povo*.

Que significamos hoje quando falamos no *povo*? Um conjunto de pessoas vinculadas a um sistema jurídico e a um Estado, e/ou vinculadas a um território geográfico e/ou cultural. A distinção entre *povo* e *cidadania* é antiga, e reflete uma visão de classe, em que os cidadãos (geralmente homens) eram os que tinham riquezas e conhecimentos que os tornavam competentes para participar da gestão da cidade. Isto justificava a exclusão do povo, ou plebe, das tomadas de decisão. Já ali a democracia era limitada e excludente, e tinha um recorte de classe social e de gênero.

No mundo do capital transnacionalizado, em que as classes trabalhadoras estão sendo aceleradamente substituídas por máquinas cada vez mais “inteligentes”, eu tenho usado o termo *povo* para referir-me às classes sociais subalternas, que vivem de remunerações obtidas através do seu trabalho, seja assalariado ou autônomo, e não de rendas. Isto inclui não apenas trabalhadoras/es urbanos e rurais assalariados, mas também os do universo cooperativo, os setores terceirizados e autônomos, o conjunto das/os trabalhadoras/es do setor público, inclusive as/os docentes de todos os níveis, e os miseráveis e excluídos do sistema de mercado. Portanto, *democracia* tem a ver com partilha da propriedade e da gestão dos bens produtivos, o que eliminaria o

sistema do trabalho assalariado e permitiria a desconcentração da renda e dos ganhos da produtividade em benefício de todas/os. *Democracia*, pois, tem a ver com *trabalho emancipado* e com *autogestão*. Democracia econômica é um fundamento indispensável da democracia política⁴¹.

Falar de autogestão obriga a considerar não apenas unidades produtivas, como empresas e comunidades, mas *as diversas casas em que habitamos*, a começar pelo nosso corpo e a nossa saúde física, mental, psíquica e espiritual, passando pela família e a comunidade, até as esferas mais amplas, da cidade, do município ou da comuna, do bioma, da região, do país, do planeta. A *gestão do desenvolvimento pelas próprias pessoas, comunidades e povos* que são portadores dos potenciais – individuais e coletivos – a desenvolver, eis o desafio da *verdadeira democracia*, que também chamo de *democracia integral*. Ela não é um desafio restrito à esfera política. Exige ser efetiva também nas esferas econômica, ecológica, social, cultural e também espiritual.

Por isso, ela obriga a buscarmos uma ressignificação do papel do Estado em duas etapas: uma no sentido de constituir *um poder que gere a transição* das relações sociais de dominação-dependência para aquelas que são autenticamente democráticas; a outra, que pertence a um estado do Bem Viver, na qual o Estado exerce *o papel de orquestrador da diversidade e indutor do empoderamento da sociedade de trabalhadoras/es para a prática da autogestão* do seu desenvolvimento individual, comunitário e coletivo enquanto povo, em harmonia entre si e com a Natureza. A meu ver não faz sentido abandonar os termos *desenvolvimento* nem *democracia*. Há que dar-lhes seu verdadeiro conteúdo e reconhecer a interconexão e interdependência destes dois conceitos.

Para se resgatar hoje o sentido do *desenvolvimento* numa perspectiva libertadora dos nossos povos precisamos, então, buscar o núcleo conceitual e pragmático que fez aquele desenvolvimento ser tão pernicioso para nós. Este núcleo é: eles, desenvolvidos; nós, subdesenvolvidos ou não desenvolvidos. A maneira de revirar esse conceito é considerarmos as seguintes afirmações:

- Recuperar as heranças positivas e humanizadoras da ancestralidade dos nossos povos. Neste ponto, procurar defender os direitos, promover uma convivência harmoniosa com nossos povos originários – indígenas – e quilombolas, e aprender de sua sabedoria. Enquanto estes povos nos têm ensinado os princípios da convivência sustentável com a Natureza, a civilização liderada pela etnia caucasiana tem levado a humanidade para a beira do abismo;
- O desenvolvimento *econômico* deve ser entendido como meio, e não fim. Meio para o grande objetivo que é o desenvolvimento humano e social na perspectiva do Bem Viver de todas/os e de cada um/a, em harmonia com o meio natural;
- O sujeito do desenvolvimento emancipador – que nos liberta dos obstáculos objetivos e subjetivos que se interpõem a ele – não pode ser o Estado nem empresas privadas, mas sim a pessoa, a comunidade, o povo, que são portadores dos potenciais a desenvolver. Outros agentes econômicos convidados a intervir, devem ocupar uma posição complementar ao protagonismo daquele sujeito. Por isso parafraseamos Paulo Freire: “ninguém desenvolve ninguém, e ninguém se desenvolve sozinho:

nós nos desenvolvemos em comunhão” entre nós e com a Natureza;

- Não pode haver desenvolvimento de fora, trazido por um ou mais agentes externos, porque seus interesses, objetivos e técnicas terão prioridade sobre os da pessoa, comunidade ou povo em questão. O verdadeiro desenvolvimento nasce de dentro, das necessidades, desejos e recursos do sujeito principal; é endógeno, e referenciado aos seus potenciais. O conceito de desenvolvimento endógeno parte disso: em vez de exógeno, que vem de fora, é nascido de dentro, dos potenciais e dos recursos do sujeito principal. Do mesmo jeito que qualquer ser vivo começa desenvolvendo seus potenciais vitais e aos poucos vai se socializando com outros membros da sua espécie e, assim, fazendo desabrochar potenciais relacionais para além daqueles que provêm dos seus genomas.

Desenvolvimento e economia do suficiente

Por trás do debate sobre o desenvolvimento existe uma questão que as esquerdas evitam discutir. Como compatibilizar desenvolvimento com sustentabilidade ambiental?

Primeiro, reconhecer os limites da Terra, dos seus biomas e ecossistemas conduz ao reconhecimento da necessidade de colocar limites ao crescimento econômico. A pobreza da reflexão político-econômica da chamada esquerda, na falta de um projeto de economia e de desenvolvimento alternativos ao do sistema do capital, se atém ao crescimento econômico como chave para a geração de empregos e o ”progresso”. No campo da economia, a esquerda parece ter estagnado desde o colapso por implosão dos socialismos e comunismos “reais”. Em que diferem os governos

“populares” ou mesmo “socialistas” dos do sistema do capital? Parece que em nada além de advogarem o protagonismo do Estado em lugar do capital privado, na implementação da economia voltada para o lucro e a acumulação de capital. No máximo, esses governos tentam edificar um Estado social-democrata, que mantém o sistema do capital como ele é, introduzindo benefícios sociais tornados viáveis pelo uso inteligente e íntegro da política fiscal e tributária em favor de investimentos públicos no social e no ambiental.

Mas isto não basta para configurar um projeto de transformação capaz de tornar viável e efetiva a emancipação do trabalho humano, e dar à humanidade um rumo igualitário, libertário e solidário, e à vida na Terra uma nova oportunidade de seguir evoluindo. Um projeto realmente transformador deve ter um forte cunho humanizador, e visualiza a construção de comunidades intencionais como espaços onde os seres humanos, através do trabalho liberto da cadeia do salário, visando atender às suas necessidades de forma compartilhada, também desenvolvem seus potenciais de subjetivação e de socialização, de espiritualização e de amorização em forma de apoio mútuo, ou, em linguagem freireana, *em comunhão*.

Reconhecer os limites da Terra e dos seus recursos naturais nos leva a outras exigências. Uma é redefinir o perfil de consumo das pessoas, comunidades, povos na perspectiva do *consumo consciente* e da *sobriedade feliz*; a segunda é criar legislação que vincule o direito de posse e gestão dos bens produtivos – em particular dos bens comuns – ao trabalho individual ou comunitário, e não ao capital que se investe neles; a terceira é introduzir o *planejamento participativo* da produção não mais em função do máximo lucro, mas tendo como parâmetros o que se definiu

como necessário e suficiente para satisfazer a demanda de bens, serviços e saberes relacionados ao Bem Viver de cada um/a e de todas/os, em harmonia com o meio natural.

Os povos precisam ser reeducados, orientados a realizar uma transição da cultura do *excesso versus carência* para uma cultura da abundância compartilhada. Excesso de extração e de uso dos bens limitados da Terra; excesso de dinheiro e ativos nas mãos de poucos, mesmo que estes não possam usá-los em seu tempo de vida; excesso de produtos descartáveis e de lixo; excesso de desperdício de alimentos e de água; excesso de uso de combustíveis fósseis e de emissões de gases de efeito estufa; excesso de alimentos contaminados por produtos poluentes; excesso de desmatamento, para além da capacidade de restauração dos ecossistemas; excesso de gente nas cidades e de falta de planejamento permacultural das sociedades para tornar justos e sustentáveis os centros urbanos nas orlas e no interior; excesso de tensão, ruído, veículos, competição, violência, depressão e outras doenças físicas e psíquicas. Ao lado disso, a cultura do consumismo é a mesma que usa os grandes meios de informação e de propaganda para convencer as pessoas que elas vivem na carência de algo mais do que o que já possuem para ser felizes. Este é o motor subjetivo do crescimento do capitalismo.

A inércia do sistema do capital mundial em fazer as transformações necessárias para mudar o curso da história e apontar para perfis sustentáveis de consumo, de produção, de fontes e usos renováveis de energia e de utilização dos bens comuns levanta a *forte suspeita de que só as grandes catástrofes climáticas e ambientais é que vão forçar a necessária mudança cultural*. E elas virão a um custo muito alto de vidas humanas e de outras espécies de vida terrestre.

A busca de um modo sustentável de organização da sociedade humana, portanto, exige a colocação de limites ao crescimento econômico e a redução drástica do consumo de bens da Natureza e de fontes não renováveis de energias. No campo das economias solidárias nós falamos em *economia do suficiente* e em *sobriedade feliz*. E estas só são viáveis se escaparmos da lógica do crescimento ilimitado, do consumo irresponsável e do automatismo do mercado.

Esculpindo o futuro no presente

Como organizar uma economia que reconheça os limites da Terra e se desenvolva em harmonia com a Natureza?

Primeiro, ela precisa obedecer a três premissas. A *premissa cosmológica*: tudo no Universo está interconectado e é interdependente; a *premissa biológica*: a evolução do Universo se deu não aleatoriamente, mas com um sentido, o da emergência da vida e da consciência; e a *premissa noológica*: a espécie humana é apenas uma entre milhões que povoam o planeta, mas ela possui o que outras não possuem: a capacidade de escolher a união ou a separação, a complementaridade ou a competição, a harmonia ou a guerra, a partilha ou a acumulação, a amizade ou a inimizade com a Terra, a alegria solidária ou o medo solitário.

Segundo, é preciso deslocar o eixo das atividades econômicas da empresa privada para as comunidades em que as pessoas vivem, trabalham, convivem e reproduzem a vida. Transformá-las em *comunidades intencionais*, através de atividades que envolvem partilha do poder de tomar decisões, posse coletiva de tudo que é possível compartilhar, cooperação na construção dos caminhos do bem viver, e superação pacífica e dialógica dos conflitos, com base na pactuação de unidades que respeitam a diversidade. Nelas

ocorrem dois processos indissociáveis e simultâneos: o de *transformação pessoal*, de valores, atitudes, comportamentos e modos de relação, e o de *transformação social*, envolvendo a mudança do paradigma dominante do consumismo, do produtivismo e da arrogância nas relações entre humanos e com a Natureza.

Exemplos atuais de comunidades intencionais que já estão fazendo o futuro no presente são as Ecovilas⁴² e as Cidades em Transição⁴³, ambas organizadas em redes de apoio mútuo e disseminação de saberes e de práticas inovadoras. É do desenvolvimento humano e social delas que se trata quando se fala em economia (do grego *oiko+nomia*) como “gestão, cuidado da casa”. O que importa numa casa? Os seus habitantes! Portanto, devemos redefinir *economia* como *a arte de garantir o Bem Viver para as/os habitantes da casa, em harmonia com o entorno social e natural*. E como esta casa está inseparavelmente conectada com outras na comunidade, na região, no país e no planeta, é preciso planejar as relações entre ela e as outras, de modo que o Bem Viver de cada uma induza e fortaleça o Bem Viver das outras.

Tal estratégia de vida em pequenas comunidades interligadas por laços de solidariedade, irmandade e complementaridade aponta para o despertar de uma nova civilização, na qual os potenciais humanos e ultra-humanos poderão afinal florescer!

Numa comunidade intencional, as pessoas saem do individualismo solitário e aprendem a se relacionar através da colaboração solidária. A diversidade de personalidades, de modos de pensar, sentir, fazer e agir leva a conflitos de opinião e de relacionamento. Como lidar com eles? Primeiro, reconhecendo que são naturais, e que devem ser acolhidos como fonte de aprendizado e de progresso para o grupo. Segundo, desenvolvendo uma atitude de compaixão e empatia, acolhendo a opinião alheia

com atenção, buscando *sentir* com o outro e, mais ainda, *olhar o problema a partir do ponto de vista do outro*. Daí procede um modo de comunicação não-violenta, que permite a construção de consensos, que de fato são *unidades da diversidade!* Praticando este modo complementar e solidário dentro da comunidade, é possível estender esta atitude para fora, criando comunidades de comunidades, transformando biomas, municípios, estados, regiões, o país Brasil e o Cone Sul em espaços comunitários em que ninguém fica excluído, e todos podem exercer sua humanidade e sua cidadania.

Terceiro, orientar a economia para a resposta às necessidades e desejos do seres humanos em harmonia com o ambiente natural exige *superar a economia da oferta*. A democratização do poder de planejar, gerir e implementar o desenvolvimento próprio, definindo seu perfil de consumo de forma consciente e crítica; a partilha da posse e da gestão dos bens comuns e dos meios de desenvolvimento; a reforma da arquitetura financeira mundial eliminando os mecanismos de especulação, como os refúgios fiscais, os produtos derivativos e os fundos de *hedge*. O *planejamento* do que produzir tem que ser feito em função não da fome de lucros de cada empresa, mas sim do *valor de uso* dos bens e serviços a oferecer, visando o bem viver em harmonia com a Natureza.

Neste sentido, cabe a políticas públicas inovadoras desmercantilizar o saber e a vida, reconhecer o direito à vida digna, assim como reconhecer a Terra como sujeito de direitos. Cada pessoa e cada comunidade humana deve poder participar do *planejamento participativo do seu desenvolvimento socioeconômico e humano* na sua escala de atuação, de modo que o planejamento dos territórios maiores reflitam de forma fractal aqueles

realizados nos espaços locais, comunitários. E a definição desse *valor de uso* levará em conta o anseio humano de satisfação durável de suas necessidades materiais, acrescida da satisfação de suas necessidades subjetivas – comunicação, afeto, amizade, cooperação, amor à Natureza, emoção estética, amor.

Em última instância, os seres humanos são seres sociais e, ao mesmo tempo, possuidores de livre arbítrio. Segundo o biólogo chileno Humberto Maturana, o ser humano é por natureza um ser amoroso; sem amor, ela/ele adocece e morre. Como diz Frei Betto, metaforicamente: o ser humano tem fome de pão e de beleza. E que há de mais belo, complexo e completo do que o amor?

Governança democrática: a pedra de toque da inovação social

Finalmente, o tema da governança, ou a arte de governar um grupo humano, tem uma importância destacada nesta discussão sobre desenvolvimento e Bem Viver. A rigor, há dois modos opostos de organizar a governança: o autoritário, autocrático ou monocrático, por um lado, e o democrático, por outro. O autoritário está marcado pelo patriarcalismo e é sempre oligárquico. Ou seja, nele a ordem vem de cima e de poucos ou de um só. As forças armadas e as ditaduras são exemplos extremos deste tipo de governança.

Quanto ao democrático, ele tem mais nuances. No capitalismo, a tomada de decisões é geralmente concentrada nos eleitos e eleitas como representantes de seus eleitores. Na *democracia representativa*, a representação é, muitas vezes, vinculada aos que têm maior “poder de compra” de candidatos, a saber, os grandes

empresários e banqueiros nacionais e/ou estrangeiros. O governo é exercido por uma “democracia mitigada”, geralmente sintonizada com os interesses dos grupos econômicos que financiaram a vitória eleitoral dos políticos. Estes funcionam como se a população lhes houvesse dado um cheque em branco, que eles usarão ao seu bel prazer, com pouca ou nenhuma obrigação de prestar contas. Na verdade, a população de trabalhadores só tem seu voto. O voto vale dinheiro, na forma de negócios escusos e crimes de diversos tipos, quando se trata do grande capital e dos seus aliados políticos. Nestes casos a democracia representativa se configura frequentemente como “*ditadura do capital*” com a intimidação, repressão ou mesmo eliminação das oposições, censura dos meios de informação, ação de propaganda oficial baseada em notícias falsas com o fim de moldar o pensamento da maioria segundo os interesses do grande capital.

A democracia direta envolve a ação eficiente de instâncias de participação cidadã nas decisões de caráter estratégico para os interesses da cidadania. O Estado preenche um papel de serviço ao empoderamento da sociedade através das comunidades intencionais e de toda sorte de organização setorial que visa defender os direitos e os interesses da maioria. Ele também cumpre o papel de orquestrador das diversidades de gênero, etnia, setor ou classe social, região, bioma. Zela pela harmonia entre essas partes e pela construção de unidades consensuadas dessas diversidades. Por meio de conselhos setoriais, funcionais e outros, a cidadania reflete e dialoga com as/os governantes sobre seus problemas, necessidades e aspirações, e participa na formulação de políticas de governo, sejam elas públicas ou administrativas. Este grau de participação deve refletir fractalmente a prática de autogestão das comunidades, empresas e outras formas de organização da base

da sociedade. Se os objetivos maiores são a realização dos direitos e responsabilidades individuais e coletivas, e o desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais de cada pessoa e coletividade tendo em vista o Bem Viver de cada um/uma e de todos/as, as políticas econômicas devem ser orientadas para tornar viáveis esses objetivos. Isto dispensará o governo de fornecer assistência social à população, pois a economia está organizada para atender a esta demanda, da esfera local à global.

O mesmo podemos dizer a respeito da Governança Global. As agências multilaterais que hoje desempenham esta função – a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras agências de alcance global ou regional são concebidas para cumprir a missão de servir à paz, à justa distribuição de bens voltada para a abundância compartilhada, e à harmonia entre as nações, entre os povos e com o planeta. O fracasso na realização dessas missões é evidenciado por fatos como: a cadeia ininterrupta de guerras regionais, explicadas em parte pelo conflito de interesses entre soberania nacional de países ricos em recursos naturais e o voraz interesse dos países ricos em apropriar-se desses recursos; e pelo fato de que o Conselho de Segurança da ONU é composto pelos cinco países que mais produzem e comercializam armas. Outros fatos incluem a falta de regulações firmes e eficazes para reger o comportamento de grupos privados de interesse que agem com impunidade mundo afora, e não são obrigados a prestar contas a nenhuma autoridade que represente os povos; a estrutura de tomadas de decisão das agências multilaterais, baseada no tamanho da contribuição financeira dos países e não em qualquer outro critério, como cada país um voto (é o caso apenas da Assembleia Geral da ONU), ou a algum tipo de

proporcionalidade; e, finalmente, a tendência ideológica das agências que se ocupam da economia global e são dominadas pelos países ricos, de esposar a abordagem neoliberal, colocando uma fé cega nas “forças de mercado” e atuando em prol dos interesses do grande capital privado, e não dos povos, cuja maioria é composta de trabalhadoras/es.

Democratizar as Nações Unidas, portanto, é uma tarefa urgente e, também, hercúlea. Um dos obstáculos é que seus membros são Estados-nação. Há uma falsa premissa de que os Estados representam os povos, mas de fato eles frequentemente não são representantes dos seus povos, mas sim dos interesses minoritários dos donos do capital ou da tecnoburocracia nada democrática. Por isso, movimentos sociais advogam o reconhecimento do direito da sociedade civil mundial de fazer-se representar nestas instâncias de governança global. É o caso da Rede Global Diálogos em Humanidade (dialoguesenhumanite.org)⁴⁴ e da Ágora das/dos Habitantes da Terra (audacia-umanita.blogspot.com).

Duas iniciativas de cunho inovador, cujos resultados práticos merecem ser pesquisados, são a ALBA e o grupo dos BRICS. A Aliança Bolivariana das Américas é um grupo de 12 países das Américas do Sul, Central e do Caribe, que utilizam métodos inovadores de relação diplomática e comercial. Adotaram os princípios do respeito mútuo, da cooperação, do comércio justo e da solidariedade nessas relações. Trocam seus bens e serviços mediante o escambo de produtos – Cuba envia médicos para a Venezuela em troca de petróleo, por exemplo; a venda de produtos com preços solidários, como o petróleo da Venezuela para a Bolívia; e a compra e venda de produtos

usando uma unidade monetária regional, chamada *sucre*, cuja contabilidade é feita pelo Banco Central do Equador.

O potencial inovador do BRICS também é grande. Juntos, os cinco países – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que compõem o BRICS apresentam números impressionantes⁴⁵. As relações bilaterais entre seus membros são inspiradas pela não interferência, igualdade e benefício mútuo. Mas a política econômica expansionista da China se revela na pretensão de aumentar seu controle da energia, matérias-primas, terras férteis e acesso a mananciais e a volumes significativos de água dos países de alta incidência de pobreza, como os países africanos do Sub-Sahara e o Brasil. A criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, rebatizado em 2014 como Novo Banco de Desenvolvimento, abre a possibilidade de seus membros transferirem pelo menos parte das suas reservas cambiais para financiarem seus projetos de desenvolvimento, gerando forte abalo na posição dominante do dólar como moeda internacional. Entre as dificuldades, porém, estão a grande diferença de tamanho dos países e de suas economias, as diferenças de interesses econômicos e geopolíticos entre eles, e a lógica competitiva e plutocrática do capitalismo globalizado que permeia suas relações. Em última instância, avalia o Prof. Patrick Bond, da África do Sul, o bloco é subimperialista⁴⁶. Muitas vezes, os interesses nacionais dos maiores países predominam sobre os do bloco. Estes países perderam a chance de apoiar a iniciativa venezuelana e equatoriana de criação do Banco do Sul, que tinha o potencial de gerar uma dinâmica realmente inovadora das relações financeiras e comerciais entre os países do hemisfério Sul.

Concluimos apresentando resumidamente alguns elementos essenciais de uma transformação efetiva da Governança Global:

- A democratização das organizações multilaterais que têm estado subordinadas ao domínio dos países mais ricos e militarmente mais poderosos; a abertura para representações da cidadania planetária nas instâncias de decisão sobre assuntos estratégicos globais; a criação de um Conselho de Segurança da Humanidade, ou de um Conselho de Segurança dos Bens Comuns e da Vida, com participação de representantes eleitos da cidadania planetária; a adoção do sistema “cada país um voto” na administração das agências financeiras e comerciais multilaterais; a adoção do sistema de contribuições de caráter compulsório ao sistema ONU, e proporcionais ao PIB-PPP de cada país;
- Reforma da arquitetura financeira internacional capitalista, mediante a introdução de regulações que desmantelem os refúgios fiscais e outros mecanismos de especulação e de incentivo à sonegação fiscal e à fuga de capitais, em busca do máximo lucro por meios ilegais e ilícitos; generalização do direito dos países de adotar regulações que mantenham no país os recursos financeiros nele gerados, em vez de permitir que sejam exportados para pagar dívidas ilegítimas e impagáveis; adotar a auditoria da dívida pública como instrumento técnico de identificação da legalidade e da legitimidade desta dívida, que sirva para fundamentar iniciativas de renegociação ou cancelamento do estoque e dos juros da dívida; adotar mecanismos que garantam a canalização desta nova poupança para investimentos orientados para o Bem Viver da população como um todo, sobretudo das classes empobrecidas;

- Criar dinâmicas de construção de conselhos de representação cidadã a nível comunitário, local e por espaços territoriais variados segundo a realidade (biomas, bacias hidrográficas, etc.), independentes dos governos, que sejam compulsoriamente reconhecidos por estes e ganhem status de participantes de instâncias deliberativas de políticas públicas, sobretudo as relacionadas aos serviços essenciais (saúde, nutrição, educação, saneamento socioambiental, etc.) e aos bens comuns (posse, gestão e uso da terra, das águas continentais e oceânicas, da atmosfera, de fontes de energia, e dos espaços urbanos).

Afirmemos: cada povo tem que resgatar sua cultura e os recursos do seu território, ganhar a posse deles, afirmar a sua soberania sobre esse território, sobre o seu subsolo e suas indústrias. Nas relações com outros povos, afirmemos e respeitemos os mesmos direitos deles que exigimos para nós. Rejeitemos a soberania solitária e excludente dos nacionalismos egocêntricos e avarentos, e promovamos, sim, a *soberania solidária* dos que sabemos que tudo o que fizermos à teia da vida, fazemos a nós próprios.

Coloquemos a educação libertadora como uma frente relevante do trabalho social. O objetivo da educação é instrumentar as pessoas para desenvolver uma consciência crítica, capaz de identificar os fatores que geram opressão, pobreza, desigualdade, falta de liberdade; capaz de lidar com os conhecimentos acumulados da humanidade não de uma forma passiva, mas criativa, para ir além de onde já chegou. Isso significa que a educação está a serviço não de ter nem de acumular, mas de *ser sempre mais*. Ou seja, sintetizar os saberes já existentes e desenvolver

sua capacidade de tornar-se sujeito da ação transformadora de si e da sociedade.

Trabalhemos pelo desenvolvimento individual, pessoal e comunitário nos locais onde as pessoas vivem e trabalham. Aí, promover o espírito e a prática da cooperação e da autogestão comunitária. Ao mesmo tempo, articular essas comunidades de forma fractal em outros níveis até o nacional e o global, buscando maximizar as vantagens cooperativas, e valorizando a complementaridade dos diferentes talentos e recursos de cada pessoa e de cada comunidade, gerando efeito multiplicador do Bem Viver.

Rejeitemos o “desenvolvimento” que vem de fora para dentro, de cima para baixo, que importa tecnologias inadequadas e impróprias para a nossa realidade, criadas não em função das necessidades humanas e sociais, mas em função do lucro. Nem atores, nem tecnologia, nem produtos, nem dinheiro vindo de fora nos desenvolveram efetivamente nestes mais de cinco séculos de dominação da cultura eurocêntrica. “Eu, povo brasileiro, criando e juntando recursos que estão no meu território, posso usá-los de outra maneira para criar respostas às necessidades e quereres, não com o intuito de gerar cada vez mais lucro, mas de estender o Bem Viver a todas as pessoas, em harmonia com a Natureza”. Esta postura investe em vida e em meios de a vida prosperar.

Adotemos o caminho que parte de cada pessoa e cada comunidade. Pensemos a sociedade e a economia do micro para o macro, em vez de pensar do macro – modo de consumo e produção dos países ricos, empresas e bancos transnacionais, tecnologias exógenas e inapropriadas à nossa realidade – para o micro. Reafirmemos a necessidade da pessoa humana se

transformar no sentido de escolher tomar o comando do seu existir e do seu processo de desenvolvimento, reduzindo cada vez mais as dependências e aumentando a sua autonomia em conexão solidária com as/os outros, portanto, as suas liberdades, o seu Bem Viver, a sua felicidade. Essa seria a redefinição da caminhada do desenvolvimento.

A humanidade precisa criar coragem para dar um salto quântico: o da economia do Amor. Introduzir a gratuidade e a reciprocidade voluntária como modos de relação geradores da abundância compartilhada e do Bem Viver. Acolher a cultura uns dos outros sabendo que o enriquecimento parte da escuta do que a outra ou o outro tem a contribuir. Partilhar o poder de decisão e a posse dos bens comuns, promovendo a emergência de cidadãs e cidadãos planetários onde o acolhimento da diferença e a cooperação são a referência maior. Na linguagem do biólogo Maturana: acolher a outra pessoa não enquanto projeção de mim, mas como um ser livre e autônomo, sujeito da sua subjetividade, das suas responsabilidades e do seu direito de ser quem é.

Colaborar com o empoderamento da outra pessoa e da coletividade, sem medo e com confiança. Esse é o verdadeiro amor e o sentido maior da vida, pois é fonte de felicidade verdadeira e durável. Não como projeto utópico, mas como realidade em movimento em cada pessoa, comunidade, povo e humanidade, aqui e agora, onde o futuro se forja sem adiamentos.



***Vivir Bien*: antigas cosmovisões e novos paradigmas⁴⁷**

Pablo Solón⁴⁸

O conceito de *Vivir Bien* (ou *Buen Vivir*) ganhou atenção internacional no final do século XX à medida que as pessoas procuravam alternativas à agitação do neoliberalismo. As traduções imperfeitas dos conceitos andinos de *suma qamaña* e *sumaqkawsay*, *Vivir Bien* e *Buen Vivir* representam uma cosmovisão indígena que enfatiza a ideia de viver em harmonia com a natureza e entre as pessoas.

Contudo, à medida que essas ideias se tornaram mais populares, o significado desses conceitos começou a ficar comprometido. Os governos da Bolívia e do Equador incorporaram o *Vivir Bien* e o *Buen Vivir*, respectivamente, na constituição do país e na pauta do governo, apenas no papel, mas não no espírito. Mais do que alternativas radicais para o paradigma dominante de desenvolvimento e progresso, esses conceitos tornaram-se uma nova estratégia de marketing para o desenvolvimento (in) sustentável. A lição é clara: para evitar a cooptação do Estado, as verdadeiras mudanças revolucionárias devem estar baseadas na emancipação e na autodeterminação de baixo. E, para ter sucesso no nosso mundo interdependente, os defensores do *Vivir Bien* devem estar conectados com os defensores de movimentos globais complementares no caminho de um futuro melhor para todos.

Renascimento andino

Há três décadas, poucos sul-americanos falavam do *Vivir Bien* (de agora em diante VB). Poderiam ter ouvido falar de *suma qamaña* e *sumaqkawsay*, conceitos enraizados nos sistemas de conhecimento, prática e organização de povos nativos dos Andes⁴⁹. VB é uma tradução incompleta e insuficiente desse *ethos*, que tem um conjunto de significados mais complexos, como “vida abundante”, “vida agradável”, “vida harmoniosa”, “vida sublime”, “vida inclusiva” ou “saber como viver”.

A formulação e aceitação do VB surgiram no fim do século XX e começo do século XXI. Isso talvez não tivesse acontecido se não fosse pelo impacto devastador do neoliberalismo e do Consenso de Washington. A persistente privatização e mercantilização da natureza, junto ao fracasso do socialismo soviético e a falta de paradigmas alternativos, foram a causa do retorno de visões e práticas indígenas.

O novo conceito do VB ainda não tinha amadurecido quando os governos de Evo Morales na Bolívia (2006) e de Rafael Correa no Equador (2007) iniciaram uma nova etapa. *Vivir Bien*, e o termo equivalente *Buen Vivir*, no Equador, foram escritos na nova constituição dos dois países, tornando-se a base de várias reformas normativas e institucionais. Esses termos passaram a ser centrais no discurso oficial e foram incorporados no plano nacional de desenvolvimento dos dois países.

O triunfo constitucional do VB contribuiu para o aumento do interesse em visões alternativas relacionadas, como a “jurisprudência da Terra” de Thomas Berry. O VB também incentivou novas ideias, como os direitos da Mãe Terra e os direitos da natureza que não eram reconhecidos originalmente no VB.

Ao mesmo tempo, acadêmicos e ativistas que estavam avançando em direção a outras perspectivas sistêmicas — entre elas o decrescimento, os comuns e o ecossocialismo — começaram a encontrar uma fonte de inspiração no VB.

Contudo, essa grande esperança abriu o caminho para intensas disputas, especialmente sobre a implementação. A essência do VB está sendo realmente aplicada? Estamos indo em direção a esse objetivo ou estamos perdidos no caminho? O VB é um enquadramento poderoso, porém disputado, para repensar uma boa sociedade. Para esclarecer o que o VB promete e os seus limites, neste ensaio são analisadas três áreas: a primeira, as práticas e visões culturais que inspiraram e sustentam o VB; a segunda, uma crítica da implementação do VB até agora; e a terceira, a contribuição potencial do VB para o desafio maior de criar alternativas sistêmicas urgentemente necessárias.

Elementos principais

Não há um decálogo do VB, pelo contrário, é um enquadramento amplo e em evolução. Qualquer tentativa de defini-lo em termos absolutos reprimiria o seu dinamismo. Mesmo assim, podemos estabelecer diferentes interpretações dentro de uma cosmovisão abrangente.

O todo e a Pacha

O ponto de partida de qualquer alternativa sistêmica é a compreensão do todo. No caso do VB, o todo é a *Pacha*. Esse conceito andino é muitas vezes traduzido simplesmente como Terra (por isso falamos da *Pachamama* como Mãe Terra). Todavia, o significado é muito mais amplo e profundo, incluindo a unidade indissolúvel de espaço e tempo. *Pacha* é o todo em

constante movimento, é o universo em um estado permanente de transformação.

Nessa cosmovisão, o passado, o presente e o futuro coexistem e estão inter-relacionados de forma dinâmica, lembrando a conhecida frase de Einstein: “A distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão teimosamente persistente”. O VB interpreta o tempo e o espaço como algo cíclico e não linear, uma visão incompatível com os conceitos convencionais de crescimento e progresso. O tempo move-se em espiral: quando há um avanço, vem um retorno; e um retorno traz um avanço. Essa visão questiona a própria essência da ideia de “desenvolvimento”, de sempre avançar em direção a um ponto mais alto, sempre na busca de algo melhor. Essa transformação ascendente é fictícia no VB, para o qual o movimento exige viradas e mudanças e reencontros do passado, presente e futuro.

O VB é *Pachacêntrico*, em vez de antropocêntrico. Na *Pacha* não existe a dicotomia entre seres vivos e corpos inertes: todos eles têm vida, e a vida é entendida como a relação entre as partes do todo. E, em especial, não há uma separação entre seres humanos e natureza. Tudo forma parte da natureza e a *Pacha*, como uma totalidade, tem vida.

Coexistência na multipolaridade

A visão do VB compreende a dualidade em todo lugar, uma vez que tudo tem seu oposto. O bem ou o mal puros não existem: o bem e o mal sempre coexistem. Tudo é e não é. O indivíduo e a comunidade são dois polos da mesma unidade. Sem a comunidade, não há indivíduo; sem seres individuais, não há comunidade.

Essa bipolaridade de pares – na verdade, multipolaridade – é universal, com a polaridade indivíduo-comunidade imersa na polaridade humanidade-natureza. Portanto, a comunidade torna-se uma comunidade de ambos: humanos e não-humanos. Seguir o VB é aprender a viver juntos nesta complexa interação de ser. O desafio não é “ser”, mas “aprender a se inter-relacionar” com as partes opostas do todo. A existência torna-se não um estado estático, mas um conceito relacional de ser.

Nas comunidades andinas, a propriedade privada individual e a propriedade comunitária coexistem. Logicamente, surgem diferenças e tensões entre os membros da comunidade. Para lidar com essas tensões, diversas práticas culturais promovem uma espécie de resolução redistributiva. Por exemplo, o mais rico paga a *fiesta* de toda a comunidade ou realiza outras ações ou serviços que beneficiam todas as pessoas. O pior castigo é ser expulso da comunidade porque significa perder o pertencimento, a essência, a identidade.

O VB não é igualitário: a igualdade perfeita é uma ilusão porque sempre existem desigualdades e diferenças. A chave é coexistir com elas para prevenir que as desigualdades e diferenças se tornem tão agudas e polarizadas a ponto de desestabilizar o todo. O importante aqui é aprender, reaprender, a viver em comunidade, respeitando a multipolaridade que é o todo.

Equilíbrio dinâmico

O VB procura o equilíbrio entre os variados elementos que formam parte do todo: harmonia entre os seres humanos e também entre a humanidade e a natureza, entre o material e o espiritual, entre o conhecimento e a sabedoria, entre diferentes culturas e entre diferentes identidades e realidades. Não é

simplesmente uma versão do desenvolvimento que é menos antropocêntrica e mais democrática, holística ou humanizada, pois o VB não aceita a equação ocidental convencional de desenvolvimento com progresso e crescimento permanente.

Em uma linha parecida, o equilíbrio que o VB procura não é permanente em si. Qualquer equilíbrio aparente de um determinado momento gerará contradições e disparidades que precisarão de novas ações para achar um novo equilíbrio. Essa é a principal fonte do movimento cíclico através do tempo-espaço. A busca de harmonia entre os seres humanos e com a Mãe Terra não é a busca de um estado idílico, mas a contínua *raison d'être* do todo.

O equilíbrio é sempre dinâmico. Para poder contribuir com a busca de um novo equilíbrio e de uma coexistência harmoniosa, devemos entender o todo com seus múltiplos componentes e suas transformações. O papel dos seres humanos é atuar como uma ponte, um intermediário dentro do todo, conectando os elementos que procuram o equilíbrio com a natureza, cultivando com sabedoria o que a natureza nos oferece. Sob essa perspectiva, os seres humanos não são “produtores”, “conquistadores” ou “transformadores” da natureza, eles são “cuidadores”, “agricultores” e “mediadores”.

Complementaridade

A complementaridade é a chave para atingir o equilíbrio dos opostos que, juntos, constituem o todo. O objetivo não é anular o outro, mas aumentar cada um deles em uma nova síntese, procurando formas de complementar e completar a totalidade das diferentes partes, até mesmo as antagônicas. As diferenças e as particularidades são parte da natureza e da vida. Nunca

deveríamos ser todos iguais. O que devemos fazer é respeitar a diversidade e encontrar formas de articular experiências, compartilhar conhecimentos e reconhecer os ecossistemas.

Desde a perspectiva da complementaridade, a competição é negativa porque alguns ganham e outros perdem, desequilibrando a totalidade. A complementaridade procura a otimização mediante a combinação de forças com a convicção de que quanto mais trabalharmos juntos, mais resilientes seremos todos e cada um individualmente. A complementaridade, em vez de sugerir neutralidade entre os opostos, reconhece as possibilidades que a diversidade oferece para equilibrar e integrar as contradições do todo.

Portanto, o VB é o encontro da diversidade. “Saber como viver” é praticar a pluriculturalidade que luta para reconhecer e aprender a partir das diferenças sem arrogância nem preconceitos. Aceitar a diversidade significa que existem outros *Buen Vivires* válidos além da versão andina. Esses *Buen Vivires* continuam existindo na sabedoria, no conhecimento e nas práticas das pessoas em busca da sua própria identidade. Mais do que uma regressão utópica a um passado idealizado, essas perspectivas olham para a frente, sabendo que ao longo da história houve, há e haverá muitas formas de organização cultural, econômica e social que, da mesma forma que se complementam entre si, podem ajudar a superar a crise sistêmica que a humanidade está atravessando.

Descolonização

O VB vê uma luta contínua de descolonização. A conquista espanhola há 500 anos iniciou um novo ciclo que não terminou com a independência das repúblicas no século XIX. Ao contrário,

o ciclo continua com formas pós-coloniais e estruturas de dominação.

O processo de descolonização envolve mudanças além da autonomia formal para desmontar os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais herdados que continuam nos governando. A descolonização é um processo histórico de longo prazo, não é apenas uma ocorrência. Pode-se conseguir a independência de uma potência estrangeira; porém, continuar dependendo economicamente dela. Pode-se garantir certa soberania econômica, mas ser ainda dominado culturalmente. Podemos reconhecer a nossa identidade cultural em uma nova constituição, mas ficar presos nos valores consumistas ocidentais.

Talvez esta seja a parte mais difícil do processo de descolonização: liberar as nossas mentes e almas, que foram capturadas por conceitos falsos e estrangeiros. Construir o VB significa descolonizar ambos: nosso território e nosso ser. A descolonização do território quer dizer autogestão e autodeterminação em todos os níveis. A descolonização do ser é ainda mais complexa e envolve a superação de muitos modos, crenças e valores que impedem o nosso novo compromisso com a *Pacha*. O primeiro passo é ver com os nossos próprios olhos, pensar os nossos próprios pensamentos e sonhar os nossos próprios sonhos. Essa viagem começa com o encontro das nossas raízes, nossa identidade, nossa história e nossa dignidade. Descolonizar é recuperar a nossa vida, recuperar o horizonte.

Cooptação

Institucionalizar e formalizar uma cosmovisão inevitavelmente leva a que ela seja desmembrada. Alguns aspectos serão destacados, outros serão deixados de lado. Alguns significados

ficarão e outros serão perdidos. No final, um *corpus* mutilado permanece e pode atingir uma audiência maior, mas de forma incompleta.

Esse tipo de distorção aconteceu com o VB nos governos de Evo Morales e Rafael Correa. Pela primeira vez, após séculos de exclusão, a visão dos indígenas passou a ser reconhecida e incorporada como um elemento principal na agenda política de ambos os países. O *Vivir Bien* e o *Buen Vivir* foram incluídos, com diferentes palavras, na nova constituição da Bolívia (2008) e do Equador (2009). Na versão equatoriana, há uma ênfase na visão dos direitos; enquanto na versão boliviana destaca-se o conceito ético-moral.

Embora a incorporação tenha sido uma conquista notável, o *Buen Vivir* e o *Vivir Bien* coexistiram agitadamente com a visão dominante desenvolvimentista e produtivista. Como era previsível, ao longo do caminho, o *Vivir Bien* e o *Buen Vivir* perderam muita substância. Focando na Bolívia neste caso, podemos dizer que, mais do que transformar a sociedade sobre as bases do VB, o governo seguiu um modelo populista extrativista, excessivamente dependente da redução de recursos naturais não renováveis, sob um autoritarismo cada vez maior.

Sob o padrão de parâmetros econômicos, a história da Bolívia é de sucesso: o PIB cresceu, a pobreza extrema diminuiu e o investimento público aumentou. Esses investimentos, junto a novos programas sociais e mecanismos condicionais de transferência de recursos, reduziram a desigualdade de renda. A qualidade de vida melhorou para vários setores da população, o que explica o apoio popular de que o governo ainda dispõe.

Ainda assim, a Bolívia não está no caminho do VB. As medidas-chave do progresso para esse objetivo não é o PIB, o

coeficiente de Gini, os indicadores de pobreza do Banco Mundial ou outras estatísticas do tipo. O mais importante é que as comunidades urbanas e rurais e os movimentos e organizações sociais estejam ficando mais fortes, mais auto-organizados, criativos e resilientes, que estejam aproveitando uma maior solidariedade, praticando a complementaridade e contribuindo com a restauração da natureza. Segundo esses critérios, a Bolívia ficou para trás.

O boom econômico da Bolívia dependia da extração. O aumento do controle do Estado sobre os recursos do gás natural, combinado com o boom das commodities a favor das matérias-primas, fez com que a receita do governo se multiplicasse oito vezes de 2005 a 2013, permitindo um aumento do investimento público e a expansão de serviços básicos⁵⁰. Contudo, hoje esse modelo está em crise: o preço dos hidrocarbonetos e das matérias-primas caiu e o país está enfrentando a queda das exportações e das reservas internacionais, junto com o aumento da dívida externa⁵¹.

Da mesma forma que as indústrias extrativistas prosperaram, o agronegócio também cresceu. A Lei dos Direitos da Mãe Terra, sancionada na Bolívia em 2010, que outorga direitos à natureza e protege a sua integridade, existe apenas no papel. Os transgênicos dominaram a produção de soja (passaram de 21% das exportações totais em 2005 a 92% em 2012), e a produção de milho segue os mesmos passos⁵². Os parques nacionais e as áreas protegidas estão sob ameaça pela construção de rodovias e megabarragens. O desmatamento, que estava diminuindo, agora está aumentando; e o governo está incentivando a expansão do agronegócio às custas das florestas.

Enquanto as receitas eram abundantes, a Bolívia conseguiu ignorar a necessidade de diversificação econômica. Como resultado, a economia de hoje depende da extração de recursos primários ainda mais do que nos anos do boom. Os planos do governo até 2025 propõem mais exploração de hidrocarbonetos, novas megabarragens para exportar eletricidade e a expansão do agronegócio com a perda concomitante de florestas. Todas essas estratégias envolvem impactos ambientais sérios e consequências econômicas problemáticas.

O governo tem a oportunidade de deixar de replicar essa “antiga modernidade” que permanece desde o século XX. Em vez de continuar concentrando-se em corporações estatais, o governo poderia – e deveria – seguir um modelo melhor que incorpore os mais novos avanços tecnológicos dentro de uma perspectiva comunitária e social. Por exemplo, o futuro da energia encontra-se nos recursos renováveis, não na extração de combustíveis fósseis. O desenvolvimento da energia solar e eólica da comunidade, municipal e residencial, pode transformar a vida dos bolivianos passando-os de meros consumidores a produtores de eletricidade e, ao mesmo tempo, pode mudar a fonte de geração de energia para os renováveis, que hoje depende 70% do gás natural. E o futuro da agricultura encontra-se na agroecologia, na agrossilvicultura e no fortalecimento da soberania alimentar baseada nas comunidades indígenas e de camponeses, não na expansão dos agronegócios. Por último, mas não menos importante, as desigualdades extremas continuarão na medida em que os países seguirem o modelo extrativista. Essas desigualdades não podem ser superadas apenas com mecanismos condicionais de transferência de recursos. A redistribuição não pode estar limitada à realocação da fração da receita que não foi

destinada aos setores economicamente poderosos. A busca de igualdade não pode ser reduzida a programas sociais enquanto os donos das terras, as empresas extrativas e os bancos continuam acumulando grandes riquezas⁵³. As desigualdades estruturais requerem mudanças estruturais nas instituições, não apenas medidas mitigadoras para os mais terríveis impactos humanos de uma sociedade extremamente distorcida.

Além do estatismo e do extrativismo

Na Bolívia, abriu-se um grande abismo entre o discurso e a realidade, a lei e a prática. Nesta última década, os direitos da Mãe Terra nunca prevaleceram sobre os interesses da extração, a poluição e a depredação da natureza. Fazer cumprir os direitos da Mãe Terra requer regulamentos e mecanismos autônomos para reduzir e punir as constantes violações contra os ecossistemas e, acima de tudo, promover a restauração e recuperação de áreas previamente deterioradas. Contudo, o governo não mostrou nenhuma intenção de limitar os projetos extrativistas.

O papel fundamental do Estado deveria ser empoderar e ajudar a coordenar redes locais de produção, troca, crédito, conhecimentos tradicionais e inovação. Isso tem um profundo contraste com a visão predominantemente estatista da Bolívia, como afirmou o vice-presidente: “O Estado é o único ator que pode unificar a sociedade. É o Estado quem assume a síntese da vontade geral, planeja o enquadramento estratégico e é o primeiro vagão da locomotiva econômica”⁵⁴. Essa visão é antiética para o VB.

Embora a direita neoliberal dura tenha perdido poder, a democracia continua fraca, com o congresso carimbando decisões presidenciais constantemente. Precisamos de uma democracia

real para avançar em direção à autogestão, à autodeterminação e ao empoderamento de comunidades e organizações sociais. Portanto, para o VB, é essencial uma democracia mais popular e descentralizada, a única forma de identificar e corrigir os erros cometidos enquanto construímos uma nova ecossociedade.

Quando o governo central coloca a participação social como um mero exercício formal, coopta organizações sociais e controla severamente o poder, ele está prejudicando o desenvolvimento de uma democracia real. Mas não deveria ser assim. Em lugar de envolver-se no clientelismo, o Estado pode empoderar comunidades e organizações sociais. Como? Incentivando-as a analisar, debater, questionar e desenvolver políticas públicas e, em muitos casos, levá-las a cabo sem esperar o sinal verde do Estado.

Os conceitos de *suma qamaña* e *sumakqawsay* sobreviveram por séculos lutando contra o Estado Inca, o Estado colonial, o Estado republicano e o Estado neoliberal. Sempre foram práticas e visões comunitárias de peso, ainda que não reconhecidas pelo poder estabelecido em cada uma dessas épocas. A «estatização» do VB enfraqueceu a sua força para estimular a autogestão e questionar o *status quo*.

Geralmente, o objetivo do marxismo de esquerda é tomar o poder do Estado para mudar a sociedade desde cima. Contudo, a experiência da Bolívia da última década demonstra que, para o VB, o objetivo de tomar o poder deve ser o de incentivar a emancipação e a autodeterminação de baixo, questionando e subvertendo as estruturas coloniais que persistem ou aparecem mesmo no novo Estado “revolucionário”. Qualquer movimento político que se envolve com estruturas de poder para transformar a sociedade acaba sendo incontrolável e difícil de prever. Os

impactos negativos e os efeitos colaterais, tais como a tentação de privilégios e a corrupção, alianças pragmáticas, compromissos e a ilusão de permanência no poder, são inevitáveis.

A melhor forma de evitar ser capturado pela lógica do poder é empoderando contrapoderes autônomos, não como clientes passivos do Estado, mas como entidades realmente capazes de contrabalançar as forças conservadoras e reacionárias que ainda existem, assim como aquelas que crescem dentro das novas estruturas de poder. Acima de tudo, a vitalidade do processo de transformação depende de estimular a ideia e prática dos comuns em toda a sociedade e entre a sociedade e a natureza.

Alternativas sistêmicas

A experiência da última década prova que não é possível decretar o VB em apenas um país. A interdependência da economia global exerce muita pressão nos países para se alinharem com o paradigma predominante capitalista, produtivista, extrativista, patriarcal e antropocêntrico. O futuro do *Vivir Bien*, portanto, depende da recuperação, reconstrução e empoderamento de outras visões em todo o mundo que apontem em direção aos mesmos objetivos gerais. O nosso sucesso está ligado ao sucesso das “grandes transições” paralelas em outros locais e no nível global, que requerem a interação e complementaridade com outras perspectivas de alternativas sistêmicas.

Para poder prosperar, o BV e as alternativas paralelas de outros lugares devem expandir-se além das fronteiras nacionais de origem para países que agora colonizam o mundo de diferentes formas. Sem a propagação aos centros de poder global, essas alternativas correm o risco de ficar isoladas, perder vitalidade e,

no final, repudiar os mesmos princípios e valores pelos quais estavam motivadas.

Procurar a complementaridade entre o VB, o ecossocialismo, os comuns, o decrescimento, o ecofeminismo e outras abordagens relacionadas fará com que todos esses enfoques se enriqueçam. Em vez de elaborar uma única visão, o objetivo é entrelaçar diversas abordagens à procura de respostas holísticas. No final das contas, todas as visões e abordagens da Grande Transição têm fortalezas e fraquezas. Por exemplo, o VB não dá suficiente atenção a assuntos de patriarcado, capitalismo, globalização e poder do Estado. Os elementos centrais, como totalidade, complementaridade, multipolaridade, equilíbrio dinâmico e descolonização são essenciais, mas não suficientes por si mesmos para transformar o sistema atual.

Os sistemas que se reforçam mutuamente – capitalismo, produtivismo, extrativismo, plutocracia, patriarcado e antropocentrismo – estão aprofundando a crise na comunidade planetária. A lógica deles opera em todos os níveis, desde a política até as relações pessoais, desde as instituições até a ética, desde a memória histórica até as visões do futuro. Pensar que podemos resolver um sem lidar com os outros é um erro gravíssimo.

Não podemos vencer o capitalismo sem abordar o produtivismo que está profundamente enraizado no extrativismo da natureza e na reprodução das estruturas de poder plutocráticas e patriarcais. Da mesma forma, é impossível recuperar o equilíbrio do sistema planetário sem sair da lógica do capital que mercantiliza tudo, encontrando perversamente novas oportunidades de negócio na crise. Essa visão é uma das contribuições chave do ecossocialismo.

A crise sistêmica contemporânea põe em risco os múltiplos ecossistemas que tornaram possíveis as diferentes formas de

vida, incluindo a espécie humana. A estabilidade climática que permitiu o avanço da agricultura sedentária e de várias civilizações encontra-se em risco. Muitas formas de vida vão desaparecer – a sexta maior extinção – se o equilíbrio da atmosfera, dos oceanos, do solo e da radiação solar continuar em perigo.

Esse desafio não pode ser alcançado trocando o capitalismo de grandes proprietários privados por um capitalismo de Estado sob o nome de “socialismo”. Um século de experiência deixou claro que uma alternativa ecológica e emancipatória para o livre mercado não pode ter todos os âmbitos da vida sob o controle do Estado. Para que a redistribuição e a sustentabilidade sejam eficazes, têm que incluir atores fora do mercado e do Estado. Essa é a grande contribuição da noção dos *comuns*, que enfatiza não só o bem comum, mas também os comuneiros auto-organizados e autogestionados que criam esse bem.

Vale a pena repetir que a lógica do capital não age sozinha. Essa lógica é alimentada e fortalecida pelo antropocentrismo, o patriarcado, a concentração da riqueza, a plutocracia e a cultura consumista que valoriza a competição e o individualismo. A expropriação e a nacionalização do capital por parte do Estado não alteram por si só a essência produtivista e extrativista do capital, inclusive pode até a reforçar e agravar. A lógica do capital pode continuar governando mesmo que o Estado tenha nacionalizado as grandes corporações.

O extrativismo jamais poderá ser sustentável, e a humanidade não terá futuro a menos que deixemos de lucrar com a natureza. Não basta nacionalizar corporações sem transformá-las para que se baseiem no respeito aos ciclos da natureza e ao bem-estar social. Visto que o crescimento ilimitado de forças produtivas em um planeta finito é impossível, devemos abandonar o

crescimento imperativo do capitalismo de vez. O decrescimento oferece uma forma de prever um futuro sem crescimento econômico e baseado em uma escala mais humana e natural.

Superar o capitalismo exige uma nova visão da modernidade. Se o objetivo do “desenvolvimento” continua sendo que todos vivamos e consumamos como a classe média alta, nunca sobreviveremos, e muito menos substituiremos a lógica do capital e do crescimento ilimitado. Satisfazer as necessidades básicas sem aumentar o consumismo levará a uma sociedade auto-organizada e autogestionada. Deixar que o Estado lidere de cima enquanto os de baixo simplesmente obedecem gera autoritarismo e tensão social. Naturalmente, o Estado pode e deve regulamentar quando for necessário, mas somente como apoio a uma sociedade que gerencia as fontes de vida de uma forma cada vez mais moderada. No final das contas, a chave da transformação social encontra-se na capacidade dos comuneiros criarem uma modernidade diferente, com equilíbrio, moderação e simplicidade como elementos fundamentais.

Uma verdadeira mudança global depende de mudanças no nível pessoal, familiar e comunitário. O ecofeminismo ilustra a necessidade da complementaridade entre as mudanças no âmbito público e privado. A transformação sustentável deve estar apoiada na revolução das relações humanas nos núcleos mais íntimos da vida das pessoas. Porém, é difícil desmontar as estruturas patriarcais porque elas se reproduzem de forma insidiosa e invisível na família, na união, na comunidade, nos partidos políticos, nas escolas e no governo.

O capitalismo tem exacerbado essa dinâmica, mas não a criou: o patriarcado inspirou quase todas as sociedades pré-capitalistas. Logo, a queda do capitalismo não levará por si mesma à

queda do patriarcado. As experiências do capitalismo de Estado indicam que os valores e acordos sociais patriarcais podem sobreviver muito tempo depois da nacionalização ou expropriação do capital privado. E a concepção original do Vivir Bien não confrontava o patriarcado, embora sua visão de equilíbrio entre a humanidade e a natureza requeira esse confronto.

O processo dinâmico de construção de alternativas, do mesmo modo que o sistema de capitalismo global que ele desafia, está em constante evolução. De forma proporcional, a busca de complementaridade e sinergia entre o VB, o ecossocialismo, os comuns, o decrescimento, o ecofeminismo e outras propostas produz interações múltiplas e diversas. Embora não seja fácil, alimentar uma abordagem audaciosa e sinérgica é a única forma de superar os erros de fragmentação e as forças de cooptação para avançar em direção à Grande Transição.

Notas

1 Ladislau Dowbor é economista e professor da PUC-SP, consultor de diversas agências das Nações Unidas e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis de forma aberta e gratuita (open access) em <http://dowbor.org>. As bases técnicas do presente artigo estão desenvolvidas, com fontes detalhadas, no livro *A Era do Capital Improdutivo*: <http://dowbor.org/principais-livros>. Contato: ldowbor@gmail.com

2 A criatura mais intelectual que já caminhou sobre a terra está destruindo a sua própria casa.

3 Roberto Malvezzi é formado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais e é colaborador das Pastorais Sociais. Ivo Poletto é filósofo, teólogo e sociólogo, atualmente assessor nacional do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, autor, entre outros, do livro *Brasil: oportunidades perdidas – meus dois anos no governo Lula*, Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

4 Ver em <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40379053>

5 Constitución de la República del Ecuador, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 20 de outubro de 2008, e ratificada por Referendo Popular. Ver capítulo 7, art. 71 a 74.

6 A Bolívia aprovou em plebiscito a Ley Marco de la Madre Tierra y del desarrollo integral para el Bien Vivir. Nela são reconhecidos 11 direitos da Natureza. É importante lembrar que “Segundo a filosofia indígena, Pachamama é ‘sagrada, fértil e a fonte da vida que alimenta e cuida de todos os seres viventes em seu ventre.’” Ver <http://sustentarte.org.br/novo/a-lei-da-mae-terra-2/#.WcK22LKGM2w> e <http://www.ihu.unisinos.br/517692-a-lei-da-mae-terra-um-novo-momento-da-luta-na-bolivia>

7 Cáritas Brasileira, CPT e FIAN/Brasil. *Água de Chuva – O segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2001.

8 Economista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Doutora em Sustentabilidade. Professora-pesquisadora e Diretora da Área de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Centro de Estudos Universitários Avançados da Universidad Mayor de San Simón,

Coordenadora do componente de energia do Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e Justiça (GTCCJ), Cochabamba-Bolívia, e-mail: taniaricaldia@gmail.com.

9 Sistematização de experiências locais que dão pistas sobre alternativas de vida, trabalhadas por Jorge Krekeler, assessor temático doGTC-CJ.Em:<https://almanaquedelfuturo.wordpress.com/espanol/>

10 O conceito de “grupos subalternos” foicunhado por Gramsci como substituto do conceito de classtrabalhadora.

11 FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (www.fase.org.br) é membro da Direção Executiva da ABONG (www.abong.org.br).

12 Parte importante da trajetória da FASE está associada à luta por um “Brasil sustentável e democrático”. Desde aqui, partimos do reconhecimento de que a noção de sustentabilidade não resolve a contradição do conceito, já que, mesmo na sua versão mais consensual, desenvolvimento sustentável está sempre vinculado a crescimento econômico.

13 Mais do que patrimônio material e imaterial comum a um grupo social ou sociedade, entende-se por Bens Comuns, ou Comuns, as relações sociais que instituem o caráter comunal de um território, de uma prática, de um conhecimento, se contrapondo às lógicas de mercantilização. Sobre esse paradigma, sugerimos a leitura do artigo “Bens Comuns”, de Julianna Malerba, nesse livro, em torno do qual temos grande referência e inspiração.

14 Em última instância, se trata da democracia em sua face institucional. De forma menos visível e, portanto, mais perversa, expressa a erosão da democracia enquanto princípio norteador das decisões em torno do interesse comum.

15 Por neoextrativismo entendemos um modelo de economia primário-exportadora (minerais, petróleo, etc.) no qual se mantém a dependência da exploração intensiva de recursos naturais, ainda que o Estado procure captar uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos.

16 Texto originalmente elaborado para o Dicionário de Educação e Agroecologia, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atualmente no prelo. Dedico-o à memória de Jean

Pierre Leroy que sempre compreendeu os Comuns como prática instituinte e dedicou sua vida à defesa e à produção de Bens Comuns.

17 Assessora da FASE e doutoranda do IPPUR/UFRJ. E-mail: juliana@fase.org.br

18 BOLLIER, Apud LEROY, Jean Pierre. Mercado ou Bens Comuns. FASE: Rio de Janeiro, 2016, p. 2.

19 Importante registrar que a transposição da antiga noção de commons a diferentes domínios e objetos não tem se limitado ao campo dos movimentos sociais críticos ao capitalismo. Essa operação tem atravessado também o debate acadêmico e de organizações governamentais e multilaterais. As representações do que seriam os (bens) comuns na contemporaneidade são disputadas por concepções anti-capitalistas e sistêmicas. Um exemplo de elaboração teórica sobre os comuns que resultou em prescrições políticas liberais é o conhecido artigo “A tragédia dos comuns” do ecólogo Garret Hardin, publicado em 1968 na revista Science. Nele, o autor assinala que, em um pasto de livre acesso, os pastores tenderiam a maximizar seu uso colocando, cada qual, o maior número de ovelhas possíveis até colapsá-lo ecológicamente. Dessa metáfora infere-se que somente a definição clara de direitos de propriedade seria capaz de garantir o uso sustentável dos recursos. Embora as críticas ao artigo assinalem o equívoco de identificar uma situação de livre acesso como um bem comum (que pressupõe a existência de regras de uso e acesso instituídas coletivamente), a metáfora elaborada por Hardin guarda relação com posicionamentos privatistas defendidos por agentes de um ambientalismo de livre mercado e por instituições como o Banco Mundial (BASTOS, 2011).

20 Diversos autores (HOLSTON, 2013; SILVA, 1996) têm demonstrado que o principal efeito da Lei de Terras, de 1850, foi impedir o acesso de cidadãos e imigrantes pobres à propriedade de pequena escala. Com o fim da escravidão se anunciando, as elites que elaboraram a lei trataram de garantir – por meio da fixação de preços não acessíveis às terras públicas, além de requisições de medições, registros e pagamentos de encargos – que os imigrantes, cidadãos pobres, livres e libertos, não acessem à terra a fim de torná-los força de trabalho sem terra para substituírem os escravos nas lavouras. A grande maioria permaneceu destituída de terras ao passo que se ampliou a concentração fundiária no país.

21 No Brasil, temos atualmente várias modalidades de regularização fundiária que prevêm a destinação coletiva de terras a povos e comunidades tradicionais. Segundo a Constituição, as terras indígenas devem ser mantidas como bens da União, mas sua posse e usufruto são garantidos aos povos que as ocupam. Já em relação às terras quilombolas, a lei prevê a concessão de um título coletivo aos moradores por meio de sua associação. Em ambas, não está prevista nenhuma forma de concessão individual ou familiar. Além do que estabelece o texto constitucional em relação aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, temos formas de destinação coletiva de terras asseguradas por políticas ambientais (no caso das unidades de conservação de uso sustentável, que reconhecem a importância da presença das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade e asseguram a sua permanência nessas áreas: é o caso das Reservas Extrativistas/RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável/RDS, por exemplo) e de reforma agrária (que prevê a criação de Projetos de Assentamentos Diferenciados em áreas onde há muita biodiversidade e presença de populações tradicionais). Nos assentamentos diferenciados, assim como em terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais protegidas por políticas ambientais (como, por exemplo, as RESEX e as RDS), o processo de regularização fundiária não prevê, a rigor, a entrega de títulos individuais. Isso é feito por meio de um contrato de concessão de direito real de uso celebrado com as entidades representativas das famílias. Todas essas terras, a rigor, não podem ser vendidas e não está previsto o seu parcelamento em lotes familiares (como nos assentamentos convencionais), embora os limites de ocupação e uso de cada família sejam reconhecidos e respeitados.

22 As leis que estão sendo formuladas no Congresso ou via decretos pelo Executivo vão no sentido de neutralizar os regimes fundiários que protegem a propriedade ou a posse coletiva no campo e os interesses de populações empobrecidas nas cidades. A reforma agrária está sendo substituída por políticas de regularização fundiária que, sob o argumento de regularizar a posse de pequenos camponeses, está legitimando a grilagem de terras públicas no campo e na cidade. O exemplo mais emblemático é a MP nº 759, convertida na Lei 13.465/17. Ela alterou os regimes jurídicos relacionados à regularização fundiária rural e urbana e criou mecanismos que facilitam os critérios de titulação e a

antecipação da emancipação dos assentamentos. Também modificou as regras de alienação dos imóveis da União, estipulando preços bem abaixo do mercado e ampliou para 2.500 hectares o limite da área de terra devoluta passível de ser regularizada na Amazônia pelo Programa Terra Legal, facilitando a grilagem, já que uma área desse tamanho não corresponde a uma ocupação de boa fé, destinada à produção e ao trabalho familiar.

23 Fastenopfer, Ação Quaresmal Suíça, é uma agência de cooperação internacional católica, com sede em Luzern, Suíça.

24 CIDSE, Paris, pelo povo e pelo planeta: a encíclica *Laudato Si'* - o que isso significa para as negociações da COP21 e além, outubro de 2015

25 Atualmente, o cidadão suíço médio precisa de 6000 watts. Dada a atual matriz energética suíça, aproximadamente 4000 watts (66%) emanam de combustíveis fósseis. Para estar de acordo com uma meta de 1,5 grau, os cidadãos suíços precisariam respeitar um limite de 2000 watts, de onde 500 watts (25%) poderiam ser gerados usando combustíveis fósseis. Isso também pode ser traduzido em uma meta de emissões de GEE de 1t CO₂/ano per capita. Fonte: 2000-Watt Society: TogetherTowards A Balance. Stadt Zürich.

26 Leonardo Boff, eco-teólogo e membro da Comissão Internacional da Carta da Terra e do Centro C.G.Jung de Zurique, Suíça.

27 Afonso Murad é teólogo, escritor e ambientalista. Professor na FAJE (Faculdade jesuíta de Filosofia e Teologia) em Belo Horizonte. Concluiu MBA em Gestão e tecnologias ambientais na USP. Coordena os programas de rádio “Ecoagente – Amigo da Terra” (amigodaterra.com.br). Entre outras obras, publicou: *Gestão e Espiritualidade* (Paulinas) e *Ecoteologia. Um mosaico* (Paulus). Email: murad4@hotmail.com Página web: afonsomurad.com

28 Ver: <http://jmonzo.blogspot.com/2014/03/micropalancas-para-macroproblemas.html>.

29 Economista e educador do Instituto PACS, Rio de Janeiro, colaborador nas Redes Jubileu Brasil, Diálogos em Humanidade, e no FMCJS – Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social. Facilitador do módulo de Economia Solidária na UNIPAZ - Universidade

Internacional da Paz e no Programa Educação Gaia. Associado ao Instituto Transnacional, Amsterdã.

30 A CIA montou operações golpistas junto com as elites locais contra governos eleitos na Guatemala em 1954, no Brasil em 1964, na República Dominicana em 1965, no Chile em 1973, em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012. Organizou o assassinato dos presidentes Jaime Roldós (Equador) e Omar Torrijos (Panamá), ambos em 1981. Financiou e treinou camponeses e mercenários na guerra suja da contra na Nicarágua (1981-1989). Fracassou na tentativa de golpe contra o governo democrático de Hugo Chávez na Venezuela, em 2002. Insuflou dois golpes no Haiti e sequestrou seu presidente em 2004. Articulou, junto com o Departamento de Justiça de Washington DC, um esquema de guerra jurídica para remover governos democráticos no Paraguai (2012) e no Brasil (2016).

31 Ver Marcos Arruda, 2006 “Tornar Real o Possível – Economia Solidária, Desenvolvimento e o Futuro do Trabalho”, Editora Vozes, Petrópolis, especialmente o Cap. 3, “Desenvolvimento – A Arte de Realizar Nossos Potenciais”. Ver também Leonardo Boff e Marcos Arruda, 2000, “Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos”, Editora Vozes, Petrópolis.

32 Revista Exame: 4/12/2018

33 Bolsonaro sobre indígenas e quilombolas: https://www.youtube.com/watch?v=_tpo5NWuwQo

34 <http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2018/06/3-decadas-de-inoperancia-que-podem.html>

35 <https://www.ecodebate.com.br/2018/12/07/carta-do-seminario-nacional-do-forum-mudancas-climaticas-e-justica-social-aponta-para-tempo-de-incertezas-e-esperanca>

36 Para Jair Bolsonaro, “a Amazônia não é nossa”: https://www.youtube.com/watch?v=r06ZBDuS_K8. Ver também <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-sobe-dez-posicoes-em-ranking-de-paises-com-maior-risco-climatico>

37 Ver Ivo Lesbaupin, 2017, “Para Evitar o Desastre: Como Construir a Sociedade do Bem Viver”, Abong e Iser Assessoria, Rio de Janeiro.

38 <http://www.harmonywithnatureun.org/>

39 <https://www.revistaarcadia.com/agenda/articulo/sentencia-rio-a-trato-sujeto-de-derechos-choco-colombia/67553>. “La sentencia T-622 reconoce al río Atrato, que recorre gran parte del departamento de Chocó, como sujeto de derechos. La medida entiende al río como un elemento fundamental en la vida de las personas, ya que la comunidad que vive alrededor del Atrato depende totalmente de él. Como parte de la medida, e define la figura de los “guardianes del Atrato”, las personas responsables de hacer cumplir la sentencia y actuar como la voz del río.”

40 <http://www.harmonywithnatureun.org/rightsOfNature>

41 Ver Ladislau Dowbor, 2012, “Democracia Econômica”, Editora Vozes, Petrópolis.

42 <https://ecovillage.org/> ;<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ecovila>; https://www.youtube.com/watch?v=0_rlDJqNZiU

43 https://en.wikipedia.org/wiki/Transition_town; <http://movimentoconviva.com.br/transition-towns/>

44 Ver o Manifesto dos Diálogos, intitulado “A emergência de uma Cidadania Planetária” (em diversas línguas), e o “Apelo às Consciências”, lançado em dezembro de 2018 por ocasião da COP24 e da celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

45 BRICS: população total = 3,1 bilhões de pessoas, ou 41% do total mundial; PIB nominal = US\$ 18,6 trilhões, ou 23,2% do PIB mundial; reservas cambiais = 4,46 trilhões; taxa de crescimento do PIB = 3,9% em 2014, 4,6% estimados para 2015 e 5,3% estimados para 2016.

46 Ver entrevista com o professor Patrick Bond em <https://www.youtube.com/watch?v=g9-yrrdUM9E>

47 Publicado em: <https://www.greattransition.org/publication/vivir-bien>. Divulgado em: <http://observatoriosc.org.br/noticia/artigo-vivir-bien-antigas-cosmovoies-e-novos-paradigmas> .

48 Pablo Solón é ativista social e ambiental boliviano, diretor da Fundação Solón e ex-diretor executivo de Focus on the Global South. Foi Embaixador Extraordinário para a Integração e o Comércio (2006-2008) e Embaixador junto à ONU (2009-2011) do governo de Evo Morales.

49 “VivirBien”, na Bolívia; “BuenVivir” no Equador. Conceitos semelhantes *suma qamaña* e *suma qawsay* podem ser encontrados em outros povos indígenas da América Latina, tais como o *tekokavi* e *ñandereko* dos Guaranis, o *shiirwaras* dos Shuaras e o *kümemongen* dos Mapuches.

50 A Bolívia, em vez de nacionalizar as empresas estrangeiras, renegociou a distribuição de lucros. A participação nos lucros totais das companhias transnacionais diminuiu de 43% em 2005 a apenas 22% em 2013. Consulte Carlos Arce Vargas, *Una década de gobierno ¿Construyendo el Vivir Bien o el capitalismo salvaje?* (Amsterdã: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos, 2016

https://www.cedla.org/sites/default/files/revista_gpfd_17_una_decada_de_gobierno_carze_opt_0.pdf

51 As exportações totais da Bolívia alcançaram US\$ 13 bilhões em 2014 e depois caíram para US\$ 7,2 bilhões em 2016. As reservas internacionais diminuíram de US\$ 15 bilhões em 2014 para US\$ 10 bilhões em 2017. A dívida externa aumentou de US\$ 2,7 bilhões em 2007 a US\$ 7,2 bilhões em 2016.

52 Manuel Morales Alvarez, “El gobierno de Evo Morales y los Transgénicos,” *Patria Insurgente Sol Para Bolivia*, 4 de abril de 2012, <http://patriainsurgente.nuevaradio.org/?p=466>.

53 As oligarquias transnacionais e nacionais continuam beneficiando-se do modelo extrativista-populista da Bolívia. Os lucros do sistema bancário aumentaram de US\$ 80 milhões em 2006 para US\$ 283 milhões em 2014, enquanto duas empresas transnacionais, a Petrobras e a Repsol, controlam 75% da produção do gás natural. O Ministro das Finanças incentivou os investimentos na Bolívia ao notar que os lucros das corporações privadas aumentaram mais que quatro vezes de 2005 a 2013. Consulte Marco Belmonte, “Arce estima que las empresas ganaron US\$ 4.111 millones”, p. 07, 22 de noviembre de 2013,

54 Álvaro García Linera, “Fue un error no liderar el pedido autonómico”, *El Deber*, 21 de janeiro de 2007, citado em Eric Toussaint, “¿Un capitalismo andino-amazónico?” *Rebelión*, 23 de outubro de 2009, <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=93828>.



DIRETORIA EXECUTIVA GESTÃO 2016/2019

Adriana Ramos

Eleutéria Amora da Silva

Evanildo Barbosa da Silva

Iara Pietricovsky de Oliveira

Mauri José Vieira Cruz

ISA - Instituto Socioambiental (DF)

CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora (RJ)

FASE NACIONAL (RJ)

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos (DF)

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional (RS)

DIREÇÕES ESTADUAIS

ACRE

- Maria Jocicleide Lima de Aguiar | RAHM - Rede Acreana de Homens e Mulheres
- Maria Rozilda Barbosa do Nascimento | CDDHEP/AC – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre

BAHIA

- Eliana Rolemberg | ELO – Ligação e Organização
- Damien Hazard | Vida Brasil

CEARÁ

- Rogério da Costa Araújo | CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

PARÁ

- Aldalice Moura da Cruz Otterloo | UNIPOP – Instituto Universidade Popular
- Maria Luiza Barroso Magno de Menezes | MOPROM – Movimento de Promoção da Mulher

PARANÁ

- Gelsi Antônio Dutra | ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

PERNAMBUCO

- Alessandra Nilo | GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero
- Sylvia Siqueira Campos | MIRIM BRASIL – Movimento Infantojuvenil de Reivindicação
- Emanuela Marinho de Castro | CMN – Casa da Mulher do Nordeste

RIO DE JANEIRO

- Antônia de Maria Mendes Rodrigues | IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- Dayse Valença | ASPLANDE – Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
- Wanda Lucia Branco Guimarães | CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde

RIO GRANDE DO SUL

- Vitor Hugo Hollas | CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
- Jorge Alfredo Gimenez Peralta | Centro de Educação e Assessoramento Popular

SÃO PAULO

- Alexandre Isaac | CENPEC – Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária
- Belloyanis Monteiro | Fundação SOS Mata Atlântica
- Franklin Felix de Lima | FICAS – Fundo Internacional Socioambiental

TOCANTINS

- Maria de Fátima Dourado Silva | CDHP – Centro de Direitos Humanos de Palmas
- Carleis Pereira de Souza | COMSAÚDE – Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação

EQUIPE ABONG

Coordenação

Franklin Félix

Comunicação

Nicolau Soares e Lorena Alves

Projetos

Pedro Bocca e Raquel Catalani

Formação

Renata Pistelli

Administrativo/Financeiro

Adriana Torreão

Wanderson Borges



ISER ASSESSORIA

QUADRO INSTITUCIONAL

EQUIPE DO ISER ASSESSORIA

Ivo Lesbaupin, sociólogo	Secretário-Executivo
Névio Fiorin, pastoralista	Secretário-Adjunto
Erika Glória Rocha dos Santos	Pedagoga
Faustino Teixeira	Teólogo
Francisco Orofino	Teólogo Bibliista
Lúcia Ribeiro	Socióloga
Paulo Fernando Carneiro de Andrade	Teólogo
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	Sociólogo
Solange dos Santos Rodrigues	Socióloga

DIRETORIA

Ricardo de Gouvêa Corrêa, arquiteto	Presidente
Leonardo Boff, teólogo	Vice-presidente
Maria Helena Arrochelas Correa, diretora do CAAL	Secretária
Terezinha Aparecida de Vasconcelos, assistente social	Tesoureiro
José Cláudio Souza Alves, sociólogo	Vogal

REALIZAÇÃO



APOIO





Ladislau Dowbor
Ivo Poletto
Roberto Malvezzi (Gogó)
Tania RicaldiArévalo
Coletivo da FASE
Julianna Malerba
Bernd Nilles
David Knecht
Hélène Bourban
Leonardo Boff
Afonso Murad
Marcos Arruda
Pablo Solón

Organizadores:
Ivo Lesbaupin
e Mauri Cruz

NOVOS PARADIGMAS PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL

Usina
editora

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-88502-17-8



9 788588 502178